

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

**Renan da Cruz Maciel**

Linhas que costuram resistências entre a Igreja Católica Romana e a homossexualidade  
masculina

Juiz de Fora

2022

**Renan da Cruz Maciel**

**Linhas que costuram resistências entre a Igreja Católica Romana e a  
homossexualidade masculina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião. Área de concentração: Religião, sociedade e cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Rodrigues

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

**MACIEL, RENAN DA CRUZ.**

Linhas que costuram resistências entre a Igreja Católica Romana e a homossexualidade masculina : Linhas que costuram resistências entre a Igreja Católica Romana e a homossexualidade masculina / RENAN DA CRUZ MACIEL. -- 2020.

112 f.

Orientador: ELISA RODRIGUES

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2020.

1. Masculinidades. 2. Homossexuais masculinos. 3. Exegese. 4. Religião. 5. Ciência da Religião. I. RODRIGUES, ELISA, orient. II. Título.

Renan da Cruz Maciel

**Linhas que costuram resistências entre a Igreja Católica Romana e a  
homossexualidade masculina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em 24 de setembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Elisa Rodrigues – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Roney Polato de Castro  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
Membro interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina S. Furtado  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Membro externo

Dedico esse trabalho aos meus pais Rogério Maciel e Maria Lúcia Maciel, que me deram total apoio, incentivo e auxílio emocional durante este trabalho.

Dedico também essa pesquisa à memória de minha avó Irene Paiva da Cruz, que ao final dessa análise fez sua última viagem, dessa vez ao encontro de Deus.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus que acredito, que me deu a capacidade de me manter sereno frente aos desafios e situações que foram emanadas durante minha trajetória acadêmica.

À vida, que me deu uma segunda oportunidade, e dela pude realizar essa pesquisa em meio da turbulência de um processo de saúde debilitada.

Aos meus pais, Rogério e Maria Lúcia, que por muitas vezes sentiram minha falta, choraram meus dramas particulares, me ensinaram e me incentivaram nessa jornada. A eles a minha eterna gratidão, meu respeito, minha admiração pelo que são e que construíram em seus 35 anos de vida matrimonial.

Ao meu irmão Danilo, que na sua particularidade descobriu que o esporte pode salvar a vida de meninos e meninas e que com sua força espetacular soube vencer e alcançar a cura do seu vitiligo, que marca toda uma vida por meio da segregação que a sociedade produz.

Aos meus amigos de perto, que com seu dia a dia estiveram presente em minha jornada, souberam ouvir calados os meus sentimentos, aconselharam em algumas decisões e souberam, cada qual com sua particularidade, me manter de pé e encarar os desafios que me foram postos.

Ao amigo e rooming Luis Gustavo, que desde o início desta pesquisa esteve próximo e me ofereceu o seu auxílio acadêmico e pessoal, para contribuir com essa pesquisa.

À minha querida amiga Andréa Silveira, que sonhou comigo essa pesquisa através de seu olhar carinhoso, sempre ao meu lado inclusive nos piores momentos.

Ao Grupo de pesquisa Religião, Educação e Gênero — REDUGE — que com suas reuniões e aproximações entre os membros, ofereceu suporte para essa análise.

Aos meus colegas de mestrado Jéssica Aquino, Iuri Nunes, Karolina Santos, Ricardo e tantos outros que estiveram cada qual com sua pesquisa, e que juntos choramos nossos desesperos e angústias. Vocês me ensinaram muito.

Às minhas amigas doutorandas Ana Beatriz Vilhena e Marcela Máximo, que com suas experiências e sabedorias, souberam me auxiliar nos diversos momentos dessa jornada.

À minha orientadora Dra. Elisa Rodrigues, que com sua riqueza acadêmica soube compreender meu universo e com seu talento me auxiliou nesse caminho. Elisa, receba o meu sincero desejo de uma vida plena e feliz. Fico feliz em tê-la como orientadora.

Ao programa de pós-graduação em Ciência da Religião, que me abriu as portas e acreditou em meu potencial.

À CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

A todos aqueles e aquelas que por seus motivos particulares tentaram me derrubar, isso só me fortaleceu e me trouxe até aqui.

Muito obrigado!

## RESUMO

Nas relações humanas, por meio do contato com o Outro e com as instituições religiosas por onde transitam os sujeitos, surgem nos tecidos sociais situações de expansão da vida. Nesse sentido, nesta dissertação a noção da sexualidade homossexual, como tema, é delimitada em relação à Igreja Católica Romana. A análise busca embasar-se na Ciência da Religião e na compreensão do discurso veiculado pela Instituição Católica em documentos oficiais e cartas apostólicas do período pós-Vaticano II. Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar como tais documentos podem afetar a relação entre o sujeito homossexual masculino e a vivência de sua fé. A pesquisa mostra o impacto entre as duas partes que ganhou espaço no campo da pesquisa científica e identifica novos arranjos sociais e identidades sexuais. O estudo mostra que as fontes desta pesquisa, documentos do catolicismo romano, correspondem às diretrizes pastorais da sexualidade de seus fiéis que legitimam o preconceito, a repressão da sexualidade e o poder sobre os corpos masculinos. Por outro lado, este estudo demonstra que existem processos de negociação social entre o grupo de homossexuais e a Igreja Católica, que resultam em “novos tecidos”.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Homossexuais masculinos; Exegese; Religião; Ciência da Religião.

## ABSTRACT

In human relations, through contact with the Other and with the Religious Institutions where the subjects transit, situations of an expanding life arise in the social tissues. In this sense, in this dissertation the notion of homosexual sexuality, as a theme, is delimited in relation to the Roman Catholic Church. The analysis seeks a basis in the Science of Religion and in the understanding of the discourse conveyed by the Catholic Institution in official documents and Apostolic letters from the Post-Vatican II period. This research aims to demonstrate how such documents can affect the relationship between the male homosexual subject and the experience of his faith. The research shows the impact between the two parties that gained ground in the field of scientific research and identifies new social arrangements and sexual identities. The study shows that the sources of this research, documents of Roman Catholicism, correspond to the pastoral guidelines for the sexuality of its faithful that legitimize prejudice, the repression of sexuality and the power over male bodies. On the other hand, this study demonstrates that there are processes of social negotiation between the group of gay men and the Catholic Church, which result in "new tissues".

**Keywords:** Masculinities; Male homosexuals; Exegesis; Religion; Science of Religion.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ICR Igreja Católica Romana  
CIC Catecismo da Igreja Católica  
CDR Congregação para a Doutrina da Fé

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>TECIDOS ANTIGOS.....</b>	<b>19</b>
2.1	HOMOSSEXUALIDADE E CATOLICISMO: OS DISCURSOS E A MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL DA ICR.....	19
2.2	A DINÂMICA DA TEOLOGIA MORAL E OS SEUS MOVIMENTOS DE CASTRAÇÃO SEXUAL DA IGREJA.....	33
2.3	OS DISPOSITIVOS DE CONTROLES SOCIAIS DA IGREJA .....	39
2.4	O UNIVERSO DA SEXUALIDADE E OS DIREITOS IDENTITÁRIOS .....	45
<b>3</b>	<b>TECIDOS NOVOS.....</b>	<b>50</b>
3.1	HOMOSSEXUALIDADE E O ANTAGONISMO ÀS RELIGIÕES DE TRADIÇÃO CRISTÃS .....	50
3.2	ANÁLISES DA ICR E A SEXUALIDADE.....	63
<b>4</b>	<b>LINHAS QUE COSTURAM RESISTÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
4.1	A RESISTÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM A ICR.....	74
4.2	A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA E OS SEUS INTERESSES PARA A PASSABILIDADE RELIGIOSA.....	83
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No início da instituição da Ciência da Religião, enquanto uma área de conhecimento legítima no Brasil, diversas pesquisas sobre qual seria seu estatuto foram desenvolvidas. Em busca de consolidar a área, as pesquisas questionavam quais os melhores métodos, quais objetos poderiam ser considerados legítimos, seus referenciais teóricos, dentre outros. Entre as perguntas realizadas, uma em especial suscita uma discussão que nos interessa: poderia um pesquisador se debruçar sobre os estudos da religião na qual manifesta sua fé?

Embora essa não seja a pergunta que norteia essa pesquisa, o destaque para tal questionamento me parece relevante, pois existem pesquisas (PIERUCCI, 1997; BOURDIEU, 1990) cujos esforços teóricos empreendidos demonstram que os trabalhos feitos por religiosos sempre seriam tendenciosos, acríticos e parciais, por correrem o risco de serem proselitistas ou confessionais de uma determinada tradição. Por outro lado, outros pesquisadores (CAMURÇA, 2000; RODRIGUES, 2011) afirmam que os estudiosos de suas próprias religiões possuem uma facilidade de produção de conhecimento, por conhecerem com profundidade a estrutura, mitos, ritos, símbolos, linguagens, dogmas, doutrinas, e os envolvem aos arcabouços teóricos, práticos e sociais dos estudos da religião, não reduzindo o objeto de pesquisa a elementos não-religiosos, já que a pesquisa suspende os juízos de valor.

Com isso, opto pela vertente de que as pesquisas feitas por religiosos, se forem desenvolvidas a partir da metodologia científica, podem trazer mais vantagens para a comunidade científica do que desvantagens. E me coloco diante da pergunta: qual pesquisa seria totalmente imparcial?

Trago essa discussão como ponto de partida para afirmar essa investigação como resultado da minha trajetória enquanto pesquisador que transita entre os três universos de sentido que a constituem: a fé católica, a homossexualidade e a vocação acadêmica.

Entre os anos de 1997 a 2014, atuei nos movimentos das pastorais sociais, especificamente, nos grupos de pastoral da juventude no estado do Rio de Janeiro,

denominado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como Regional Leste <sup>1</sup>. No processo de abstração, ao pensar nas experiências vividas e observadas durante o período pastoral, alguns conflitos tornaram-se evidentes.

No trabalho pastoral, em grupos de base orientados pela Teologia da Libertação<sup>2</sup>, vi surgir nos sujeitos a necessidade do cuidado com a afetividade e a sexualidade, face à doutrina da tradição Católica Apostólica Romana que se coloca como obstáculo. Esses obstáculos são materializados por meio da produção de documentos que impossibilitam a discussão sobre sexualidade, tendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como porta-voz de sua hierarquia local. Surgiu então, a indagação sobre qual é o pensamento da Igreja de Roma sobre a diversidade dos sujeitos que compõem o cenário atual da sociedade brasileira, principalmente, dos jovens homens homossexuais que aproximaram às lideranças destes grupos.

Enquanto tais discussões eram desenvolvidas nos âmbitos paroquiais e nos pequenos grupos de jovens, os questionamentos eram direcionados ao corpo clerical<sup>3</sup>. Ao buscarem respostas ao clero, a orientação dada aos jovens conduzia na reparação de suas sexualidades, por meio da triangulação *confissão-penitência-jejum*, que possui como horizonte, oferecer ao indivíduo tido como pecador uma forma de se punir, como consequência daquilo que a igreja apresenta como violação, que pode ser advinda pela desobediência à norma da Instituição da Igreja Católica, neste caso, como violação da sexualidade compreendida como ‘natural’.

Para a tradição católica, seja a prática ou o pensar sobre homossexualidade, torna o fiel um pecador. Entretanto, observando esse movimento, as lideranças desses grupos de base em suas reuniões diocesanas estaduais e/ou regionais, perceberam a necessidade de estudar o campo da sexualidade de forma mais coerente com a realidade desses homens

---

<sup>1</sup> A CNBB possui uma organização que reúne um conjunto de dioceses e as denominam regionais, elas geralmente comportam um ou mais estados, de acordo com as regiões geográficas brasileiras e as numeram, tendo o colégio episcopal como referência para as diversas frentes de trabalho pastoral.

<sup>2</sup> A Teologia da Libertação é umas das correntes teológicas da Igreja Católica, nascida na América Latina por volta dos anos de 1960 e parte da premissa do Evangelho a favor da opção preferencial pelos pobres, que denunciam as condições de injustiças sociais, políticas e econômicas.

<sup>3</sup> Conjunto de Diáconos, Padres e Bispos ordenados.

na Igreja<sup>4</sup>. Nesse contexto, como de costume, houveram alguns encontros de grande porte, denominados de Ampliadas Nacionais, Encontros Nacionais de Pastoral da Juventude, e também Jornadas Mundiais da Juventude. Em tais encontros, como jovem participante e na função de representante do conjunto de grupos de base, pude perceber alguns movimentos de abertura para a discussão sobre sexualidade entre os membros da igreja e o fechamento das portas da alta cúpula eclesial renegando essa discussão.

Esse movimento causou certo estranhamento quanto à natureza do próprio catolicismo. Estranhamento que conduziu à questão: como o cristianismo católico coloca-se frente às minorias sociais, especialmente da população dissidente da sexualidade heteronormativa professante da fé católica?

A essa altura devo especificar que me interesso especificamente pela relação da Igreja Católica Romana (ICR) com a homossexualidade<sup>5</sup> masculina, mesmo que esse debate tenha sido iniciado com a crítica feminista ao essencialismo das abordagens sobre diferença de sexo e de gênero.

Essa crítica teve como marco histórico as décadas de 1960-1970 e, inicialmente, voltou-se para a desconstrução das noções que apontavam uma parte fixa, essencial, no homem e na mulher, que os diferenciaria e os caracterizaria naturalizando seus comportamentos como típicos de homens e de mulheres (SCOTT, 1990).

Nesse mesmo período, a Igreja Católica sofreu uma significativa transformação histórica com o Concílio do Vaticano II, quando a Igreja se propôs a abrir suas portas para a sociedade. Porém, tal abertura foi marcada por determinadas ressalvas acerca de temas morais, apontadas como inegociáveis, uma vez que envolveriam doutrinas de fé.

Para tanto, os estudos de religião, gênero e sexualidade, sobretudo no que se refere à Igreja Católica Apostólica Romana e os homossexuais, demonstram de certa forma,

---

<sup>4</sup> Salutar lembrar que em minha experiência, embora tenha existido a busca por respostas também por mulheres, observei uma maior demanda por parte dos homens homossexuais.

<sup>5</sup> Embora existam também as experiências lésbicas, adoto os homossexuais homens como parte da experiência enquanto pesquisador e participe da comunidade católica. Reconheço a dupla opressão das mulheres homossexuais. Ressalto ainda que as lésbicas católicas também não se sentem acolhidas, por diversas razões: sexismo, homofobia, legitimação da superioridade masculina na sociedade, a teologia católica e a doutrina eclesiástica da Igreja de Roma, que se basearam na experiência masculina.

uma negociação, tal como numa colcha de retalhos, a qual procura unir partes de tecidos antigos a novos, costurando-os por linhas adaptáveis que podem ser compreendidas como linhas contemporâneas, as quais, nesse momento, pode-se denominar metaforicamente como “resistências”.

Para o antropólogo Luis Duarte (1986) não parece inapropriado aproximar-se ao movimento de construção da ‘colcha de retalhos’ para exemplificar as múltiplas experiências a outras costuras e recortes para o trato de certos problemas<sup>6</sup>. No que trata a costura entre religião, especificamente, a da Igreja Católica e as experiências de sexualidade, tais retalhos se mostram mais difíceis de se costurar, pois as pesquisas sobre os temas de gênero, sexualidade e Igreja Católica são múltiplas. Contudo, análises associando gênero a dogmas da Igreja católica ainda se fazem necessárias (BUSIN, 2008; ARAÚJO, 2014; SERRA, 2017).

Esses atravessamentos concebidos em meio aos processos sociais de negociação entre os homossexuais e a Igreja Católica, revelam uma grande tensão, dentre tantas outras, no campo religioso católico: o embate direto e contínuo nas questões de sexualidade conservadas nos documentos eclesiais.

O que se pretende nessa pesquisa é um estudo sobre religião e sexualidade, tendo como fonte primária alguns dos documentos produzidos pela Igreja Católica de Roma. Tais fontes são entendidas como basilares do catolicismo romanizado e, em razão de tal relevância, são difundidos em larga escala no contexto religioso. Na condição de orientações pastorais para a sexualidade dos seus fiéis, tais documentos podem levar a legitimação do preconceito e a repressão da sexualidade.

Para compreendermos o ponto de vista da Igreja Católica serão analisados documentos que tratam especificamente, o tema homossexualidade, para além do Código de Direito Canônico<sup>7</sup>. Entre eles, destaco como fonte o documento “Declaração da

---

<sup>6</sup> A metáfora da “colcha de retalhos” foi inspirada no livro do antropólogo Luis Fernando Dias Duarte, intitulado “Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas”. DUARTE, Luis Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

<sup>7</sup> Código de Direito Canônico (CIC) é um conjunto de diretrizes (normas jurídicas) que apontam para a organização, hierarquia, direitos e obrigações de seus fiéis e os sacramentos. Contém sete (7) livros, que tratam respectivamente: (i) Normas gerais; (ii) Povo de Deus; (iii) Função de ensinar a Igreja; (iv) Função de santificar a Igreja; (v) Bens temporais da Igreja; (vi) Sanções na Igreja; (vii) Processos.

persona humana — sobre alguns pontos da ética sexual”<sup>8</sup>, redigido pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé<sup>9</sup>, no ano de 1975. Nesse documento rege explicitamente no inciso VIII (8), que “os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados e que eles não podem, em hipótese nenhuma, receber qualquer aprovação”. Esse inciso, baseado nas Sagradas Escrituras, propõe que tais atos colocam em risco a doutrina tradicional católica, pois o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo coloca em questão aspectos da salvação. Nesse documento, emergem uma série de elementos advogando essa situação em nome de uma moral católica que fornece sentido para a vida do fiel.

Outro documento que será analisado é a “Carta aos Bispos da Igreja Católica Sobre o Atendimento Pastoral Das Pessoas Homossexuais<sup>10</sup>”, datada de 1986, onde se afirma que as “condições sexuais possuem uma vida imoral e que sua prática impede a felicidade por ser contra à sabedoria divina”.

Por fim, outro documento analisado é o instrumento pastoral, redigido pela alta hierarquia da Igreja Católica, considerado um compêndio e correspondente aos ensinamentos da fé e da doutrina da Igreja, denominado “Catecismo da Igreja Católica<sup>11</sup>” (1992), cujo no artigo 2357 afirma que a homossexualidade é uma “depravação grave”, além de registrar que os “atos homossexuais são desordenados e contrários ao dom da vida e que não procedem de uma vida verdadeira”. Nos artigos seguintes 2358 e 2359, tal documento prossegue convidando os homossexuais a provarem a castidade.

---

<sup>8</sup>Disponível na íntegra em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19751229\\_persona-humana\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html). Acesso em 29 de outubro de 2018.

<sup>9</sup> É a mais antiga congregação da Igreja Católica e defende os pontos em que a tradição é ameaçada. De acordo com o artigo 48 da Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana, denominada “*Pastor Bonus*”, promulgada pelo Papa João Paulo II, em 1988: “*A tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo, por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema do bem cai sob a sua competência*”.

<sup>10</sup> Disponível na íntegra em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homosexual-persons\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html). Acesso em 29 de outubro de 2018.

<sup>11</sup> Disponível na íntegra em [http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html). Acesso em 29 de outubro de 2018.

A partir da leitura desses documentos, alguns questionamentos podem ser realizados. Uma vez considerado o cristianismo católico, o qual se coloca contrariamente em relação aos sujeitos homossexuais professantes da fé católica, o que seria, do ponto de vista católico, uma conduta sexual revestida de atos ordenados? Como os homossexuais masculinos negociam a sua fé e a sua sexualidade a partir das orientações dos documentos pastorais da Igreja Católica? Essas relações podem ser consideradas de resistência? Seria essa resistência uma dinâmica da prática e do ato sexual do corpo?

Para o cumprimento desse estudo dissertativo e, portanto, de natureza descritiva, as questões acima são fundamentais e permanecerão como horizonte ao longo dos capítulos. Neste caso, para alcançá-lo, o trajeto escolhido é a análise de documentos, aqui considerados fontes primárias. Minha expectativa é por meio da investigação dessas fontes identificar: (1) como a Igreja Católica de Roma tem tratado o campo das homossexualidades masculinas a partir deste conjunto de documentos oficiais, dados a partir do movimento do Vaticano II? E, em face desses documentos, (2) de que modo os adeptos de tais orientações podem negociar fé e sexualidade?

Mediante a complexidade da questão abordada nessa dissertação, compreender tal fenômeno requer analisar, no primeiro momento, como a tradição católica se coloca ante aos sujeitos. Por isso, foram selecionados como referenciais teóricos alguns estudos do filósofo Michel Foucault<sup>12</sup>, que evidenciam e criticam o modo de investigação com um ponto de vista científico, observando as nuances das práticas divisoras na relação com o outro a partir do campo da sexualidade e dos pesquisadores Richard Miskolci e Berenice Bento, que nos auxiliam a compreender o objeto de pesquisa.

Por meio desse itinerário busco compreender o posicionamento da doutrina católica para com os homens homossexuais. Entendo que se trata de um tema complexo e como assinalei já nessa introdução, em parte, a inspiração para esse estudo tem íntima relação com minha biografia. Isto posto, ao olhar para minha própria trajetória biográfica, percebo que a história da Igreja Católica e da doutrina na qual ela se apoia, impacta e produz efeitos não apenas escriturários por meio dos documentos oficiais que aprovam

---

<sup>12</sup> Nascido em 1926, formado em Filosofia e Psicopatologia. Foi titular da cadeira de sistemas de Pensamento no Collège de France. Foucault desenvolveu uma investigação sobre as estruturas das instituições. Interessante ressaltar que o filósofo se identificava como homossexual e trouxe uma proximidade entre sujeito e objeto.

ou desaprovam a conduta de seus adeptos. Antes disso, esses documentos propagam doutrinas fundamentais do catolicismo que impactam a vida de pessoas que genuinamente professam a fé cristã católica e desejam vivê-la no seio da comunidade religiosa.

Dito isso, no primeiro capítulo ao fazer referência à metáfora “tecidos antigos” pretendo discutir a respeito de uma tradição católica aprendida historicamente por inúmeras pessoas. Já no segundo capítulo procuro tematizar o conturbado processo de acomodação dos novos tecidos no âmbito dessa tradição a partir de abordagens teóricas do campo de estudos de gênero e sexualidades. Por fim, no terceiro capítulo, tomo a noção de resistência em suas múltiplas faces como fio que costura os novos e os antigos tecidos pela própria ação de resistir e permanecer frente a coerção dessa instituição religiosa, como horizonte de esperança perante a possibilidade de permanência dentro do espaço religioso institucional.

Dado o caráter dissertativo desse trabalho, não pretendo mais do que descrever o cenário e problematizá-lo com base na bibliografia estudada e das questões que a pesquisa apresenta. Por isso, existe um caráter inacabado dessa análise, mas ao mesmo tempo, há uma real abertura tanto no âmbito da Ciência da Religião, quanto de outras disciplinas para futuras pesquisas, levantando novas perguntas e apontando outros desdobramentos. Daí a potência da imagem que intitula esse texto: novas costuras são possíveis.

## 2 TECIDOS ANTIGOS

Nesse primeiro capítulo, essa análise busca compreender o catolicismo por meio da hierarquia que o caracteriza, sua movimentação política institucional e os seus discursos oficiais sobre a homossexualidade mediante seus documentos. Desta forma, objetiva-se apontar elementos do catolicismo pertinentes à dinâmica e mecanismos de controle dos corpos indicadas por Foucault (1988) aos seus fiéis que apresentam sexualidades dissidentes daquela que se entende como lei natural de Deus.

### 2.1 HOMOSSEXUALIDADE E CATOLICISMO: OS DISCURSOS E A MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL DA ICR.

A passagem entre os séculos XIX e XX foi marcada pelo desenvolvimento de algumas tendências, as quais envolveram elementos importantes nas esferas sociais do ocidente. Dentre elas, destaco a esfera religiosa e jurídica, a emergência do debate internacional sobre a diversidade sexual e, também, os novos arranjos sociais. Nesses saltos temporais, embora a Igreja tenha uma presença no tempo cronológico de longas datas, durante o seu período histórico, através do florescimento de diversas vertentes<sup>13</sup> e novas formas de debates, exigiu um determinado esforço para além das polaridades entre grupos sociais emergentes e grupos religiosos tradicionais (MACHADO, 2006).

Nos últimos 200 anos, os temas abordados no Catolicismo Romano, assim como o universo religioso como um todo, têm sofrido uma perceptível transformação. Para Eric Hobsbawn (1995) a aceleração do mundo trouxe um significativo impacto para a sociedade ocidental em praticamente todas as suas esferas e instituições, sejam elas no campo das sexualidades, do mercado de trabalho, produções, comunicações entre outras.

---

<sup>13</sup> Tais como Tradicionalistas, Renovados, Progressistas, por exemplo.

Considerando essas transformações, para compreendermos a sua estrutura e sua permanência cronológica, de acordo com Marie-André Roy<sup>14</sup> (1990), a ICR é uma das mais antigas instituições religiosas do mundo, sendo herdeira do Império Romano e da Idade Média que se distingue naquilo que pode ser exemplificado por duas telas. Vejamos: Na primeira tela, possuem três tempos distintos: a) o tempo social cotidiano; b) o tempo histórico e espacial, durante seus quase dois mil anos de existência e organização; c) o seu tempo mítico, por meio de sua mensagem religiosa. Dados esses três tempos, correspondentes à primeira tela, a ICR possui na sua hierarquia outra tela, que correspondem a três espaços: 1) um espaço restrito, nos quais permanecem as paróquias e as dioceses sob o poder dos bispos; 2) um espaço amplo dado como universal, sob tutela do Papa e com sede em Roma e 3) um espaço mítico, como todo e qualquer espaço religioso (ROY, 1990; AZEVEDO, 2003).

Para o cientista político e especialista em catolicismo Dermi Azevedo (2003, p. 58) nomeou os tempos e espaços da ICR como “instâncias dialéticas”, onde os atores das instituições disputam de forma política as suas hegemonias, ou seja, podem ser compreendidos como espaços de tipo de poderes que são divididos e desenvolvidos conforme suas necessidades e organizações que reagem e disputam a hegemonia da instituição.

Suas divisões e organizações se dão conforme as orientações oferecidas no Código de Direito Canônico e se desenvolvem nos tecidos sociais da ICR entre seis núcleos: (1) Pontifício, (2) Episcopal, (3) Burocrático, (4) Ordens e congregações religiosas, (5) laicato e (6) sociedade civil, também denominada intra-eclésiástica, que acolhe em seu centro todos os demais núcleos citados, assim como as emergências da sociedade, dentro da própria Igreja.

As características desses núcleos remetem a algumas situações pertinentes para essa pesquisa, a saber: o núcleo pontifício é o ponto de partida da ICR em que há a figura do Papa como bispo de Roma, ou seja, o principal bispo do colégio episcopal mundial e

---

<sup>14</sup> Professora no Departamento de Estudos Religiosos. Membro do Instituto de Pesquisa de Estudos Feministas na Universidade de Quebec, Canadá.

que possui poderes de chefe de Estado<sup>15</sup>, uma vez que é eleito por meio de um conclave<sup>16</sup>. Juntamente aos demais bispos, o colégio episcopal, assim como o clero, possui algumas funções. Uma delas é o anúncio oficial da mensagem bíblica, a administração dos sacramentos e o favorecimento da unidade entre os povos, garantindo a autenticidade da religião e a transmissão da mensagem cristã (AZEVEDO, 2003).

Do ponto de vista legal e jurídico interno da ICR, com a anuência do Código de Direito Canônico<sup>17</sup>, tanto os sujeitos consagrados quanto as suas funções possuem uma jurisdição na Igreja, seja nas arquidioceses, dioceses ou paróquias e comunidades. Tais consagrados reproduzem em larga escala as definições e as transmissões das mensagens cristãs.

Neste sentido, Azevedo (2003) indica que o núcleo burocrático é representado pela cúria romana e, ao mesmo tempo, conjuntamente com o núcleo pontifício, é um poder institucionalizado da estrutura hierárquica na Igreja. Portanto, o núcleo burocrático cuida dos interesses particulares, materiais, jurídicos, disciplinares e doutrinários da Instituição.

Não obstante seja a importância dos demais núcleos, a vivência religiosa mostra que, malgrado os princípios da experiência do laicato e da sociedade civil tenham sido aprovados no Concílio do Vaticano II, o exercício do poder da ICR ainda se concentra nos núcleos pontifícios e burocráticos, que também podem ser chamados de “curiais”. Dirigido pelos discatérios<sup>18</sup>, os núcleos pontifícios e burocráticos administram as

---

<sup>15</sup> Formalmente constituído em 1929, durante o Concílio de Latrão. Atualmente o Papa-Chefe do Estado do Vaticano é o Papa Francisco, desde 13 de março de 2013 e é o 8º Chefe do Estado do Vaticano.

<sup>16</sup> Aposento do Estado do Vaticano, onde acontece uma reunião às portas fechadas para a escolha de um novo Papa e Chefe de Estado do Vaticano. Geralmente esta reunião acontece após o falecimento ou renúncia de um Papa. Os partícipes desta reunião são os Cardeais da Santa Sé e, por ocasião da reunião, fazem um juramento e voto de silêncio sobre as discussões apresentadas durante o Conclave. Até o ano de 2020 foram realizados 73 conclaves e 266 Papas.

<sup>17</sup> É um conjunto de normas jurídicas que organizam a instituição da Igreja Católica Romana, a sua hierarquia governamental, direitos e obrigações dos fiéis e ainda, regulamentam os sete sacramentos da religião católica. Possui sete livros, que são ordenados em cânones que compõem um sistema paralelo aos artigos dos textos legislativos civis. Seus livros organizam-se respectivamente em: Normas gerais; Cuidado do Povo de Deus; Funções magisteriais da Igreja; Funções santorais da Igreja; Bens temporais, Sanções ao conjunto de fiéis e, por fim, dos Processos. Disponível em [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2019.

<sup>18</sup> Nome dado aos ministérios governamentais da ICR.

questões da Igreja de forma mais ativa. Para tanto, no pólo burocrático, a sua representação — denominada Cúria Romana — é conhecida por ter administrado a inquisição e assegurou, predominantemente, por meio da força e da violência, a ortodoxia da ICR durante a Idade Média.

A esse respeito, a jornada dos discursos eclesiásticos que consideram os atos homossexuais como reprováveis busca embasar-se na literatura bíblica, especialmente, num certo tipo de interpretação de seu primeiro livro, o Gênesis, e endossados na narrativa do Evangelho de Marcos. Esse embasamento, possui como pilar a narrativa do Gênesis — localizado no Antigo Testamento (AT) e conhecido como livro das origens do mundo e da humanidade —, onde Deus criou o ser humano, homem e mulher, para se unirem em uma só carne<sup>19</sup>, e posteriormente no Novo Testamento<sup>20</sup> (NT) por meio de sua literatura canônica. Essa narrativa é considerada fundamental para a tradição cristã, porque define a posição homem-mulher dentro de uma relação binária na qual cada um tem seu papel social e função biológica pré-estabelecida na qual ambos, na relação com Deus, são colocados em posição de dependência e obediência.

Indubitavelmente que da experiência literária bíblica até a atualidade existe um arco de tempo cronológico, cujo tratamento e a história da recepção bíblica não constituem o foco dessa dissertação. Entretanto, entende-se que da dependência de Deus à autonomização dos sujeitos, uma série de inflexões hermenêuticas possibilitaram a interpretação das narrativas bíblicas utilizadas pela ICR para afirmar a relação homem-mulher cisgênero como norma, em oposição à homossexualidade como desvio. Pode ser que, de tal postulado decorre a compreensão de uma heteronormatividade universal e compulsória.

Nesse aspecto, o avanço da modernidade, a centralidade dos sujeitos expressa nos direitos humanos e igualitários, a autonomia e, ainda, a racionalidade científica (LIMA, 2006) alojou-se em oposição ao que é postulado e instituído pela ICR. Esse movimento colocou em observação aquilo que a Instituição proclamava como verdade inquestionável. Todavia, frente aos novos arranjos surgidos na contemporaneidade a ICR

---

<sup>19</sup> Gn 2, 4.

<sup>20</sup> Mc 10, 1-12.

baseada em seus argumentos bíblicos, tornou normativos por meio do Concílio<sup>21</sup> do Vaticano II as suas orientações pastorais, com a intenção de preservar a identidade religiosa cristã, oriunda da Revelação Divina. Razão pela qual pode-se afirmar o Concílio do Vaticano II como um importante marco na história recente da igreja, ao qual iremos discutir posteriormente e como reitera o teólogo católico Rosino Gibellini (1998, p. 369-70):

O Concílio Vaticano II pode ser visto como ponto de chegada de um longo processo, em que a fé procurava dar respostas aos desafios da época moderna. [...] Na América Latina, o Concílio não funcionou apenas como ponto de chegada, mas também como ponto de partida de uma nova consciência de ser Igreja. De acordo com esta análise, a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do Concílio à luz da realidade latino-americana, na perspectiva dos pobres a solidariedade como o homem de hoje torna-se solidariedade com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a teologia da libertação.

Gibellini (1998) considera que o Concílio do Vaticano II captou e compreendeu as mudanças culturais, políticas e religiosas ocorridas ao longo da história, sobre as quais a ICR necessitava olhar com maior primor, pois, em certa medida estavam relacionadas aos novos arranjos sociais da humanidade. Portanto, a renovação e a adaptação foram cruciais para pensar sobre essas questões contemporâneas e esses rearranjos sociais.

O Vaticano II encontrou algumas resistências internas, que trouxeram ao cenário eclesial um breve momento de crise, por conta do falecimento do papa convocante João XXIII durante o período da assembleia. Por essa razão, o eleito Papa Paulo VI levou este concílio até o ano de 1965 como seu sucessor. Entre as diversas discussões ocorridas

---

<sup>21</sup> Reunião eclesiástica. Nessa reunião são convocadas as autoridades da ICR. São presididas pelo papa e possui metodologia deliberativa sobre questões de fé, costumes, doutrina ou disciplina eclesiástica. O Concílio do Vaticano II aconteceu entre os dias 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965, por meio de quatro sessões ordinárias. Sua presidência foi realizada pelos Papas João XXIII e Paulo VI, considerando que o convocante e primeiro presidente faleceu durante o período dessa assembleia eclesial.

durante o Concílio do Vaticano II, surgiram quatro constituições<sup>22</sup>, nove decretos<sup>23</sup> e três declarações<sup>24</sup>. Para Gibellini (1998), essa intensa produção de documentos indica que o Vaticano II desejou inserir na vida da ICR uma maior participação dos leigos e uma maior presença na sociedade.

A contribuição de Gibellini (1998) demonstra que a ICR ao discutir as questões sociais, por meio do Concílio do Vaticano II tentou em certa medida, possibilitar condições para a emergência de uma faceta da igreja católica voltada para uma forma inculturada e contemporânea, segundo o ponto de vista da instituição, embora nem sempre as decisões tenham sido consensuais.

Tais modificações na vida da Igreja propostas pelo Vaticano II resultaram em algumas funções e novas metodologias de trabalho. Entre elas destacamos particularmente as novas funções para a Congregação para a Doutrina da Fé<sup>25</sup> (CDF), — antiga Congregação do Santo Ofício ou ainda chamada de Inquisição, que possuía uma postura tal qual um tribunal, com a finalidade de julgar ‘os delitos cometidos na moral’ (Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, art. 52)<sup>26</sup>.

A CDF é constituída por um colégio de bispos e cardeais, chefiada por um prefeito, assessorados por um secretário e por um promotor de justiça. Um exemplo de

---

<sup>22</sup> 1) *Dei Verbum* – A Palavra de Deus -, Que elabora a partir de uma constituição dogmática uma relação entre as Sagradas Escrituras e a Tradição Católica Apostólica Romana; 2) *Lumen Gentium* - A luz dos povos -, que trata sobre a natureza e a Igreja enquanto instituição mística do movimento de Jesus Cristo; 3) *Sacrosanctum Concilium* – O Sacrossanto Concílio -, que trata sobre o interesse litúrgico e as suas modificações de rito e ritual; 4) *Gaudium et Spes* – Alegria e Esperança -, elaboram a partir de uma constituição pastoral os assuntos relacionados ao mundo contemporâneo e os desafios da Igreja frente aos novos arranjos sociais. (tradução nossa).

<sup>23</sup> 1) Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo; 2) Decreto *Orientalium Ecclesiarum*, sobre as Igrejas Católicas Orientais; 3) Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja; 4) Decreto *Christus Dominus*, sobre o Múnus Pastoral da Igreja; 5) Decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre o Ministério e vida dos presbíteros; 6) Decreto *Perfectae Caritatis*, sobre a vida dos religiosos em vida consagrada; 7) Decreto *Optatam Totius*, sobre a formação nos seminários para a vida sacerdotal; 8) Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos fiéis leigos; 9) Decreto *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social da Igreja.

<sup>24</sup> 1) Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã; 2) Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa; 3) Declaração *Nostra Aetate*, sobre as relações da Igreja com as tradições compreendidas como ‘não cristãs’.

<sup>25</sup> Endereço postal: Congregação para a Doutrina da Fé. Palazzo del Sant’Uffizio. Città del Vaticano. Itália. 00120.

<sup>26</sup> Disponível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus-index.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-index.html). Acesso em 13 de novembro de 2019.

delito seria a ruptura dos sacramentos. Os artigos que seguem descrevem a natureza e o caráter dessa congregação:

Art. 48 Função própria da Congregação da Doutrina da Fé é promover e tutelar a doutrina sobre a fé e os costumes em todo o mundo católico: é portanto da sua competência tudo o que de qualquer modo se refira a essa matéria.

Art. 49

No cumprimento da sua função de promover a doutrina, ela favorece os estudos destinados a fazer aumentar o entendimento da fé e para que, aos novos problemas derivados do progresso das ciências ou da civilização, se possa dar resposta à luz da fé.

Art. 50

Ela serve de ajuda aos Bispos, quer individualmente quer reunidos nos seus organismos, no exercício da missão pela qual são constituídos como autênticos mestres e doutores da fé, e pela qual devem guardar e promover a integridade da mesma fé.

Art. 51

A fim de tutelar a verdade da fé e a integridade dos costumes, ela empenha-se incansavelmente por que a fé e os costumes não sofram dano, por causa de erros de qualquer modo divulgados.

Portanto:

1. tem o dever de exigir que os livros e outros escritos, publicados pelos fiéis e que se referem à fé e aos costumes, sejam submetidos ao prévio exame da Autoridade competente;
2. examina os escritos e as opiniões que se mostram contrários à recta fé e perigosos, e, quando resultem opostos à doutrina da Igreja, dada ao seu autor a possibilidade de explicar completamente o seu pensamento, reprova-os tempestivamente, depois de ter informado o Ordinário interessado, e usando, se julgar oportuno, os remédios adequados.
3. cuida, enfim, de que não falte uma adequada refutação dos erros e das doutrinas perigosas, difundidos no povo cristão.

Art. 52 — Julga os delitos contra a fé e os delitos mais graves cometidos tanto contra a moral como na celebração dos Sacramentos, que lhe sejam comunicados e, se for necessário, procede a declarar ou aplicar as sanções canónicas de acordo com a norma do direito, tanto comum como próprio.

Art. 53 — De igual modo compete-lhe julgar, em linha quer de direito quer de facto, tudo o que concerne ao "privilegium fidei".

Art. 54 — Sejam submetidos ao seu prévio juízo os documentos que devam ser publicados por outros dicastérios da Cúria Romana, no caso de eles se referirem à doutrina acerca da fé e dos costumes.

Art. 55 — Junto da Congregação da Doutrina da Fé estão constituídas a Pontifícia Comissão Bíblica e a Comissão Teológica Internacional, que actuam segundo as leis próprias aprovadas e são presididas pelo Cardeal Prefeito da mesma Congregação.

Segundo sua estrutura hierárquica, a CDF compreende quatro ofícios principais: 1) *seção doutrinal*, a qual trata dos assuntos pertinentes à promoção e tutela da moral e da fé; 2) *seção disciplinar* cuja função é se ocupar dos delitos dados como contrários à fé e à moral, além de lidar com outras questões a respeito da fé; 3) *seção matrimonial*, cuidando das relações matrimoniais e, conseqüentemente, da validade do sacramento; 4) *seção do ofício*, analisando as questões interinstitucionais ligados aos ritos e a celebração da liturgia romana ordinária.

A Congregação para a Doutrina da Fé é assistida também por um colégio de consultores, responsáveis por deliberar e enviar seus pareceres para a aprovação do sumo pontífice na figura do papa, e integrar as comissões bíblicas e teológicas internacionais, possuindo um arquivo histórico<sup>27</sup>, cujo acesso é permitido a estudiosos qualificados, autorizados pela Santa Sé.

Outros autores (VAINFAS, 1997; COMBLIN, 1985), no que diz respeito a ética sexual e a homossexualidade, afirmam que há um notório congelamento quanto às posições da ICR e a sua teologia tradicional. Para esse grupo de estudiosos, a instituição católica se fixou moralmente nos tempos da inquisição.

Com base nas discussões realizadas por esses autores ao examinarem o conjunto de obras produzidas pela CDF, um marco na direção dos assuntos da homossexualidade pode ser destacado no ano de 1975, nomeado como ‘declaração’. A declaração foi produzida pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e endereçada aos bispos da ICR, por meio de uma linguagem pastoral.

---

<sup>27</sup> Endereço: Piazza del Sant’Uffizio, 11. Roma, Italia. 00193

O texto “Declaração Persona Humana: Sobre Alguns Pontos Da Ética Sexual”<sup>28</sup> oferece ao sujeito homossexual um modo de conduta pastoral possuindo a pretensão de não discriminar os sujeitos desviantes de suas normas sobre sexualidade. Porém, ao mesmo tempo, não garante que ‘as suas tendências’ seriam aprovadas.

Segundo consta nesse documento, no ponto oito:

Nos nossos dias, em contradição com o ensino constante do Magistério e com o sentir moral do povo cristão, há alguns que, fundando-se em observações de ordem psicológica, chegam a julgar com indulgência, e até mesmo a desculpar completamente, as relações homossexuais em determinadas pessoas.

Eles fazem uma distinção – ao que parece não sem fundamento – entre os homossexuais cuja tendência provém de uma educação falseada, de uma falta de evolução sexual normal, de um hábito contraído, de maus exemplos ou de outras causas análogas: tratar-se-ia de uma tendência que é transitória, ou pelo menos não-incurável; e aqueles outros homossexuais que são tais definitivamente, por força de uma espécie de instinto inato ou de uma constituição patológica considerada incurável.

Ora, quanto a esta segunda categoria de sujeitos, alguns concluem que a sua tendência é de tal maneira natural que deve ser considerada como justificante, para eles, das relações homossexuais numa sincera comunhão de vida e de amor análoga ao matrimónio, na medida em que eles se sintam incapazes de suportar uma vida solitária.

Certamente, na actividade pastoral estes homossexuais assim hão-de ser acolhidos com compreensão e apoiados na esperança de superar as próprias dificuldades pessoais e a sua inadaptação social. A sua culpabilidade há-de ser julgada com prudência. No entanto, nenhum método pastoral pode ser empregado que, pelo facto de esses actos serem julgados conformes com a condição de tais pessoas, lhes venha a conceder uma justificação moral. Segundo a ordem moral objectiva, as relações homossexuais são actos destituídos da sua regra essencial e indispensável. Elas são condenadas na Sagrada Escritura como graves depravações e apresentadas aí também como uma consequência triste de uma rejeição de Deus. Este juízo exarado na Escritura Sagrada não permite, porém, concluir que todos aqueles que sofrem de tal anomalia são por isso pessoalmente responsáveis; mas atesta que os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados e que eles não podem, em hipótese nenhuma, receber qualquer aprovação.

---

<sup>28</sup> Disponível na íntegra em:

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_197512\\_29\\_persona-humana\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_197512_29_persona-humana_po.html). Acesso em 10 de dezembro de 2019.

Na citação acima destacam-se sub-campos importantes para essa dissertação. Embora seja um estrato de texto grande, essa camada de texto resguarda campos semânticos e sentidos que são pertinentes destacar. De introito, o primeiro parágrafo indica uma “contradição” entre o “ensino constante do Magistério” e o sentimento “moral do povo cristão”. Aqui, portanto, o documento expressa haver duas orientações entre a forma da lei e a vivência da religião pelos fiéis católicos. Por meio da análise observa-se que uma orientação é aquela que a doutrina afirma, outra é aquela que a vontade, isto é, o “sentir do povo cristão” indica. Logo, essas orientações são apresentadas como opostas e irreconciliáveis, conforme se pode interpretar com base no parágrafo que vem a seguir.

O segundo parágrafo complementa o anterior ao afirmar essa dita “contradição” como ‘distinção’, isto é, de naturezas diferentes e, portanto, opostas. Embora uma natureza seja de caráter transitório que se entende por passageiro e aberto à mudança, a outra natureza revela-se inata e resultante de uma “constituição patológica considerada incurável”, desta forma irreversível justamente porque não transitória.

Já no terceiro parágrafo da declaração, a exegese observa um reforço do termo “tendência” que por si apresenta-se ambíguo. Se por um lado, a expressão “tendência” pode ser compreendida como uma propensão natural, por outro, é possível também evocar o sentido de uma disposição que pode ser socialmente aprendida. Essa ambiguidade pode tanto indicar uma incerteza dos redatores da ‘declaração persona humana’ com respeito à condição da homossexualidade, quanto uma estratégia, a fim de não se comprometerem com discursos intolerantes e de ódio aos homossexuais. Isto denota que a primeira tendência classificada como “transitória” perde espaço para a segunda considerada inata e congênita. O texto afirma que “nenhum método pastoral” poderá justificar moralmente essa “condição patológica”, porque a homossexualidade seria classificada pela Bíblia como fruto de “graves depravações”, “consequência triste” e passível para a “rejeição de Deus”. Tal estrato segue afirmando que a homossexualidade seria uma ‘anomalia’, da qual decorrem atos “intrinsecamente desordenados”, que não poderiam ser aprovados pela Igreja, enquanto Instituição.

Daí se pode concluir dois direcionamentos recomendados pela declaração aos homossexuais: 1) as tendências aprendidas socialmente sejam tratadas com cuidado na perspectiva de que sejam modificadas, colocadas conforme o padrão homem-mulher baseado nas narrativas bíblicas e em conformidade ao entendimento da passagem do livro do Gênesis, aqui citada<sup>29</sup>; 2) as tendências versadas como inatas não sejam pessoalmente culpabilizadas sem “prudência”, mas acolhidas pela Igreja na esperança de que as pessoas homossexuais possam ser auxiliadas na superação de suas próprias dificuldades de adaptação social. O primeiro entendimento então, parece abrir uma fissura para a compreensão de que haveria um tipo de homossexualidade reversível, enquanto haveria outra não justificável, passível de ser acolhida pela igreja.

Isto posto, para o documento “Declaração Persona Humana: Sobre Alguns Pontos De Ética Sexual” (1975) é a partir dos resultados da genitália humana é que se define o homem ou a mulher, ou seja, a partir dos caracteres físicos, tanto no quesito biológico quanto no psicológico e espiritual. Esses caracteres apresentam a imagem desses sujeitos na sociedade e conseqüentemente as suas identidades sexuais, as quais devem ser seguidas reverberando de diferentes modos nos grupos de estudo, pastorais, movimentos religiosos componentes da ICR e em suas diferentes lideranças, por conta das variadas interpretações despertadas sobre essa declaração.

Outro documento, também originário da CDF, é a carta “Sobre O Cuidado Pastoral De Pessoas Homossexuais<sup>30</sup>”, datado em 1986 durante a década de eclosão da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Esse documento possui como objetivo esclarecer o acompanhamento pastoral dos assuntos relacionados à homossexualidade, que pelo seu modo de tratamento considera a sexualidade homossexual de forma patológica<sup>31</sup>. No nosso entendimento, tal documento recente possui a função de

---

<sup>29</sup> Cf. Nota de rodapé nº 21.

<sup>30</sup> Disponível na íntegra em [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homosexual-persons\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html). Acesso em 03 de julho de 2020.

<sup>31</sup> Como exemplo a utilização do sufixo “ismo”, o qual denota patologia, originando o conceito “homossexualismo”. Isso demonstra uma necessidade de revisão da ICR de, ao menos, uma reavaliação etimológica já que homossexualidade foi retirada do rol de patologias da Organização Mundial de Saúde, no ano de 1990. Veja mais em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329>. Acesso em 03 de julho de 2020.

complementar a declaração redigida em 1975, além de demonstrar também, uma força e uma orientação conservadora, centralizada nas políticas de controle, proteção à família baseado no sacramento do matrimônio e nas legislações e avanços das representações sociais homossexuais.

Dessa forma, a carta orienta que:

O problema do homossexualismo e do juízo ético acerca dos atos homossexuais tornou-se cada vez mais objeto de debate público, mesmo em ambientes católicos. Em tal discussão, propõe-se muitas vezes argumentos e exprime-se posições não conformes com o ensinamento da Igreja Católica, que suscitam justa preocupação em todos aqueles que se dedicam ao ministério pastoral. Por esse motivo esta Congregação julga o problema tão grave e difuso que justifica a presente Carta sobre o atendimento pastoral às pessoas homossexuais, Carta dirigida a todos os Bispos da Igreja Católica.

[...] Somente em tal contexto poder-se-á compreender com clareza em que sentido o fenómeno do homossexualismo, em suas múltiplas dimensões e com seus efeitos sobre a sociedade e sobre a vida eclesial, é um problema que afeta propriamente a preocupação pastoral da Igreja.

Entretanto, na discussão que se seguiu à publicação da Declaração, foram propostas interpretações excessivamente benévolas da condição homossexual, tanto que houve quem chegasse a defini-la indiferente ou até mesmo boa. Ao invés, é necessário precisar que a particular inclinação da pessoa homossexual, embora não seja em si mesma um pecado, constitui, no entanto, uma tendência, mais ou menos acentuada, para um comportamento intrinsecamente mau do ponto de vista moral. Por este motivo, a própria inclinação deve ser considerada como objetivamente desordenada.

[...] A Igreja, obediente ao Senhor que a fundou e a enriqueceu com a dádiva da vida sacramental, celebra no sacramento do matrimônio o desígnio divino da união do homem e da mulher, união de amor e capaz de dar a vida. Somente na relação conjugal o uso da faculdade sexual pode ser moralmente reto. Portanto, uma pessoa que se comporta de modo homossexual, age imoralmente.

[...] A Igreja não pode despreocupar-se de tudo isto e por conseguinte mantém firme a sua posição clara a respeito, posição que não pode, certamente, modificar-se sob a pressão da legislação civil ou da moda do momento.

Do ponto de vista da datação, esse documento mais recente revela um posicionamento atualizado da ICR, mesmo sendo ele complementar ao próprio

documento conciliar do Vaticano II. A Carta aponta para uma posição mais assertiva da instituição acerca do debate homossexualidade e a doutrina da Igreja Católica Romana.

Nesse mecanismo, ao se tornar assertiva e fechada aos novos arranjos sexuais contemporâneo afirma por meio da expressão “modificar-se sob a pressão da legislação civil ou da moda do momento” a configuração de uma homossexualidade como moda e de experiências transitórias, justificando uma compreensão em que a homossexualidade pode ser revertida.

Por meio desses documentos, os sujeitos homossexuais católicos são, portanto, convidados a viver sua faculdade sexual com vistas ao autodomínio, reeducando suas liberdades interiores na oração e busca da Graça, recorrendo aos sacramentos protegidos pela ICR, com a tentativa de almejar a perfeição cristã<sup>32</sup> por meio do auxílio de determinadas pedagogias. Planos esses apontados pelo doutor em teologia ética e psicologia Giovanni Cipriani (2018, p. 72).

Um plano poderia ser:

Delinear uma pastoral de acompanhamento humano e psicológico com pessoas maduras e cientificamente preparadas para desencadear processos de ‘reorientação’;

Manter o justo equilíbrio entre acolhimento misericordioso e acompanhamento gradual rumo a uma autentica maturidade humana e cristã;

Apresentar o valor humano e cristão da sexualidade, mostrando que ‘a homossexualidade não é dom de Deus’, mas uma orientação ‘não natural’ surgida por causas alheias à vontade da pessoa;

Ajudar a rezar, a ler a Palavra de Deus, a fazer experiência da paternidade de Deus, a manter a esperança em Deus, na Igreja, na comunidade.

Uma reflexão mais apurada sobre a postura adotada pela ICR pode se voltar para as experiências de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ e a sua forma de interação social vistas anteriormente. Para esses documentos analisados, é no contexto heterossexual que ocorre a única possibilidade humana de dualidade entre o masculino e o feminino, ofertada pelas suas diferenças anatômico-fisiológicas, psicológicas, sociais. Sugeridas pelas pedagogias

---

<sup>32</sup> Catecismo da Igreja Católica, 2359.

de reversão da homossexualidade com vistas a uma ‘reorientação’ sexual, a ICR sugere que a homossexualidade é classificada como um fracasso na natureza e uma falha no resultado da sexualidade humana, pois não se enquadra no perfil da heterossexualidade, uma vez que não se materializa na procriação.

Sem embargo para a doutrina da Igreja, a pessoa homossexual moralmente não é responsável por sua ‘orientação’ sexual, mas sim pela sua prática condenada. Porém, segundo a ICR, independentemente da sua orientação sexual, o sujeito deve ser respeitado na sua dignidade e também na acolhida pelos agentes de pastoral e do clero. Nesse sentido, a Igreja não expressa qualquer julgamento explícito sobre a complexidade da condição sexual, já que afirma que a homossexualidade é uma “orientação”, embora reitere que o lugar legítimo para a intimidade entre duas pessoas seria o casamento homem-mulher, mas afirma que os atos sexuais homossexuais não podem em nenhuma hipótese receber aprovação<sup>33</sup>.

Esse mecanismo da ICR desagua no Catecismo da Igreja Católica (CIC), que afirma entre as suas orientações:

**2357** A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atração sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. [...]. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

**2358.** Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objetivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. [...]Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

**2359.** As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

---

<sup>33</sup> Catecismo da Igreja Católica, 2357 e 2358.

Desse modo, no Catecismo da Igreja Católica (CIC), datado em 1992, as orientações relacionadas às questões da homossexualidade baseiam-se na passagem bíblica sobre o mandamento da lei de Deus, denominado, “não atentar contra a castidade<sup>34</sup>” estando na mesma seção em que constam questões relativas ao sexo antes do casamento, masturbação e ou utilização de métodos contraceptivos (ARAÚJO, 2014), que podem abrir lacunas de incentivo para violências psicológicas e físicas.

Embora a missão da Igreja esteja pautada na acolhida, na verdade e na misericórdia, conforme o Mandamento da Lei de Deus orientado pelo ensinamento bíblico “Amai-vos uns aos outros”<sup>35</sup>, o sentido de acolher o sujeito homossexual apresentado nos três documentos da Santa Sé, entretanto, parece contradizer o ensinamento bíblico, já que a doutrina não aprova os atos realizados pelos desviantes de uma sexualidade heterossexual.

Para tanto, em todos os documentos, o argumento é de autoridade bíblica. Assim, dessa forma, a ICR se coloca apenas como porta-voz da verdade absoluta da homossexualidade como depravação grave expressa na doutrina, dotando-se de um artifício, em última instância de uma posição acolhedora, mas que não aceita a homossexualidade por conta da revelação de Deus manifestada na Escritura.

## 2.2 A DINÂMICA DA TEOLOGIA MORAL E OS SEUS MOVIMENTOS DE CASTRAÇÃO SEXUAL DA IGREJA

A partir do ponto de vista da Instituição, a religião não toma para si o desejo homossexual como pecado, mas de um modo geral, percebe a homossexualidade como um desejo quase sempre visto como um fenômeno oriundo de questões externas ao indivíduo que podem ser: abusos, traumas, possessões demoníacas, ou até mesmo

---

<sup>34</sup> I Timóteo 4, 12.

<sup>35</sup> Na narrativa bíblica disponível em João 15, 12-17, Jesus indica fundamentos para a implementação da justiça e caridade cristã, com vistas à erradicação das relações egoístas buscando uma capacidade de amar aos semelhantes.

escolha, sendo passível, portanto de conversão, cura e reorientação (NATIVIDADE, 2009).

Portanto, como demonstrado anteriormente, o catolicismo romanizado por meio de seus documentos produziu o entendimento segundo o qual alguns sujeitos possuem “tendências homossexuais profundamente enraizadas”, que podem ser entendidas como desordenadas e, por isso, irresponsáveis, já que não possuem domínio de seus instintos e responsabilidades (ARAUJO, 2014). Sob essas prerrogativas, a ICR mantém o seu interesse em uma reorientação.

A partir dessa dinâmica, pode-se afirmar que a ICR compreende a homossexualidade como algo negativo que deve se sujeitar a certa forma de controle, por conta de uma interpretação bíblica. Esse conjunto literário de referências sobre o qual se assenta a doutrina católica frequentemente é caracterizado por pessoas que fazem a chamada Crítica das Fontes<sup>36</sup>, revestindo um pano de fundo patriarcal, ao qual tem a figura feminina ou a sua associação como algo perigoso e temível, embora necessária para a procriação. O fundo patriarcal foi identificado e desconstruído pela exegese feminista, protagonizada por diversas mulheres exegetas. De modo geral, todas assumem que o quadro histórico que subjaz à produção dos textos bíblicos do Antigo Testamento e do Novo Testamento é constituído por sociedades em que o poder sacerdotal e a autoridade masculina se sobrepuseram ao protagonismo das mulheres ao qual foi apagado no processo de redação, edição e construção da tradição religiosa judaica e posteriormente, a cristã. Assim, não apenas a história da cristandade teria sido produzida e legitimada por homens, mas também feita e inserida no cenário eclesial por eles<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> A Crítica das Fontes deriva das escolas de criticismo bíblico originárias da teologia alemã do início do século XIX. Ela divide-se em três dimensões da situação que subjaz ao texto bíblico, entendido como fonte histórica: a situação das atividades históricas das comunidades, a forma como foram relatadas e a forma como foram redigidas pelos seus autores. Existe um amplo espectro sobre pesquisa bíblica, que não é objeto dessa dissertação, mas brevemente tratada em: RODRIGUES, Elisa. Primavera de interpretações: uma proposta de exegese para os textos bíblicos de Richard Bauckham. In *Teológica. Revista Brasileira de Teologia*, n. 6, ago./dez., Rio de Janeiro, 2018, p. 25-41.

<sup>37</sup> Cf. FIORENZA, Elisabeth Schüssler (Ed.). *Feminist biblical studies in the twenieth century: scholarship and movement*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2014. [The Bible and Women: Na Encyclopedia of Exegesis and Cultural History].

Em síntese, pode-se compreender que aquilo ligado ao sexo é alvo de suspeita para o cristianismo institucionalizado (RYAN, 1999), cujo reforçou os binarismos e os dualismos do judaísmo antigo e cristianismo helenizado hierarquizando-os, por exemplo pela noção de celibato e com a contraposição entre sexo e desejos, as quais corroboram o entendimento do sexo como forma de conduta em que se cede às emoções.

Essa hierarquização encontraria eco ainda no pensamento platonista caracterizado pelas distinções dualísticas: alma *x* corpo, racional *x* irracional, dentre outras, que corroborou à definição da oposição dos papéis homem-mulher. Segundo essa oposição, o homem seria dotado de mente, razão e força e, para a mulher caberia a função da gestação e os atributos de emoção e da irracionalidade. Essa construção supõe que o mundo das emoções deve ser subordinado à força, ao controle e ao mundo racional que, neste caso, é ditado pela figura e a ordem do homem. essa perspectiva é influenciada por Santo Agostinho, um dos padres principais na teologia católica, onde entre os séculos IV e V foi eminente referência que constituiu o imaginário cristão-católico promovendo a relação entre sexo e pecado original na teologia e doutrina católica (LIMA, 1996).

Para Ryan (1999):

Agostinho ensinou que todos os atos sexuais são, em certa medida, pecaminosos porque pelo menos alguma luxúria está virtualmente implicada em cada um deles. Para Agostinho, o pecado de Adão e Eva foi transmitido através das gerações por meio da união sexual. (RYAN, 1999. P. 115-116)

Na reimpressão dos escritos patrísticos, produzido pela *Editora Paulus*<sup>38</sup>, para Agostinho o amor conjugal era considerado um dever com finalidade de procriação, mesmo que neste caso tenha uma mancha de pecado original de Adão e Eva (AGOSTINHO, 1997). Nas suas entrelinhas percebemos o entendimento em que a união sexual deveria ser praticada para procriação, e que nenhuma tentativa de contracepção poderia ser moralmente aprovada. Neste caso, impedir a concepção ou a procriação seria errado e, conseqüentemente, pecaminoso.

---

<sup>38</sup> Confira em [https://www.paulus.com.br/loja/patristica-o-livrearbitrio-vol-8\\_p\\_731.html](https://www.paulus.com.br/loja/patristica-o-livrearbitrio-vol-8_p_731.html). Acesso em 10 de abril de 2020.

Neste sentido, para a ICR a questão torna-se um problema sério quando os atos homossexuais entram em contato com outros elementos da ética sexual dada pela Igreja. Esses códigos estabelecem funções, posturas corpóreas e atividades voltadas à família heterossexual, ao matrimônio e por excelência, para a procriação. Desta forma, toda e quaisquer prática sexual à margem dessa finalidade — mesmo que dentro do casamento — são consideradas a partir do ponto de vista da ICR, um atentado contra a castidade e contra os princípios éticos da sexualidade humana.

Para se compreender esses mecanismos da ICR em questões morais é necessário que se compreenda a complexidade da própria Igreja e a sua diversidade na identidade institucional, como vistas no capítulo I. Nessas diversidades identitárias estão inseridas a atuação dos bispos, suas conferências, as diferentes teologias e a consciência dos fiéis.

Portanto, esta dinâmica da teologia que trata da complexidade entre a homossexualidade e o cristianismo católico apostólico romano, que enfoca a doutrina e a atuação da Igreja alimenta-se de um passado por meio de uma herança da tradição do judaísmo antigo e do cristianismo institucionalizado, cujo concedeu base para uma visão de mundo e organização das sociedades no Ocidente (LIMA, 2006). Nesse sentido, em função dessa doutrina católica, que para o teólogo Luís Correa Lima (2006) “basicamente condena as questões homossexuais e o casamento gay”, a base teológica dessa instituição encontra nas sagradas escrituras, no caso, a Bíblia, as suas referências para os atos homossexuais como atos de “graves depravações” e “intrinsecamente desordenados”.

Derivada de uma interpretação literalista de estratos bíblicos, especialmente, do AT, essa doutrina ainda considera a homossexualidade como uma forma de vida contrária à ‘lei natural’, estando à margem de nenhuma forma de aprovação e, por tal razão, convida os homossexuais a viverem a abstinência sexual, por meio da castidade. Essas questões inserem no contexto católico um dispositivo de controle, tendo como pano de fundo a sua pedagogia religiosa.

Esses dispositivos de controle envolvem aquilo que é dito e o que não é dito para a constituição da sexualidade a partir de seus discursos, práticas e orientações pastorais aos quais a ICR adota. Para esse dispositivo, a emergência de uma pedagogia religiosa (LOURO, 1999) se faz presente à medida em que, seu discurso se dispõe a regular os

corpos e conformar padrões de certo e errado definindo comportamentos e práticas sexuais.

Michel Foucault (1988), ao historicizar a sexualidade, tentou desnaturalizar as categorias de homossexualidade e heterossexualidade ao demonstrá-las como conceitos construídos por palavras, discursos e histórias. Mostrou também como a biologia provocou uma implicação nas construções de verdade sobre a sexualidade, que aponta um binarismo sexual. Nesse sentido, a influência dos estudos foucaultianos também mostra como esse binarismo institucionalizado constrói as práticas sociais e vice-versa.

Essas teorias suscitam a possibilidade de discussão sobre as relações da Igreja com aproximações ou repulsas à heteronormatividade<sup>39</sup>, pois são reflexões que derivam de um período anterior da ICR, assim como a sua construção teórica. Portanto, no atual contexto, essa caça da doutrina católica às sexualidades consideradas renegadas, incorpora o seu passado uma história e sua hierarquia, estampando nas subjetividades dos sujeitos, ideias de que sejam indivíduos que atentam contra a sociedade. Nesse aspecto, as relações entre a discricção, sexualidade e os processos de construção das identidades, originaram determinados conflitos e interações (NATIVIDADE, 2010), que ainda estão presentes na atual pluralidade da vida social.

A fórmula disposta pela doutrina, que oferece à heteronormatividade uma prerrogativa de dar conta de uma roupagem social, ainda faz sentido? Para este breve questionamento, se antes essa ordem exigia que todos fossem heterossexuais, hoje para a comunidade religiosa a ordem sexual exige que todos, heterossexuais, homossexuais e outros indivíduos, organizem suas vidas conforme o modelo supostamente coerente da heterossexualidade, ou seja, ainda percebemos uma heteronormatividade compulsória. Isto posto, para a ICR todos os sujeitos devem ser heterossexuais para serem considerados normais e devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, sejam heterossexuais ou não. Essa fórmula político-pedagógica que organiza a vida das pessoas pode ser um pano de fundo para a homofobia pastoral e ainda para práticas reparadoras da sexualidade dentro da Igreja.

---

<sup>39</sup> A heteronormatividade vem do grego *hetero*, "diferente" + do latim: *norma*, "esquadro". Possui ligação com a heterossexualidade e enquadra qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, e pode ser considerada como a única orientação sexual dada como normal ou natural.

Para a teóloga Guacira Louro (2000):

A homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aprovação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes o que Peter McLaren (1995) chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos homossexuais como pelos próprios. (LOURO, 2000, p. 29)

Para Louro (2000) tal dispositivo se atualiza na medida em que avança a contemporaneidade e dessa maneira, o campo das experiências não deveriam ser vistas como um objeto unívoco, pois coloca-se em pauta diversas concepções e definições que dependem das experiências de vida e de ideologias assumidas pelos indivíduos, consciente ou inconscientemente. Essa multiplicidade envolve emoções, estados e expressões corporais. Sobre essas relações, muitas vezes, a pedagogia religiosa e a homofobia torna-se caminho para a violência em quaisquer esferas, uma vez que, de acordo com a teóloga feminista Ivone Gebara (2000), a linguagem religiosa é uma linguagem voltada à fraternidade, que possui uma etimologia na palavra em latim *frater*, que significa irmão e subentende a normatização do masculino e não à sororidade, que possui origem na palavra latina *soror*, irmã.

Um possível caminho que nos auxilia a responder essas questões é o entendimento de que tais discursos são concebidos em níveis de abominação, pecado e desordenamento dados a partir de um entendimento judaico-cristão, sob o qual a Igreja adotou uma ‘ordem’ dos sexos e a caracterização de patologia, conforme demonstrado no início desse capítulo.

De acordo com Natividade (2013, p. 45):

Do ponto de vista interno da religião poderíamos dizer que estão em jogo definições de pecado e códigos de santidade. Mas uma análise que discute a distribuição de privilégios e status sociais busca entender que tipo de estereótipos e visões negativas estão implícitas. Em todo o debate que acompanhamos, nas esferas públicas e privadas, é realçada a atribuição de valor positivo à heterossexualidade e desqualificação da homossexualidade e demais expressões da diversidade.

Tal compreensão estribada pela religião, segrega e marginaliza ainda mais a comunidade dissidente, causando certo impacto no cenário social. Um exemplo dessa questão, como afirma o teólogo Queer André Musskopf (2013) é a capacidade do discurso religioso conservador, que respaldado numa interpretação literalista dos cânones bíblicos tem a capacidade de esfriar os debates acerca da sexualidade de sujeitos homoafetivos em níveis públicos, atrasando a garantia dos direitos em igualdade para todos, incluindo a criminalização da homofobia.

### 2.3 OS DISPOSITIVOS DE CONTROLES SOCIAIS DA IGREJA

Nas últimas décadas, o processo institucional da ICR sofreu um grande processo de modificação e transformação e em certa medida, se acelerou na sociedade ocidental, marcando um profundo questionamento das práticas e das normas do campo de pesquisa entre as interfaces religião e sexualidade. Esse processo vem sendo caracterizado pela tendência de uma crescente diversidade entre as esferas da sexualidade, opondo-se ao padrão heterossexual predominante, já que os movimentos pró gênero e sexualidade fizeram emergir nos últimos anos, novos mecanismos que revelam que a vivência da sexualidade se estende às questões não somente reprodutivas.

Notoriamente, em face da temática sexualidade, no campo de vista da religião, as instituições religiosas em seus contextos gerais formularam suas normas morais e éticas, regulando a experiência e individualidade de seus fiéis. Entre elas, a ICR não constitui uma exceção, considerando que sua doutrina moral, por meio de sua tradição poli-secular, baseadas em alguns determinados princípios básicos — Dignidade, amor e defesa da vida —, se concretizam na sacralização do matrimônio heterossexual e monogâmico, com vistas à reprodução e de uso exclusivo da sexualidade.

Esse tipo de pensamento não se revela apenas como um discurso estático. Uma vez inserido na história, esse discurso doutrinário se reflete também em sua proposta pastoral. Porém, se os princípios pastorais podem ser vistos como elementos perenes, a formulação destes discursos aos quais a Igreja adota, também podem sofrer uma variação no tempo e no espaço, que não ocorreu como planejava a ‘abertura da igreja’ proposta

pelo Vaticano II, e como percebidas nos documentos apresentados pela Instituição nas décadas posteriores. Neste sentido, percebemos uma variação ou lacuna permanentes entre o pensamento da ICR e as condições sociais, políticas e culturais nas quais a Igreja se encontra introduzida, mesmo com avanços proporcionados pelo Concílio do Vaticano II e com a ascensão da Teologia da Libertação.

A doutrina da ICR não se limita apenas aos discursos oficiais do magistério da Igreja; tais discursos expressam-se em diferentes canais, como na interpretação dos textos sagrados e nos ensinamentos de Cristo, os quais são tomados como um dos pilares fundamentais da fé católica, assim como no seu colegiado apostólico. Esses colegiados são responsáveis tanto pela interpretação quanto pela legitimação, divulgação e implementação da doutrina católica. Em consequência disso, segundo as concepções da ICR, o tratamento dado à sexualidade como uma dimensão da vida humana, mesmo em diferentes níveis, contém funções primárias de pertencimento, as quais são respaldadas por narrativas que apontam para o amor, família e reprodução como resultados de ligações intrínsecas da natureza heterossexual.

Tomada como pressuposto a visão formal católica da sexualidade, fixada numa relação binária e dual entre masculino e feminino, bem e mal, homem e mulher, iniciada a partir da interpretação dos cânones bíblicos, ao analisar sob uma perspectiva de disciplinarização, Foucault (2006) salienta que a partir do movimento de Contra Reforma no Século XVI, a prática da confissão, penitência e jejum readequou o controle dos corpos, desejos, pensamentos e intenções, não se fixando apenas nas práticas sexuais, mas também em todas as suas insinuações.

Assim, tal binaridade é reforçada na contemporaneidade por meio de outros dispositivos de controle dos corpos, agora, instaurados pela doutrina disposta pela ICR nas décadas seguintes ao Vaticano II. Essa instauração de controle destaca a confissão e a penitência como dispositivos acionado pela fala do sujeito, o qual confessa aquilo que é considerado pecado. Com isso, na medida em que o sujeito confessa o pecado da homossexualidade e pratica a penitência e o jejum como ações purificadoras, ele assume e reconhece aquele ato como desvio de uma regra ditada pela Instituição. Essa autocorreção reforça a classificação do pecado e imputa culpa a pessoa pecadora.

Desta forma, a pastoral cristã condicionou a instauração do dispositivo da sexualidade expostos pelos seus documentos e interpretações literalistas da Bíblia, o qual não se manteve apenas na confissão dos atos contrários à moral eclesial, mas também em:

[...] produzir efeitos específicos sobre o desejo, pelo simples fato de colocá-lo integral e aplicadamente em discursos: efeito de domínio e de desinteresse, sem dúvida, mas também efeito de reconversão espiritual, de retorno a Deus [...] e que se tenha esperado desse discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo. (FOUCAULT, 2006. p. 29)

Para Valéria Busin (2008), a pastoral cristã instituiu uma série de técnicas de censuras sobre o desejo sexual. Técnicas essas que extrapolam os limites da espiritualidade, de modo a se tornarem essenciais aos mecanismos de poder, por meio da implantação dos dispositivos de sexualidade.

Foucault (1988) aponta que os dispositivos possuem relação de poder para classificar, reparar e organizar a sociedade, portanto, aqueles considerados como ameaças à ordem social devem ser isolados, como forma de exemplos à sociedade.

Se até o Século XVII haviam três códigos que regiam as práticas sexuais: o canônico, a pastoral cristã e a lei civil, nos quais a sociedade se centrava para gerir as relações matrimoniais e orientar suas prescrições sexuais, objetivando a procriação; após a explosão inclusiva civil, essa centralidade foi modificada e passou a interrogar sobre os demais sujeitos, como por exemplo, as crianças, os idosos, os homossexuais, a fim de que estes confessassem aquilo que são. Daí que surgem, segundo o pensamento foucaultiano, no âmbito da sexualidade, as infrações morais e legais contra o casamento e a família, considerando as questões da natureza do sexo e que implicam, em certa medida, a aliança.

Na segunda metade do Século XX emergiram novos sujeitos e direitos e logo a promoção de debates acerca de políticas públicas que acolhessem esses novos grupos. Concomitante, emergiram os debates na academia e posturas que acompanharam este cenário, problematizando a relação entre religião, gênero e sexualidades. Como pode-se observar na citação que segue:

A religião é, antes de tudo, uma construção sócio-cultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça / etnia; é adentrar num complexo sistema de

troca simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sócio-cultural permanente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades [...] analisar gênero e religião no contexto acadêmico é trabalhar com duas marginalidades (SOUZA, 2004, p. 122)

A partir dessas problematizações, verificou-se que sexualidades, gênero e religião podem ser compreendidos como conceitos fluidos e dinâmicos, na medida em que, nestes casos, essas categorias devem ser entendidas como construções sociais, sujeitas à história e às relações de poder.

Entretanto, foi o Concílio do Vaticano II que abriu um espaço de debates e discussões dentro da Igreja, ao dedicar-se às questões do matrimônio e da família, ao promover o documento *Gaudium et spes*<sup>40</sup>, onde descreve o casamento como uma “íntima comunhão de vida e amor conjugal”, valorizando a procriação, como decorrência do amor entre um homem e uma mulher. Tais dispositivos se instalaram a partir do pensamento do suporte das relações, que se tornaram na contemporaneidade eclesial uma problemática carnal, dotada de desejos e que se fixam na família como um permutador da sexualidade (FOUCAULT, 2006).

Normalmente, há uma compreensão em que as instituições religiosas são responsáveis por seu conjunto de fieis, que instauram, uma metodologia de sequestro e que são ainda, instituidora de uma série de comportamentos. Esse mecanismo demonstra que nos tempos atuais, a liberdade religiosa confirmada pela laicidade do estado, efetiva-se na prática e não somente nas múltiplas denominações, mas também na existência de uma diversidade de crenças e pertencimentos religiosos.

O modelo católico familiar, associado à função reprodutiva, sejam nos campos físicos ou culturais, estão atrelados e não dialogam com a contracepção, o divórcio, o aborto, a homossexualidade, por isto, são apontados, parcialmente como ameaças à instituição católica (MACHADO, 2006).

Para Busin (2008), o modelo civil favoreceu a individualidade do sujeito, ou das famílias e seus novos arranjos. Nesse sentido, para Machado (2006), essa nova fórmula

---

<sup>40</sup> Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. Promulgada em 7 de dezembro de 1965.

de vivência promoveu um estiramento dos tecidos antigos da ICR e ainda nos tempos atuais ainda não se dá sem tensões, entre a autonomia das pessoas, identidades coletivas, ou a pertencas familiares.

Por esta razão, a Igreja insiste no campo familiar como reprodução de sua esfera religiosa, por ter um lugar privilegiado de socialização e transmissão dos valores religiosos. Nesse sentido, como as tradições religiosas e principalmente o catolicismo, não dispõem de mecanismos coercitivos civis, eles insistem em manter na família, uma aliança e os seus valores morais defendidos por ela. Portanto, a ICR é o “repositório mais abrangente de reflexão e elaboração pastoral” e marca as relações entre o que é sagrado e profano.

Embora o Vaticano tenha produzido, através da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé — CDF, uma série de documentos condenando a homossexualidade e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB — tenha endossado essa realidade, esses movimentos revelam discursos diferenciados em ações às demandas dos movimentos feministas e também das pessoas homossexuais.

Tais valores morais e éticos, baseados na natureza como inspiração divina e formulada pela patrística<sup>41</sup>, de forma hegemônica, pautou e fundamentou, através da doutrina católica, uma concepção oriunda da dualidade grega de corpo e alma, e também da pureza do corpo, inspirada no judaísmo. Destarte, essa relação possibilitou uma criação da figura do sodomita, combatida em momentos de outrora da história cristã (MACHADO, 2010).

É oportuno lembrar que o pensamento naturalista católico vem sendo atualizado nas últimas décadas, não só por causa dos debates científicos contemporâneos sobre a sexualidade humana, mas também em função do ‘discurso naturalista que desempenhou historicamente um papel central nas lutas dos homossexuais. [...] o próprio movimento LGBT, ao acionar argumentos naturalistas para combater a discriminação por orientação sexual, acaba retribuindo para a recomposição do discurso católico de base naturalista. Nesse sentido é que vai se tornando hegemônica a percepção de que “por trás da infração à lei natural, pode-

---

<sup>41</sup> Filosofia utilizada nos primeiros séculos da era cristã que corresponde ao período em que foram elaboradas a doutrina da Igreja. Os textos patrísticos correspondem à doutrina de verdade e de fé e utilizam-se de defesa contra aqueles que atacam a Igreja, considerando-os hereges; também são responsáveis pela progressão dos dogmas católicos, assim como os costumes, rituais e rumos da Igreja.

se encontrar, ainda que anômala, uma natureza” e emergem “posturas conservadoras e progressistas, perpassadas pela temática do naturalismo. Ser homossexual não é, necessariamente, pecado — ainda que a prática homossexual possa ser culpabilizada. (MACHADO, 2010)

Ainda assim, esse movimento de reposicionamento dos segmentos católicos, quanto à sexualidade e as relações morais nas privacidades dos indivíduos, imperam o princípio da misericórdia e a compaixão, que aparecem nos discursos dos documentos religiosos. Nessa perspectiva, embora a homossexualidade seja percebida como uma condição sexual, e conseqüentemente para a Igreja, uma escolha individual, e mereça o seu respeito, a ICR, por meio de seus documentos, salienta que estas condutas não possuem o domínio ‘natural’ da vida.

Este mecanismo demonstra que, para a decepção de muitos que esperavam alguma revisão na doutrina católica, os dispositivos de controle, reiteravam um pensamento tradicional que valoriza os métodos considerados ‘naturais’. Esses métodos, compreendidos como os únicos e permitidos para a vivência da sexualidade provocou, em certa medida, uma reação sem precedentes sobre os pronunciamentos, que continuam a seguir a perspectiva dos predecessores papais e presidentes da Congregação para a Doutrina da Fé.

Uma análise do posicionamento da Igreja em termos de ética não deve, portanto, reduzir-se apenas aos pronunciamentos oficiais, para Anjos (1976):

Quando se fala em Igreja, com facilidade se subentende a sua hierarquia mais alta, o papa e os bispos. Estes falam oficialmente em nome da Igreja. No entanto, a Igreja não se reduz à instância hierárquica que é minoritária. Embora o posicionamento oficial seja nela de grande peso, a reflexão ética se tece em seu meio também com a participação de outros segmentos importantes com o trabalho dos teólogos e a prática e o sentimento dos católicos em geral (ANJOS, 1976. p. 1066).

Desta forma, é possível distinguir outros tipos de discursos, além dos que expressam a posição das altas cúpulas religiosas da tradição católica apostólica romana, neles podemos compreender que os discursos teológicos, revelam um debate voltado a uma reflexão científica. O discurso pastoral por exemplo, que incluem as práticas e

orientações para congregações religiosas de padres e freiras ou de comunidades de vida consagrada assim como os discurso dos fiéis, demonstram esses discursos em suas vidas práticas (MACIEL, 2019)<sup>42</sup>.

Essas formas de discurso não estancam a pluralidade das posições da ICR, já que elas também se dão dentro das pequenas Igrejas e comunidades, neste sentido, a tarefa de distinguir outras formas de discursos, oferece uma tarefa árdua e sem precedentes, já que elas consideram o discurso teológico um elemento sistematicamente formulado, que não ocorre com o discurso pastoral e o discurso dos fiéis, pois estes, refletem basicamente a relação social nos grupos e vozes diferenciadas de forma espaçada e diferenciada.

Essas questões refutam um pensamento onde as relações de sexualidade eram dadas apenas para a procriação demonstram, em certa medida, uma interpretação em uma dimensão mais ampla, que supõe uma consciência criativa da Igreja.

## 2.4 O UNIVERSO DA SEXUALIDADE E OS DIREITOS IDENTITÁRIOS

A temática da sexualidade no campo da religião vem se transformando de forma acentuada e propõe um novo desafio, particularmente, aos setores mais conservadores da Igreja. A transformação social e política vem sendo apropriada, ampliada e repensada a partir da presença mais significativa de negros, mulheres, indígenas e, não por menos, dos sujeitos desviantes. Essas novas temáticas nos interessam à medida em que as teologias feministas se tornam uma realidade no momento atual, como nos aponta a teóloga Maria Clara Bingemer (1996):

O desafio de pensar suas corporeidades, sexualidades à luz do cristianismo e em diálogo com o magistério da Igreja, sem deixar de enfrentar as questões colocadas pela ciência e pela modernidade, é uma missão que não podem se furtar. (BINGEMER, 1996. p. 2)

---

<sup>42</sup> Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Religião, gênero e sexualidade no campo de vista da religião: provocações a partir da Igreja Católica e a sexualidade homossexual”, apresentado pelo pesquisador durante o III Seminário Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares, por ocasião da conclusão do curso de especialização em Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares, na Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo como orientador Prof. Dr. Roney Polato de Castro, em 2019.

Tal tarefa já começa tomar corpo nas próprias experiências e práticas religiosas, embora as mulheres e teólogas já reconheçam a sua enormidade. Nesta linha de pensamento, a freira católica, filósofa e teóloga feminista Ivone Gebara (1990) enfoca a necessidade de não compreender apenas uma moral sexual, na qual se alinham comportamentos da sexualidade, mas sim na elaboração de uma teologia da sexualidade.

Entre os diversos tipos de situações expandidas ao contexto social que se originam, nenhum deles é estático, como bem nos recorda o sociólogo da religião Antonio Pierucci (1978), que nos auxilia a pensar a ideologia católica sobre a reprodução humana como algo que “não está instituída de uma vez por todas e por todos os lugares”. Este movimento pode causar inadequações e ainda, diferenças entre discursos e práticas, proporcionando defasagens e ainda, contradições dentro da própria instituição.

Não se trata de uma novidade, uma vez que estes movimentos de novas transformações, enquanto instituição social, não se apresentam de forma unívoca, aliás, o que nos chama a atenção não são exatamente os descompassos e hiatos nos discursos e práticas, mas sim o grau de extensão os quais estes adquiriram.

A rapidez das modificações nos comportamentos sexuais nas últimas décadas teve uma influência no interior da ICR. Será que a Igreja percebeu estas mudanças na sociedade? Ora, se até a metade dos anos de 1960 a matriz dominante era patriarcal e misógina, na qual em tudo o que se diz respeito a tal tema, era marcado por proibições e condenações, que apagavam em certa medida, a existência de determinadas transgressões, atualmente, estas controvérsias, no ponto de vista eclesial, adquiriram uma visibilidade maior.

Talvez esta relação não fique tão clara, ao analisar exclusivamente o discurso oficial da hierarquia da ICR. Já que a hierarquia da ICR se altera de forma lenta, como uma máquina enferrujada e antiga. Entretanto, são nestes tecidos que as novas visibilidades se tornam mais emergenciais, uma vez que afirmam questões próprias e, ainda, uma posição do discurso escrito pela ICR ainda em vigor, que datam das décadas de 70, 80 e 90, por meio de seus documentos.

Para Pierucci (1978):

Mudam os padrões de reprodução humana, mudam as demandas de legitimação religiosa e se patenteia a contradição entre a doutrina tradicional da hierarquia católica e o comportamento reprodutivo dos católicos. (PIERUCCI, 1978. p. 33)

A extensão deste desacordo na prática constitui um problema para o qual não podemos tapar nossos olhos ou ainda, minimizá-lo, pois, refere-se à magnitude que vem assumindo o hiato entre os novos arranjos sexuais e a instituição da ICR. Essa relação pode ser considerada inclusive como um abalo submerso, que corresponde não ao cisma institucional, como aqueles que ocorreram na história da Igreja ao longo dos anos, culminados em rupturas, mas sim de um descosturamento de parte do conjunto de fiéis, cujo estão sujeitos aos ensinamentos da doutrina e da prática da ICR (PRINI, 1999. p. 78). Esses fiéis não aceitam ou vivenciam as posições das orientações práticas ou doutrinárias, considerando-as como inadequadas ao tempo e espaço atual, utilizando-se de palavras ou atitudes mais explícitas (MACIEL, 2019), e que acolhem novos significados e culturas da vida atual.

Na realidade, como nos apontam as evidências, a intensidade desse descompasso vem sendo observada há algum tempo, de dentro das próprias instâncias da ICR, já que a alta cúpula da instituição percebeu por meio de alguns bispos alertaram sobre a possível defasagem entre aquilo que o magistério diz e o que grande parte do povo cristão pensa e vive.

E ainda,

A moral católica dos católicos não coincide necessariamente com a moral católica clerical. Ser católico e desobedecer às normas da Igreja não são realidades que se excluem mutuamente; colidem muitas vezes, mas se misturam sempre, em uma grande variedade de modos, na vida e no auto reconhecimento dos diferentes grupos de fiéis. (PIERUCCI, 1978. p. 7)

Estas relações nos demonstram um descompasso que revelam uma doutrina da ICR definida oficialmente em seus documentos, que nem sempre correspondem a uma experiência de vida cotidiana, e dessa forma, podem oferecer uma situação esquizofrênica.

É indeclinável pensar e refletir, entretanto, que este processo não se dá de forma linear, uma vez que as permanências coexistem com os novos arranjos sociais na modernidade e sociedade, pois incluem áreas cristalizadas e difíceis de serem costuradas, indicadas pelas continuidades históricas e tradicionais sob as quais a ICR se propõe.

Portanto, o discurso da ICR, no que se refere à sexualidade, também reflete a narrativa da palavra de Deus sobre essa temática, embora a formulação oficial seja oriunda do magistério superior da instituição. Entretanto, nesta posição, o descompasso entre aquilo que a ICR aponta assumem um certo dilema, uma impossibilidade de viver aquilo que a instituição aponta como inadequado: a experiência sexual dos fiéis, ou seja, os homens gays, também estendido às mulheres gays, que vivenciam um sistema complexo e conflitivo de ambas partes.

No entanto, embora esta seja uma temática espinhosa, expressa uma relação que representam uma limitação, observando as exigências da vida contemporânea, em contato com as experiências concreta dos fiéis, no qual necessitam de um respeito pelas opções pessoais dos sujeitos. Para tanto, torna-se particularmente relevante reconhecer estas áreas de sombra no interior da ICR.

Em suma, as perspectivas históricas da sexualidade no mundo contemporâneo demonstram que desde a origem do cristianismo, a sexualidade tem sido comumente discutida. Tais situações aparecem tanto nos discursos teológicos quanto nas regras de conduta e orientações doutrinárias apresentadas. Nesse sentido, a ICR dispôs-se a orientar as práticas sexuais, segundo as suas normas (DANTAS, 2006).

Com isso, percebe-se que o Concílio Vaticano II, cujas discussões abriram portas para se repensar a sexualidade na segunda metade do Século XX, quis ser um Concílio doutrinário. Porém, nem a índole pastoral e nem o seu caráter ecumênico conseguiram disfarçar sua real intenção doutrinadora, pois o Concílio do Vaticano II se valeu de esforços ortodoxos na forma de apresentar a sua preocupação magisterial, buscando ensinar os seus membros com ‘autoridade divina’. Um discurso da homofobia que antes era trazido de forma explícita, agora, a partir do período pós Concílio do Vaticano II, passou a aparecer pelas entrelinhas, de forma pastoral, mantendo o seu caráter antigo e medievo.

Esses tecidos antigos da ICR se deparam com os tecidos novos soerguidos na contemporaneidade, cuja tentativa da ICR por meio da reconfiguração de suas congregações, demonstrou que a sua visão interna de mundo não encarou as mudanças sociais, provocando cenários de pânico social e heteroterrorismos que serão trabalhados próximo capítulo, considerando os novos tecidos da sociedade.

### 3 TECIDOS NOVOS

Neste segundo capítulo, examinaremos as tensões que existem entre a homossexualidade masculina e as Igreja Católica Romana, tendo como suporte os conceitos de pânico moral (MISKOLCI, 2006); heteroterrorismo (BENTO, 2011) e as implicações que ocorrem na contemporaneidade.

#### 3.1 HOMOSSEXUALIDADE E O ANTAGONISMO ÀS RELIGIÕES DE TRADIÇÃO CRISTÃS

Por meio de suas declarações e orientações pastorais, os tratados teológicos motivados por meio das declarações e cartas pastorais elaboradas e difundidas pela ICR demonstram maior preocupação com as questões das sexualidades dissidentes, que são aqueles e aquelas que não apresentam suas sexualidades de forma heterossexualizada apontadas pela Instituição, como dignitárias.

Como visto no primeiro capítulo, a Igreja Católica Romana procurou orientar essa população por meio da literatura doutrinária que produziu. Sua proposta, especialmente sobre a homossexualidade masculina — uma vez que as homossexualidades femininas não haviam sido percebidas pela instituição —, diferentemente dos tratados sobre a virgindade<sup>43</sup>, propõe uma vigilância não somente sobre as práticas sexuais, mas também aos pensamentos. Esse conjunto de declarações e cartas, acerca da homossexualidade,

---

<sup>43</sup> Escritos produzidos pelo filósofo escolástico, teólogo e advogado Afonso de Ligório, Bispo Católico italiano. Viveu em Nápoles no Séc XVIII, fundou a Congregação do Santíssimo Redentor e foi influenciado pelos escritos patrísticos de Cipriano (Séc I), Efrém (Séc I), Ambrósio (Séc I), Jerônimo (Séc I), Crisóstomo (Séc I), Agostinho (Séc V); atualmente todos santos da Igreja e membros da teologia fundamental da ICR. Ligório tornou-se um escritor diligente da ICR e publicou uma série de edições sobre a Teologia Moral. Os seus tratados sobre a virgindade apresentam que as mulheres virgens são ‘felizes’, pois são consagradas ao Senhor e possuem um coração desembaraçado do apego à filhos, esposo, bens, luxo, prazeres carnis. Os tratados sobre a virgindade motivam nos corpos femininos, por exemplo, uma busca pela oração, recolhimento, vigilância de suas atitudes, no pensamento voltado unicamente para Deus, à recepção assídua dos sacramentos da penitência e eucaristia e por fim, pela mortificação dos sentidos, devendo-se permanecer com pureza nas palavras, com tom de voz baixo e diálogo com homens apenas aquilo que for necessário. Cf. LIGÓRIO, Afonso Maria de. *Tratado da castidade: Bem aventurados os puros*, 2016. Brasil.

visam neutralizar os sentimentos, desejos e afetos. Desse modo, esse mecanismo de controle apresentado pela ICR pressupõe inibir os movimentos dos corpos e desejos eróticos, na tentativa de combatê-los com suas pedagogias.

Entre os doutrinadores da ICR, destaca-se Santo Agostinho<sup>44</sup>, como defensor da castidade e do celibato sob os sujeitos (DANTAS, 2006; SERRA, 2019), oferecendo uma defesa pautada na moralidade, relacionando sua justificativa ao pecado, o qual deve ser corrigido pela penitência e pelo jejum. Isso posto, constata-se que o pensamento da ICR busca adequar a vida particular à dimensão religiosa cristã.

Para Bruna Dantas (2006, p. 32)

[...] a Igreja não se preocupou muito com o amor, apesar de considerá-lo perigoso. Sua obsessão maior foi a carnalidade. Mostrou-se inquieta com as seduções da carne [...] sendo combatida e atacada.

Esses tratados teológicos inseridos pela Igreja, que deliberaram códigos de conduta sexuais e controle para seus fiéis, buscaram discutir pouco sobre o amor entre os cônjuges, uma vez que este foi retirado da moral cristã conjugal e foi mantido afastado dos círculos de discussão para a ética matrimonial. Desta forma, quando proclamado, as únicas associações sexuais da doutrina católica promoveram alusão à concordância entre os esposos, harmonia do casal e a amizade profunda entre os cônjuges.

Essas autorizações com vistas à instituição matrimonial aos quais a ICR propôs revelou os atos interditados e os atos permitidos e implementam inclusive um controle da vida conjugal<sup>45</sup> por meio da avaliação, classificação, codificação e regulamentação

---

<sup>44</sup> *Aurelius Augustinus* ou Agostinho de Hipona, nascido no ano de 354 e falecido em 430 na Argélia. Foi um dos mais importantes teólogos e filósofos do cristianismo primitivo e é considerado um dos padres mais importantes na eclesiologia. Suas principais obras são: 1) “*De Civitate Dei*” – Cidade de Deus [tradução nossa]. Nesta obra, Agostinho divide o mundo em coisas dos homens e coisas de Deus e, 2) “Confissões”, que explana sobre sua vida e o universo da confissão por meio de meditações espirituais. Nesta obra, o autor debruça seu pensamento na moralidade sexual, revelando um arrependimento sobre os seus pecados sexuais adotados antes de sua conversão. (MOURA, Paulo H F. Os fundamentos ético-morais da paz no ‘de civitate dei’ de santo agostinho e sua contribuição para a atual construção da paz. Dissertação de mestrado. PUC-Rio. 2010. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=15421@1>. Acesso em 30 dezembro de 2019.

<sup>45</sup> Envolve proibições dos atos sexuais em dias sagrados, celebrações religiosas, aos domingos, períodos de menstruação, gravidez, resguardo e amamentação. Também proíbem os atos sexuais durante o período da quaresma, que corresponde os 40 dias após o carnaval. Em suma, os cônjuges não podem se relacionar sexualmente durante 273 dias do ano. Ainda assim, quando permitido, a

daquilo que deve ou não ser executado na vida matrimonial. Essas metodologias de controle são caracterizadas de forma obsessiva, numa tentativa de atacar a carnalidade sobretudo entre os sujeitos solteiros e não por menos os homossexuais, promovendo o ato sexual em um rito para ser seguido entre os homens e mulheres que são casados pela igreja.

A moral cristã ao admitir a prática sexual apenas entre os sujeitos homem-mulher, evidenciando a anatomia dos seus respectivos corpos, reforçou uma produção de legislações de atos e pecados capitais<sup>46</sup> como a luxúria<sup>47</sup>, por exemplo.

Esta preocupação ganhou destaque na ICR durante a Idade Média sobretudo, nos Séculos XIII e XIV, e foram endossadas na segunda metade do Século XX, durante o período pós Vaticano II. Isto porque a Igreja considerou abominável a relação entre homens, entendendo-a como contrária a natureza, devido às práticas sexuais orais e anais. A negação da ICR foi justificada, basicamente, por meio da compreensão de alguns escritos sobre a passividade sexual masculina, como por exemplo a narrativa bíblica: *“Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é”*, disposto na narrativa bíblica encontrado em Levítico 18, no versículo 22.

Ainda durante no período medievo, os tratados teológicos recriminavam a homossexualidade masculina e a reprimiam severamente<sup>48</sup>. Nesse período os comportamentos homoeróticos receberam diferentes punições, algumas mais severas do

---

moral cristã, por muitos anos admitia que o coito sexual deveria ser realizado apenas com o corpo do homem sobre o da mulher, reforçando a superioridade masculina e viril. Em suma, além da ICR ter produzido um conjunto de leis com fins à regulação da relação entre os cônjuges, a Igreja desenvolveu um catálogo dos atos sexuais proibidos e dos pecados advindos dessas proibições, conhecidas pela luxúria.

<sup>46</sup> São classificações de condições que podem ser associadas a vícios que foram adotadas pela ICR. Possuem a intenção de educar o seu conjunto de fiéis e objetivam controlar os instintos humanos básicos e aproximar esses sujeitos a Deus. A ICR classifica como pecados: a tríplice concupiscência, como raiz dos pecados capitais; os pecados capitais em si; os pecados veniais, que são aqueles perdoados sem a necessidade do sacramento da confissão e, por fim, os pecados mortais, que são compreendidos como atos de condenação à salvação divina. Fazem parte do conjunto de pecados capitais: Gula; Avareza; Luxúria; Ira; Inveja; Preguiça; Soberba.

<sup>47</sup> Compreendido pela ICR como o desejo passional e egoísta do prazer sensual e material, consiste ainda no apego aos prazeres da carne, a corrupção dos costumes sexuais heterossexuais, sexualidades extremas, e sensualidade constante. A Luxúria possui como antagonica a virtude da castidade, adotada pela monogamia da relação heterossexual dos sujeitos casados ou pela ausência de práticas sexuais no caso dos homossexuais.

<sup>48</sup> As penas eram mais rigorosas e severas aos homens dados como “sodomitas”, neste caso, os homens eram punidos de forma violenta por meio da castração ou morte na fogueira. Para a ICR, o pecado capital da luxúria foi incrementado pelo crime de sodomia, como um pecado da carne por excelência.

que outras, sendo associados à excessos, libertinagem e instintos difíceis de serem controlados (FOUCAULT, 2006).

Estas punições, referendadas pela Bula Papal *Licet ad Capiendos* no ano de 1229, e posteriormente em 1252, por meio da Bula Papal *Ad Extirpanda*, possuíram como modo de endereçamento todos os sujeitos que ofendiam à Deus, à Igreja ou ainda, à Doutrina Católica, onde eram julgados sob penas de mortes vistas como aterrorizantes e cruéis pelos demais fiéis.

Essas penas eram dadas por meio de perseguições, interrogatórios, torturas, prisões e mortes e não seguiam um procedimento padronizado. As penas eram dadas por variadas formas, como por exemplo: botas de ferro com parafusos; burro espanhol — uma espécie de sela de madeira com formato triangular, onde o sujeito era colocado nu com pesos em seus pés —; cadeiras com assentos de facas afiadas; esfoladores, rasgadores e descascadores de pele; sarcófagos de espinhos em metal; esmagadores de cabeça, maxilar e dedos; pêndulos cortantes; máscaras da infâmia e entre outros equipamentos de tortura.

Esse sistema adotado pela ICR durante o período medieval sublimou no tecido social da idade média um pano de fundo de medo, que se estendeu por um longo período da humanidade por meio da relação Igreja-Estado e, somente em função do avanço da comunidade científica, os homossexuais passaram a ser considerados como sujeitos constituídos por suas subjetividades. Estes comportamentos passaram a ser definidos de acordo com seus desejos e condutas sociais (PERUCHI, J. 2016).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os tratados teológicos, entendidos como manuais de repressão provenientes da Igreja na Europa medieval, inseriu marcas significativas para as sociedades ocidentais e interfere ainda nos dias contemporâneos em suas realidades sociais por meio de uma construção de noção de mundo que acentua a fixação dos sexos a partir de critérios biológicos e daquilo que é considerado típico e esperado pelos homens e mulheres. Embora não se possa assegurar que esses manuais de conduta medieval fosse seguido pela massa dos fiéis e devotos, tais incitações apostólicas que indicam as normas ideais dos sujeitos, passaram a ser referenciais para o delineamento dos comportamentos das sociedades cristianizadas sob as regras da ICR.

Daí se pode entrever uma ética sexual elaborada pela alta cúpula institucional da ICR. Portanto, é correto afirmar que a Idade Média testemunhou o cristianismo e a sua expansão ocidental, por meio do avanço da Doutrina e da política da ICR.

Mas, se nesse período histórico as relações sexuais entre sujeitos com genitálias diferentes possuíam uma função social religiosamente justificada, ao qual era associada à formação de população (FOUCAULT, 1988), este pensamento mudaria gradual, porém progressivamente com a contemporaneidade, por meio das missões religiosas à serviço do povo e avanço das populações nas cidades. Com a emergência dos Estados emancipados da religião, quando as diferentes relações pessoais, interpessoais, homossexuais, heterossexuais assumiram outros arranjos, os sujeitos ocuparam novos espaços na sociedade e evidenciaram uma diversidade de sanções e repressões dadas pela Igreja e por tal razão, as regulações dos corpos e das condutas naturalizadas pela ICR nas sociedades cristianizadas passaram também a serem questionadas e isso exigiu por parte da Igreja a produção de novos documentos.

Foi somente a partir do Século XIX por meio do fim da criminalização<sup>49</sup> das práticas homossexuais (MOTT, 2006) que a homossexualidade foi retirada do catálogo de patologias e doenças.<sup>50</sup> Esse fato contribuiu para o fortalecimento do universo de informações que alimentava o movimento feminista e das populações dissidentes da heteronormatividade. Conseqüentemente, o fim da criminalização e patologização da homossexualidade contribuiu para a conquista dos direitos fundamentais e dignitários por essa população.

Desse modo, a experiência da sexualidade ocupou um determinado lugar nas propostas das doutrinas das instituições cristãs. Assim, mesmo na segunda metade do Século XX emergiram publicações que abordavam os comportamentos das pessoas oferecendo códigos de condutas sociais, que indicam orientações aos seus instintos sexuais. Tais catálogos, códigos, declarações e cartas expostas no capítulo anterior, constituíram espécie de tecnologias complexas e aprimoradas, cujo interesse seria

---

<sup>49</sup> Como por exemplo a descriminalização do amor unissexual do Código Penal Brasileiro, de 1823.

<sup>50</sup> Como por exemplo: American Psychiatric Association (APA) em 1973; Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1993; Conselho Federal de Psicologia brasileiro em 1999.

sensibilizar os oponentes da homossexualidade com fins de apoiar o seu projeto de salvação, por meio da persuasão dos leigos inseridos na Igreja.

Nesse cenário, o controle religioso desenvolvido desde as origens do cristianismo adotou novamente, medidas de inibição às práticas sexuais que não possuíam a finalidade da procriação, como por exemplo o sexo anal e oral, ou ainda de pessoas solteiras e / ou homossexuais, por serem tradicionalmente consideradas práticas negativas. Isso ainda, como herança das concepções delineadas no período medievo.

Para Antônio Pierucci (1978, p. 25):

[...] da leitura dos padres da Igreja fica-se com a impressão de que o pensamento cristão, desde as suas origens, não soube o que fazer da sexualidade a não ser inibi-la, canalizando-a primeiro para a virgindade e depois para a procriação. (PIERUCCI, 1978. p. 25)

Apesar destes avanços a partir do Século XIX, a explosão de discursos sobre as sexualidades trouxe para o cenário religioso um estado de atenção que se desdobrou no realocamento da negação à homossexualidade, agora, sob uma nova narrativa.

De modo geral, para a pesquisadora, Juliana Peruchi (2016), as posturas das tradições cristãs em relação as práticas homossexuais na contemporaneidade podem ser classificadas em três tipos: 1) de rejeição aos homossexuais por serem antinaturais, estéreis, pecaminosos; 2) Inferioridade aos homossexuais, que consideram apenas a heterossexualidade como uma conduta digna; 3) Defesa de que todos os sujeitos possuem o mesmo status dignitário. Tal classificação permite o entendimento que, a negação da homossexualidade e sua repreensão foram realocadas numa narrativa distinta, talvez, menos agressiva. Contudo, ainda como uma negação e abjuração.

Corroboram a esse entendimento, as ponderações de Foucault (2004) e Peruchi (2016), ao demonstrar que permanece presente no universo cristão o tipo da rejeição aos homossexuais, validada em dispositivos regulatórios e corretivos para os homossexuais. Estes dispositivos podem ser associados às interpretações literais de trechos bíblicos<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Como por exemplo na narrativa bíblica de Sodoma e Gomorra em Gênesis 19, onde os pecados sexuais eram predominantes. Outros exemplos podem ser encontrados nos demais trechos bíblicos narrados em Levítico 18:22; Levítico 20:13; Romanos 1:26-27; Romanos 1:18; 1 Coríntios 6:9-10; Judas 6-7.

que demonstra, também para essa pesquisa, uma certa desconsideração do contexto histórico atual, enaltecendo apenas as conjunturas a partir do qual foram redigidos esses textos. Tal incongruência entre o tempo da produção do texto, seu contexto histórico de origem e o contexto histórico contemporâneo, têm sido apontados pelos estudos de religião, gênero e sexualidade. A imediata aplicação desses textos sem considerar as mudanças de configuração das sociedades é peculiar à interpretação bíblica literalista. Mas, como afirmado anteriormente, desde a crítica feminista, os estudos de sexualidade reivindicam a desconstrução desta interpretação unívoca, na qual a única sexualidade aprovada seria a heterossexualidade.

Tal discussão e questionamento sobre o universo da sexualidade e como os sujeitos dissidentes da heterossexualidade vivenciam suas práticas sexuais incomoda muitos grupos religiosos<sup>52</sup>. Nesse sentido, aparentemente a tríplice temática: religião – sexualidade – gênero, não se comunica, estando entre elas as sexualidades dissidentes da heterossexualidade.

A cientista social Maria das Dores Machado (2008) também aponta para a existência de conflitos que, em grande parte, são justificados pelos argumentos baseados nas literaturas religiosas, as quais são ofertados por meio de pedagogias religiosas. Essas literaturas religiosas ditadas pela doutrina teriam a intenção de dar sentido para a vida dos sujeitos, por meio da associação do ser religioso, somada à tradição religiosa cristã, inseridas nas relações coletivas e dos demarcadores sociais.

Especificamente no Brasil, campo orientado por preceitos da teologia cristã e com histórica referência na tradição católica, alguns sujeitos carregam a carga emocional de um pensamento dado como “comum” ou “natural” no meio religioso cristão. Essas cargas são incitadas tanto por sua doutrina, divulgada nos documentos do Vaticano mencionados anteriormente, quanto pelo seu discurso conservador, que tem a capacidade até mesmo

---

<sup>52</sup> Como por exemplo os grupos da direita conservadora religiosa do Brasil, que possui como bandeira, o conservadorismo e o literalismo das narrativas bíblicas. Possui como um de seus líderes o sacerdote Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, que defende por meio de seu site alguns elementos de retorno à Igreja medieval e aos seus usos e costumes teológicos doutrinários. Para o líder religioso padre Paulo Ricardo, a ‘cultura gay’ é uma “identidade humana a partir de seu apetite concupiscível” e defende a bandeira da Igreja ao afirmar que “as pessoas homossexuais tem sido e sejam ainda hoje objeto de expressões malévolas e de ações violentas”. Por fim, o líder religioso ainda convida as pessoas homossexuais a buscarem a santidade por meio da confissão, oração e vivência pastoral. Disponível em <https://padrepauloricardo.org/blog/o-que-os-catolicos-devem-fazer-para-ajudar-os-homossexuais>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

de esfriar os debates públicos sobre a sexualidade. O conservadorismo assegurado por essa tradição literalista impõe uma difícil realidade para as pessoas que não possuem seus desejos representados neste meio religioso como “naturais” (MACIEL, 2019). Agindo dessa forma, a ICR impõe parâmetros e princípios reguladores que se fazem adestradores e castradores das condutas homossexuais. Não apenas isso, ela se impõe ao modo como sujeitos homossexuais significam suas vidas particulares e íntimas. Os discursos religiosos conformam as condutas sociais, porque têm início na forma como as pessoas religiosas concedem sentido à existência e a interpretam<sup>53</sup>, sobretudo, na forma como projetam suas crenças.

A relação entre o transcendente e a experiência de vida dos sujeitos nos leva a recorrer a uma categoria que permita pensar a religião a partir dela mesma, atravessando os limites de um fenômeno político, cultural ou dogmático, sendo assim, antes de tudo, como um fenômeno religioso (ELIADE, 1992), que engloba as diferentes dimensões e compõem a vida humana abordando-as a partir dos significados religiosos. Foucault (1988) afirma que essas explosões significativas produziram modificações na vida cotidiana social. Entre essas modificações, pode-se destacar dois novos movimentos sociais: um no modelo heterossexual, onde os caminhos, práticas e prazeres se tornaram mais sóbrios nos discursos eclesiais e outro, nas relações homossexuais, que ganharam uma nova roupagem e puderam portanto, “assumir” aquilo que são de fato (FOUCAULT, 1984. p. 39), sem conviver com o medo da Igreja e dos seus correspondentes inquisidores, que haviam outrora na vida da ICR.

Este modelo imposto pela ICR, ao longo de sua história ainda encontra determinadas resistências na diversidade da sociedade, como veremos no capítulo III, que podem gerar mecanismos através dos quais não se aceita o que não se considera natural, ou seja, homem-mulher, macho-fêmea. Esse processo pode despertar a chamada homofobia, que para Louro:

A homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia

---

<sup>53</sup> Tiele (1897) demonstra que pode-se investigar a religião em duas situações: a primeira como um “fenômeno histórico-psicológico-social e totalmente humano”, dentro dos limites dos sujeitos e, a segunda situação como forma pela qual os sujeitos interpretam o fenômeno da religião, através do olhar de uma hermenêutica que não reduz o que é transcendente.

para com sujeitos homossexuais: a aprovação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes o que Peter McLaren (1995) chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos homossexuais como pelos próprios. (LOURO, 2007, p 29)

Esse mecanismo de reprovação aos homossexuais pode ser percebido pelos documentos aos quais a ICR redigiu na segunda metade do Século XX, principalmente nos ambientes religiosos, uma vez que ainda que o tema das sexualidades seja cada vez mais debatido nos espaços coletivos, tal questão ainda é um *tabu* fora dos espaços destinados aos dissidentes, principalmente nos espaços religiosos, nos quais os seus discursos são legitimados institucionalmente e, em geral inegociáveis, como afirmado na carta de orientação pastoral aos homossexuais, datado de 1986.

Para esses discursos os corpos não devem ter desejos, não podem ser vinculados a prazeres eróticos e não existem como forças ou resultados de suas práticas sociais. Para Louro (2000), essa fórmula pedagógica, que disciplina os papéis e identidades, é transmitida e ensinada através de sutis investimentos, que se valem da estratégia discursiva, mas também de práticas reparadoras, utilizadas pela religião.

De acordo com essas estratégias discursivas e pedagógicas, os corpos não devem agir para além das funções reprodutoras do sexo ou, ainda, devem ser destituídos dos seus instintos sexuais para adentrarem nos recintos considerados sagrados. Tais estratégias discursivas são, portanto, dispositivos de controle que violentam homossexuais nas suas dimensões subjetiva e física. Esses pressupostos instigam as pesquisas que tematizam sexualidade interseccionando religião e gênero. Nesse sentido, a forma de abordagem sobre o deslocamento de pessoas homossexuais desses espaços religiosos em direção a lugares independentes da religião nos auxilia, em muitos casos perceber uma espécie de emancipação dos homossexuais em relação aos documentos e doutrinas religiosas.

Para Greemberg (1988, p. 37):

O controle social exercido pela família e vizinhos nas pequenas cidades tornou-se inviável nos grandes centros urbanos, particularmente para os homens e mulheres solteiros que emigraram para as cidades em busca de emprego, sendo a partir deste momento capazes de prover suas necessidades fora de um contexto familiar heterossexual tradicional. Da mesma forma, o fato de empregados deixarem de viver na casa de seus

empregadores, aliado ao surgimento de hotéis e quartos para alugar, facilitou enormemente a manutenção de uma vida sexual particular. As condições e demandas do capitalismo também facilitaram o crescimento econômico e geográfico das comunidades homossexuais no século XX. À medida em que as cidades cresciam, um número cada vez maior de indivíduos abandonava a família rural para viver nelas. Este desenvolvimento possibilitou que homossexuais encontrassem outros indivíduos que estavam organizando suas identidades com base em sua sexualidade. Em suma, o capitalismo permitiu que desejos e comportamentos sexuais se transformassem em uma base para identidades distintas, contribuindo, neste sentido, para a formação da identidade homossexual e de movimentos sociais baseados nesta identidade.

De certa forma, o processo de desenvolvimento urbano deu uma nova face para a caracterização da sociedade e seus modelos, como o de família, por exemplo. Diante desse deslocamento do retrato tradicional para o contemporâneo, as pessoas se vestiram de novos óculos para a transformação da condição humana e conseqüentemente, para vislumbrar novas possibilidades de escolhas. Todavia, a ampliação das possibilidades de escolha veio marcada pelo grande mercado de serviços, identidades e por um Estado democrático, como tecidos novos da sociedade. Como consequência, a relação entre o determinismo biológico homem e mulher, adotado pela Igreja, tem gradualmente perdido seu espaço por conta do avanço das sociedades.

Esse conjunto de tecidos antigos usados como argumentações às quais a Igreja se prende não permite o tratamento das questões das minorias sociais não concede atenção às diferenças de suas condições. Nesse sentido, a dominação da ICR pelos seus discursos teológicos que encontram alguma base na biologização produz efeitos de verdade com narrativas sobre a homossexualidade enquanto algo anti-natural que visam servir à normatização dos corpos e seu controle nos termos em que Foucault propôs. Porém, a notoriedade do debate sobre esses assuntos proporcionada pelo avanço da modernidade e pela desconstrução das narrativas religiosas unívocas e literalistas assim como as conquistas da crítica feminista e dos estudos de gênero e sexualidade, têm recentemente demonstrado que os sujeitos, independente de quaisquer situações, são seres diferentes não somente pela sua questão biológica ou genital, mas em razão da possibilidade de escolha e de decisão.

Nesse mecanismo, também não há uma ligação entre os pólos de sujeitos que correspondem à heterossexualidade e de sujeitos que correspondem à homossexualidade — consequentemente a sua hierarquização —.

Segundo Lopes (2008, p. 135):

O Século XX, porém, começa mais enfaticamente a problematizar essa lógica monocultural, notadamente, por meio dos movimentos sociais feministas, GLBTs e negros, cujas narrativas colocam em xeque um mundo proveniente de tal visão que os apagava. Deve ser lembrada aqui uma série de estudos/teorizações pós-coloniais, feministas, antiracistas e queer, que vem colocar questionamentos sobre os discursos normalizadores dos gêneros, das raças e sexualidades.

Esse tipo de pensamento monocultural se apoiou no iluminismo<sup>54</sup> por meio de uma justificativa segundo a qual para tudo existe possui uma razão, que está acima das práticas sociais, assim como acima dos posicionamentos dos sujeitos. Nesse sentido, se constitui uma ótica multicultural baseada numa prerrogativa em que os sujeitos são seres construídos e nesse processo de construção os significados tanto coexistem nas subjetividades, como se misturam e constituem novas sínteses. A possibilidade de coexistência de distintas subjetividades, no entanto, não descarta a vontade de homogeneização, que ainda pode ser identificada como instrumento constante no processo de construção de sociedades. Uma vontade de homogeneização que é externa, porque vem da Instituição para os sujeitos e, concomitante, interna, porque projeta-se como efeito daquela verdade proclamada e enfatizada pela Igreja. Essa vontade é hoje observada na globalização do consumo e da cultura, como uma das chaves originárias

---

<sup>54</sup> Movimento cultural desenvolvido na França, Inglaterra e Holanda, entre os séculos XVII e XVIII, quando o desenvolvimento ofereceu uma liberdade político-econômica antes defendidas pela burguesia. O movimento iluminista possui este nome por conta dos teóricos Descartes, Hooke, Locke e Voltaire, por exemplo, que desenvolveram suas ideias como “propagadores da luz e conhecimento”. Os resultados do movimento iluminista manifestou, por meio das duas primeiras etapas da Revolução Industrial (1º etapa: 1760 a 1860; 2º etapa: 1860 a 1900), uma mudança profunda no cenário social. Trouxe consigo ainda, a valorização da razão, do questionamento, críticas ao absolutismo, privilégios da nobreza e do clero, e também, a crítica à ICR, embora não questionasse a crença no Deus cristão. Cf. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. 6ª Reimp. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. Rev. Téc. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

que culminam na rejeição da diversidade. Pode-se chamá-la, então, de um efeito de verdade.

A tendência uniformizadora caracterizada pela ICR, trouxe consigo diversas consequências para as sociedades ocidentais, que vão desde o conflito entre o sujeito e a instituição, até aquela que propriamente nos interessa: a constituição de um sentimento de diferença e distanciamento baseado no antagonismo, na afirmação dos contrastes com o intuito de diminuí-los por imposição, constituindo uma constante tensão social, como fruto direto do estranhamento advindo da diferença.

O contato entre um movimento ordenado de uniformização e uma diversidade cultural existente leva a um conflito quase iminente. Podemos exemplificar inclusive esses conflitos por meio das inúmeras formas de concepção da diversidade sexual e de gênero. A chave dessa leitura está em imaginar que não existe um controle total sobre uma força incontrolável da sexualidade, o que Foucault (1988) denomina como “hipótese repressiva”, mas, sim, de um aparato, que se desenvolve e redimensiona, à medida em que vão sendo desenvolvidas as regulações sociais e comportamentos individuais. Em outras palavras, quanto mais a diversidade sexual e de gênero quer se mostrar socialmente, maiores e mais repressivos se tornam os aparatos de contenção das agências e dos sujeitos que estão alinhados com o heteroterrorismo proposto pela socióloga Berenice Bento (2011). No caso da ICR, a doutrina apresenta-se como esse aparato de contenção das masculinidades gays. Nessa perspectiva, esse aumento dos aparatos de contenção alinhados ao heteroterrorismo se reelaboraram para sujeitar as alteridades homossexuais.

São nestes cenários que percebemos muitas práticas regulatórias, para quando a sexualidade é desviante da heterossexualidade. A que caminhos leva a vida sexual dos sujeitos, é uma pergunta difícil de ser respondida pois, somente a continuação da vida e o atravessamento das barreiras particulares é que podem responder a esse questionamento, mas podem ser exemplos e estados de atenção para as diferenças. Em outras palavras somos seres que podem atravessar as fronteiras discursivo-culturais da sexualidade e se familiarizar com outros discursos sobre quem podemos ser sexualmente.

Poderíamos dizer que este efeito está atrelado ao ganho do processo de construção do Ocidente, frente a um novo mundo que surge através da conquista de novas terras e ao encontro com outros sujeitos diferentes. Ora, se no período medieval e de colonização ocidental houve um processo de destruição das diferenças com o objetivo de garantir benefícios e comportamentalização dos sentidos que desqualificou a homossexualidade, o movimento moderno construiu um encontro por meio da emersão das diferenças. Esse movimento dualitário, nas esferas sociais podem ser percebidas por meio de um determinado “pânico moral” instaurados por um lado pelas práticas regulatórias dos tecidos antigos e de outro pelos tecidos novos, por conta de emergência dos sujeitos em suas particularidades (MISKOLCI, 2007).

Para o sociólogo Richard Miskolci (2007), esse movimento de “pânico moral” pode ser compreendido com a percepção do medo e aversão aos dissidentes da heteronormatividade, como a ICR, que possui poder econômico e político, e ainda pode ser considerada fonte de produção de sentido e formadora de opinião (NATIVIDADE, 2013).

A sensação provocada por este pânico produz uma seara onde os sujeitos religiosos e heterossexuais adquirem medo dos homens homossexuais ou o medo de serem homossexualizados dentro do universo religioso.

De acordo com Natividade (2013, p. 45):

Do ponto de vista interno da religião poderíamos dizer que estão em jogo definições de pecado e códigos de santidade. Mas uma análise que discute a distribuição de privilégios e status sociais busca entender que tipo de estereótipos e visões negativas estão implícitas. Em todo o debate que acompanhamos, nas esferas públicas e privadas, é realçada a atribuição de valor positivo à heterossexualidade e desqualificação da homossexualidade e demais expressões da diversidade.

Os papéis de gênero heterossexuais considerados “tradicionais” são colocados como qualificados e são ordenados por uma qualidade que os torna transparentes para algum tipo de análise sociocultural. Tal naturalização legitima um atraso nos direitos das minorias. Esse foco ao antagonismo apresentado não se diminui a simples valores religiosos, mas sim na controvérsia e na força conservadora quanto à transformação das

relações tradicionais. Essa característica do rompimento na nova modernidade no Ocidente permitiu, portanto, uma grande ruptura na ordem radical do mundo, de forma capaz de redesenhar as experiências humanas.

Ora, se é importante, compreender a ideia católica do combate à homossexualidade, que ganha centralidade nessa pesquisa e nos debates públicos, igualmente a compreensão do acionamento de determinados vocábulos e uma gramática cristã, demonstra o desvelamento de uma espécie de truculência contra as minorias sociais. Para tanto, uma forma de compreender essa retórica é imprescindível observar os paradoxos e contradições tanto na legitimação da sua linguagem, assim como na sua abordagem dos fundamentalismos e polarizações que a sustentam.

### 3.2 ANÁLISES DA ICR E A SEXUALIDADE

As grandes religiões monoteístas e em particular a ICR são aquelas que mais possuem dificuldade em compreender as diversidades sexuais, umas em maior e outras em menor grau. Dessas dificuldades impera-se algum tipo de rejeição ou preconceito. No Brasil, a tradição cristã que é representada majoritariamente pelo catolicismo<sup>55</sup> subsidia a sociedade na definição dos seus valores morais e impõe aquilo que é aceitável nos termos de sexualidade, já que permeiam nos espaços sociais as relações de subjetividades até daqueles que não seguem o cristianismo (BUSIN, 2008). Para os estudos foucaultianos (1988), a necessária compreensão das sexualidades dissidentes pode ser vista como um dado histórico, que possui significados a partir da sociedade e do tempo histórico em que se vive. Assim, não se trataria de um dado natural, conforme o pensamento da Igreja que se pauta por meio da aliança<sup>56</sup>. Para Foucault (1988), a sexualidade não é permeada por um fator biológico e sim, por questões históricas e sociais presentes na vida do sujeito, estando além de sistemas reprodutivos.

---

<sup>55</sup> De acordo com último Censo, produzido em 2010 e promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os católicos correspondem a 64,6% da população brasileira.

<sup>56</sup> Que envolve um sistema de transmissão de nomes, bens, graus de parentescos, desenvolvimento familiar, matrimônio, co-criação, que se articulam em vivências entre o permitido e não-permitido, numa perspectiva teológica cristã.

Na efervescência dos estudos sobre religião e gênero, para alguns autores, (SOUZA, 2004; MACHADO, 2006) torna-se interessante perceber que quando a sexualidade é abordada surge uma necessidade de observação dos mais distintos aspectos: biológicos, históricos, culturais, bem como as relações construídas entre tais aspectos nos diferentes indivíduos, embora a Igreja tenha a visão de que a sexualidade e o gênero sejam termos equivalentes.

São sobre esses assuntos aos quais também essa pesquisa se debruça. Ora, como a Igreja pode compreender os temas gênero e sexualidade como algo parecido? Tal atitude ignora os prolongamentos mais vastos das ciências, pois vimos emergir a todo o momento, novos tecidos de sujeitos e seus significados que dão origens a novos temas e problematizam os seus discursos e práticas tradicionais, que até então eram dados como verdades absolutas da Igreja e que precisavam ser seguidos pelo seu conjunto de fiéis.

Embora não seja a pergunta acima o nosso ponto de partida, os resultados da análise demonstram que os efeitos dos discursos religiosos são extensos, pois modelam princípios individuais, cercando-os de advertências baseadas em noções de ‘bons costumes’ e daquilo que ‘deve ou não’ fazer, por meio de uma visão não discutível.

À medida em que os sujeitos se recompõem, as suas histórias individuais e sociais como parte de suas vidas intelectuais e afetivas se recosturam, essas recomposições elaboram uma vida do real para uma vida no real, e atingem os patamares de uma psicologia social ingressada no cotidiano dos sujeitos. Para tanto, determinadas questões da vida, sejam elas, sexuais, repressoras, complexas, infantis, falhas e acertos, influenciam a forma de ver a sociedade, uma vez que possibilitam a capacidade de descrever, interpretar e opinar sobre as questões que lhes são próximas.

Esse fato social nos é interessante na medida em que fornece uma base para compreender as correntes intelectuais e os problemas que os sujeitos enfrentam no dia a dia, visando a possibilidade de resolução dos conflitos existentes. Porém, esse conflito demonstra um determinado preconceito, pois ainda há uma vertente em que a instituição não está interessada a receber e utilizar os saberes intelectuais da ciência, por possuírem uma determinada visão de mundo religiosa, neste caso, a cristã Católica Apostólica

Romana, exposta em suas Declarações e Cartas Apostólicas, que ainda vigoram no cenário eclesiástico Católico Romano.

Durkheim (1999), ao propor a expressão ‘representação coletiva’ quis designar a especificidade do pensamento social ante o pensamento individual, pois são fenômenos irreduzíveis que oferecem um primado social sobre o individual e da superação deste por aquele. Todavia, a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade. Tal panorama demonstra que as representações sociais utilizadas pela ICR devem ser encaradas de uma forma ativa e pensante, pois seus papéis consistem em agrupar os pares à medida em que os indivíduos se relacionam de acordo com suas preferências, objetos, atos e situações nas suas interações sociais e também religiosas. São nestas entidades e instituições que os sujeitos crentes circulam e cristalizam determinadas falas, gestos, encontros, no universo cotidiano. Neste tecido social, os seus representantes sustentam e representam uma substância simbólica elaborada, assim como a relacionam com alguma prática mitológica e científica.

Para Moskovici (2004, p. 26):

Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.

Moskovici (2004) insiste na especificidade das representações por não querer reduzi-las, da forma que era feita em outras épocas, uma vez que estas representações dialogam com o comportamento humano e as suas experiências para as quais a ICR apresenta um determinado questionamento.

Esse quadro de fenômeno e de eventos que são projetados na vida coletiva contém suas marcas, mas nem por isso ela deixa de ser diferente e inovadora, ou ainda, original, já que estas representações são a voz de alguém e em suas representações. Essa representação da ICR, que elabora os seus discursos e práticas por meio de uma prodigalidade de doutrinas encontra o seu eco, dotando-se de um *corpus* organizado de conhecimentos que elaboram opiniões que exprimem aquilo que a Instituição avalia.

Tais opiniões, segundo Moskovicí (2004), revela um discurso de pequenos grupos que falam, depois de terem pensado sobre o assunto, com a intenção de disseminar suas ideias de cima para baixo tal qual uma imitação, que podem ser difundidas pelos veículos midiáticos, organizações sociais e também literárias. Essa amplificação das opiniões possui os seus modos de endereçamento arraigados de interpretações e combinações particulares. Neste sentido, o paralelo entre a opinião e a representação coletiva como algo sólido e duradouro é vinculado a valores, experiências e teorias consolidadas e reconhecidas por seus representantes.

Apesar de sua importância, enfatizada de todos os lados, as representações sociais e as ideologias não tem sido objeto, de um modo geral, de uma abordagem empírica frequente. Enquanto se aguarda o nascimento de uma metodologia, a pesquisa que diz respeito à população de indivíduos e a análise de conteúdo referente a população de documentos são as técnicas atuais mais adequadas ao seu exame científico. (DANTAS, 2006, p 30)

Isto posto, a realidade imposta pela Doutrina da ICR é uma tarefa de uma multiplicidade de posições mistas, que são dotadas por uma série de questionamentos sociais daqueles que a produzem. A multiplicidade de imposições da ICR não se afasta daquilo que vimos como opinião, ao menos naquilo que se dizem os seus pressupostos, expostos nas narrativas bíblicas. Tais afirmações doutrinárias dispostas como agrupamentos de ideias mantém a sua comunidade ligada de alguma forma, na tentativa de proteção, reforçando os sujeitos a continuidade.

Essa pedagogia adotada controla os códigos sociais dos sujeitos. É nesse cenário que acontece o processo que mobiliza e confere um sentido às representações das relações entre a ICR e os sujeitos.

Em contrapartida, as representações sociais são “conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior [...] através de um estilo discurso que lhes é próprio em que se pode deslumbrar um corpus de temas, princípios, detentor de uma unidade e aplicável determinadas zonas de existências e atividade.

O conhecimento utilizado a partir da representação social transformam a sociedade e fazem com que os sujeitos se relacionam entre si e que guiam os nossos relacionamentos e comportamentos. (DANTAS, 2006)

As ordens de conhecimento da ICR pressupõem uma prática e uma atmosfera que lhes são próprias dentro da Instituição. Nesse sentido, elas lhes dão corpo e um papel particular ao sujeito. Portanto, na sociedade, cada um desempenha um papel nas suas atitudes ou nas suas representações sociais. Nesse caso, elas adotam mecanismos resultantes da observação e, sobretudo, de testemunhos que se acumulam sobre o mesmo propósito e interesses.

Esses acúmulos de discursos e práticas transformam em certa medida, o conhecimento indireto em conhecimento direto por meio de uma via dupla, onde na qual as afirmações e fórmulas religiosas da ICR podem adquirir uma relação no ambiente exterior da Instituição por dois modos: 1) o que não nos pertence – mas que subentende que pertença ao fiel; 2) o que está fora de nós – aquilo que está fora dos limites do campo de ação.

Com pouco de exagero, cada um de nós pode afirmar que foi testemunha direta, numa geração, de várias ocasiões em que a fala e o interesse público manifestaram-se em escala e intensidade semelhantes. Voltaremos ao significado dessa conversação no funcionamento da sociedade. Mas era necessário indicar esse lugar do qual uma pessoa ou um grupo aborda e interioriza os temas e objetos do seu mundo, e age como um clínico que acumula sintomas muito numerosos, comunica-os e verifica-os com o seu doente para formar um juízo a respeito de sua doença. (DANTAS, 2006, p. 54)

Essa chave de leitura oferece ao fiel da ICR uma apreensão dos dispositivos de controle das condutas que permeiam as relações de afeto, internalizando-as nos comportamentos, práticas sociais e sexuais. A expansão da mídia por exemplo, contribuiu com esse processo e por essa razão, os discursos e as práticas possibilitam um campo maior de discussão. De certa forma, os ‘sábios amadores’ e os intelectuais da ICR, dotados de um domínio ou outro, que coabitam o mundo da conversação, por meio de seus hábitos documentais, uns autodidatas e outros enciclopédicos permanecem um tanto quanto prisioneiros a um determinado preconceito, com suas visões dominadas, enfatizando dialetos tomados aos seus discursos particulares.

Entretanto, a relação entre a Instituição e os sujeitos revelam outras vidas cotidianas aos quais os sujeitos não se enquadram como ‘máquinas passivas’ que

obedecem e reagem aos estímulos externos, pelo contrário, são estes que possuem a imaginação e o desejo de transformação da sociedade, orientados pelos desejos de frescor ao universo ao qual pertencem e que por meio de seus saberes, tentam compreender e conceituar aquilo que está recebendo.

Nesse sentido, a religião se introduziu na lógica da contemporaneidade de forma reelaborada confirmando os seus princípios e sistemas de valor moral, com um caráter disseminado e fragmentado em diferentes vertentes simbólicas nas suas diferentes tradições e confissões (DANTAS, 2006).

[...] modernidade e religião cultivam uma relação positiva entre si: a modernidade construindo e dependendo de uma certa concepção de religião e a religião mantendo-se como um domínio que revela muito sobre a sociedade que o engendra. (GIUMBELLI, 1997. p. 24)

As dominações doutrinárias da ICR procuram regular a intimidade dos sujeitos homossexuais e definem as suas representações, que reprovam todo e quaisquer ato que não tenha como objetivo a procriação, como no caso dos cônjuges heterossexuais. Contudo, são aos órgãos genitais masculinos que a Igreja mantém sua hegemonia e à sombra dessa faceta, que a tirania da ICR, demonstrada pelos seus documentos, mantém os seus prazeres e o monopólio do conservadorismo moral, que convive conjuntamente com a busca do prazer entre os sujeitos.

As crenças, símbolos, rituais, ideologias que compõem o cenário dessas representações e discursos, asseguram a preservação dos grupos sociais e produzem transformações nos sujeitos fiéis. Sua codificação viabilizada pelos sistemas comunicativos e multimodais interagem na sua estrutura, difundindo-a sob diferentes vertentes, com uma multiplicidade de interpretações e transformações por meio de seus agentes.

Essas interpretações e discursos, definem os grupos e formam experiências cotidianas aos sujeitos arrolados às práticas dos homens e mulheres, enraizando os conhecimentos às causas populares internalizando-as em seus processos cognitivos.

Para tanto, as linguagens desses códigos de condutas aos quais a ICR propõe envolve elementos de um sistema de objetivação às experiências de forma cristalizada e

padronizada (BERGER, 2002). Nessa estrutura, a existência dos sujeitos somente é possível por meio da experiência de vida sob a égide de seus sistemas de objetivação doutrinadora, aos quais garante-se os afetos, gestos, pensamentos, elaborando uma padronização dos corpos em meio às interações coletivas.

Essa estrutura ao qual a ICR elabora, propõe uma organização da vida e assegura a sua perpetuação institucional e interpretativa, sem estar preso à realidade cotidiana dos sujeitos (DANTAS, 2006). Essa criação determina uma imediatividade de experiências e elabora determinados significados que preenchem as esferas sociais. A linguagem estrutural constrói imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de outro mundo (BERGER, 2002).

Para Foucault (2004) esses discursos e práticas se apoiam em uma base institucional e fortalecem na sociedade à medida em que reforçam uma noção de verdade. Esse mecanismo de poder sobre as demais ciências difunde em largas escalas a força de suas regras. Nesse sentido, o sistema de regulamentação da prática sexual encontra-se definido e transmitido ao seu público-alvo de forma incisiva, colocando o assunto da homossexualidade no centro de sua atenção, ritualizando o seu controle sobre a sexualidade.

Esse movimento de demonstração do controle afetivo e sexual dos seus fiéis regulamentam a sexualidade como um indício da sua seriedade eclesial. Desse modo, o seu mérito encontra-se na austeridade dos documentos apostólicos da ICR. Esse rigorismo em relação à moralidade da sexualidade pode ser compreendido também como uma fórmula de domesticação e castração de seus fiéis, cujos apetites podem ser facilmente estimulados pela sociedade secular e difíceis de serem inibidos.

Em decorrência destes mecanismos, o processo de inibição da homossexualidade no qual a ICR se posiciona produz uma relação de causa-efeito à medida em que esses sujeitos surgem em suas comunidades de fé apoiando-se a um modelo heteroterrorista (BENTO, 2011) nas bases da Igreja.

Similarmente, tais tensões produzem uma reiteração contínua aos comportamentos que incentivam as práticas homofóbicas. Destarte, o conceito de heteroterrorismo acosta-

se por conta das tecnologias propostas pela ICR com vistas em preparar as referências heterossexuais e normativas para o gênero e a sexualidade ao seu conjunto de fieis.

Para tanto,

Essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia de complementaridade dos sexos. (BENTO, 2011)

Neste sentido, o heteroterrorismo disposto por Bento (2011), que possui uma concentração nos assuntos de gênero, sexualidade e direitos humanos, adquire uma costura à medida em que tanto o corpo quanto o sexo só pode ser compreendido quando sua prática se articula dentro de uma amarração heterossexual. Portanto, os sujeitos que se enquadram fora do tecido heteronormativo, são percebidos pela ICR como anormais, de identidades transtornadas ou ainda de aberrações sociais aos quais se excluem da categoria humano e sujeito ‘de Deus’, por se deslocarem de seus contextos ditados ‘naturais’ da sexualidade proposta pela ICR.

Portanto, os corpos dissidentes que não se adequam aos parâmetros propostos como ideais pela ICR, se colocam nessas marginalidades, pois fora da experiência heterossexual recaem na desumanização, visto que esses sujeitos não podem ser considerados ‘normais’ (BENTO, 2011).

Essas tensões provoca a percepção dos atos repressivos da ICR, à medida em que estes discursos escritos e direcionados aos agentes eclesiásticos constituem uma violência estrutural. O filósofo Paul Preciado (2013) nos auxilia em compreender essas tensões ao propor que este ‘artefato biopolítico’ da ICR dá forma e poder à heterossexualidade de forma compulsória e instaura atos de guerra, ressignificando o terror acima do universo homossexual.

Desses argumentos, emerge uma discussão que nos pareceu interessante desde o início da pesquisa. Deles destacam-se que em termos religiosos, a condenação da homossexualidade começa a partir da leitura e interpretação de determinadas narrativas bíblicas, que se baseiam nas relações entre homem e mulher. Por conseguinte, o homem

que se comporta como uma mulher, com trejeitos efeminados e passivos enaltece a perda da hegemonia masculina, que é fundante do cristianismo.

Esse exemplo nos provoca pensar a tradição da ICR como falocêntrica, isto é, baseada no primado e na exaltação do falo, que despreza a sexualidade feminina e a alija distante do poder ritual da Igreja. Esse exercício nos remete novamente aos estudos Foucaultianos, onde o poder polimorfo que está presente em todas as relações humanas e em todas as esferas sociais detém uma centralidade e uma importância no discurso pautado na autoridade masculina que se faz normativa.

[...] estamos submetidos à verdade também no sentido de que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder [...]. (FOUCAULT, 2007. p. 180)

Esses discursos da ICR tem um caráter que objetivam a várias razões: 1) perpetuar a desigualdade entre o os gêneros, mantendo a fronteira entre aquilo que pode ser compreendido entre aceitável ou não; 2) criar condições de controle da sexualidade e de comportamentos; 3) oferecer alternativas dentro de um mercado religioso, de redenção de pecados e salvação.

Nesse sentido,

[...] a legitimidade da concentração de poder no papado é dada pelo caráter carismático da figura do papa, por um lado, e pelo cultivo da piedade popular tradicional, que permite a organização da religiosidade das massas, por outro. (ROSADO-NUNES, 1998, p. 137)

Isto posto, o efeito de verdade o qual a ICR se presta por meio do controle social das subjetividades é vivenciado na experiência dos sujeitos homossexuais, à medida em que emergem os sentimentos de culpa e vergonha, em decorrência das reiteradas expressões de tentativas de controlar o desejo ou de manter relações discretas, como uma negação de si (MACIEL, 2019). Por esta razão, as identidades religiosas e homossexual coexistem por meio do cultivo do segredo, do ocultamento das informações sobre a sexualidade e do exercício da sexualidade em público.

Essa cultura patriarcal e androcêntrica que possui os princípios basilares na superioridade masculina e na subjugação do feminino, demonstra que o poder emanado pelo homem, representado por um Deus e Senhor todo-poderoso e reproduzidos em escalas de uma estrutura político-religiosa, é dotado de códigos pedagógicos. Esses processos de códigos e poderes reiterados no discurso são registrados na preservação da família e das principais doutrinas cristãs.

Desse formato se impõe uma regra, uma norma para o exercício da sexualidade que para a ICR é assegurada apenas dentro da relação matrimonial heterossexual: a permissão do sexo por meio do encontro entre pênis e vagina. Justamente em função desse arranjo heterossexista ocorre a defesa da família heterossexual e a rejeição de outros arranjos familiares ou de experiência de vida e de sexualidade.

A condenação imperiosa da homossexualidade é centrada naquilo identificado como uma espécie de força que alimenta o pensamento de uma identidade de gênero e adequados a genitália, ao qual o coito deve ter um fim reprodutivo. Algo que nos estudos foucaultianos (1988) pode ser compreendido como prática de caráter perverso, amparada numa discursividade autolegitimada, onde a adequação da identidade de gênero à genitália é reforçada pelo discurso religioso com a intenção de produzir sentidos sobre o sexo e o desejo dos sujeitos, em uma relação constante de poder. Esse caráter perverso tem como condição a possibilidade do fato em que na própria genealogia dos sujeitos existe um campo de forças (FOUCAULT, 1988).

Desse modo, as regulações da sexualidade adotada pela ICR provocam dor e sofrimento aos sujeitos, reduzem a cidadania e a plenitude particular, que podem gerar comportamentos sexuais conflituosos, autoestima confusa e ainda, uma estigmatização.

Como advoga Natividade e Oliveira (2013), esse fenômeno é plural enquanto as marcas e os discursos se exprimem como um conjunto heterogêneo de práticas baseados em valores religiosos e operados por táticas plurais de desqualificação e controle da diversidade sexual. Ora, esse quadro da homofobia disposta pela Doutrina da ICR assume marcas de uma especificidade que vai além da rejeição, medo ou desconforto e justificam-se pela necessidade de impor o silêncio às homossexualidades, buscando o aniquilamento do afeto entre os sujeitos. Essa especificidade esforça-se em enfraquecer as linhas de

resistência dos homossexuais, que podem ser alinhavadas pelos novos modelos sociais dispostos na sociedade, conforme veremos adiante.

Para a psicóloga social Bruna Dantas (2006), a sociedade contemporânea, a despeito dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, frente às mazelas dos sujeitos e ao controle das instituições religiosas, ofereceu um novo vigor aos tecidos sociais e provocou novas formas de vivência da experiência religiosa, readaptando-as às necessidades dos sujeitos e rearranjando-as em meios diversificados (BERGER, 2017). Esses rearranjos apresentam-se nas costuras das realidades sociais, econômicas, políticas e também, religiosas, por meio de suas linhas de resistência, que veremos no capítulo a seguir.

## 4 LINHAS QUE COSTURAM RESISTÊNCIAS

No terceiro capítulo, perceberemos os elementos de resistência entre os homens homossexuais e a fé católica, modificando o seu *habitat* socioreligioso. Discuto o surgimento de novas estratégias de sobrevivência da religiosidade dos homens gays, ressignificadas através de suas experiências de sexualidade e tomadas como forma de resistência.

### 4.1 A RESISTÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM A ICR

Diante da complexidade do assunto da sexualidade humana, das regras e imposições da ICR sobre as questões da sexualidade e do ato sexual, vimos emergir dúvidas, críticas e insatisfações nos mais diversos contextos sociais. Por isso, tratar sobre uma vertente homossexual dentro da Igreja Católica Romana significa utilizar os discursos surgidos com o olhar de um sujeito histórico, que permite a emergência de novos discursos.

Face ao surgimento e a compreensão da homossexualidade, classificado por uma categoria de pessoas do mesmo sexo biológico que se relacionam sexualmente entre si e que, segundo a Doutrina Institucional da ICR são vistas como anomalias, as últimas evidências apontam para uma nova possibilidade de reflexões no campo da teologia católica e consequentemente das bases da ICR, por meio de seu conjunto de fiéis.

Se por um lado, a formulação doutrinária da ICR diagramada de forma mais solene e definitiva por meio de seus arranjos, modos de endereçamento, discursos e narrativas não reduz o assunto a um processo de interpretação simplesmente proclamada pela instituição católica, por outro, tal procedimento de controle da sexualidade homossexual confronta as mais diversas conjunções de compreensões e práticas que dão sentido à Doutrina estabelecida. À medida em que as descobertas sobre a homossexualidade ganharam destaque nas últimas décadas, não se pôde manter as concepções sobre a

homossexualidade de forma cristalizada, restritiva e inflexível, conforme dita a Igreja de Roma.

Segundo o pesquisador humanista e ex-presidente da *American Psychological Association* e da *American Educational Research Association* Frank Farley, “os desejos, amores, sentimentos, emoções, as atividades e os relacionamentos” englobam tudo o que é pertinente às esferas sexuais e “apresentam dimensões físicas, psicológicas, emocionais, intelectuais, espirituais e sociais” (FARLEY, 2008. p 173). Essa posição permite a compreensão onde as identidades de gênero e sexuais não são algo que se pode dissociar. Diferente do que afirmam alguns posicionamentos cristãos ortodoxos, segundo os quais, seriam escolhas — pecaminosas — passíveis de perdão, mas não de completa aceitação. Entre religiosos católicos literalistas permanece o entendimento que a natureza miserável do ser humano o dota de incontável tendência para o pecado, por isso, o desejo por alguém do mesmo sexo poderia ser perdoado, mas jamais aceito. Seria a luta do homem homossexual uma eterna luta contra a sua natureza e sua maior fraqueza, dessa forma, o controle e a restrição de tais desejos torna-se espécie de garantia da sua salvação.

Em outras palavras, tal restrição sugerida pela ICR aos sujeitos homossexuais provoca uma compreensão dos homens homossexuais que não buscam a sua purificação como grupo dotado de uma desordem mental e, conseqüentemente, desviante das dimensões ditas normais do ser humano. Assim, quaisquer descobertas científicas sobre a homossexualidade são restringidas no interior dos ambientes eclesiásticos da ICR. Nesse sentido, a imposição da castidade ao homossexual, percebida como exigência de não exercer a sua sexualidade (SERRA, 2019) limita a integração da sexualidade do sujeito e paralelamente, impõe ao sujeito um relacionamento heteronormativo ou de vivência casta.

A partir desse entendimento, pode-se dizer que as linhas de resistências que costuram os tecidos antigos da ICR e os novos tecidos elaborados pelos avanços dos estudos de gênero e sexualidade promovem novas perspectivas de sentido aos sujeitos homossexuais. Tal processo ocorre na medida em que permite desconstruir o pensamento no qual a orientação sexual reside apenas no papel biológico, o que também reforça uma determinada conduta nas esferas sociais e culturais da procriação impostas pela ICR. A desconstrução dessas narrativas de poder que visam ao controle e repressão dos corpos,

na mesma medida em que contribuem para a produção de novas tecnologias de repressão, serve aos homens homossexuais como estratégia de emancipação dos antigos tecidos. Os estudos de gênero e sexualidade, portanto, constroem e tornam públicas novas narrativas que empoderam homens gays que desejam a vivência genuína de suas crenças no interior de uma instituição religiosa que pela força de sua doutrina os violenta.

Nesse contexto, alguns teóricos como Salzman e Lawler (2012) propõem, por exemplo, que deve haver a necessidade de uma revisitação da homossexualidade. Afirmam ainda que a sexualidade homossexual não se compõe de elementos tão diferentes da heterossexualidade não devendo, portanto, ser classificada como imoral ou anormal.

Segundo a psicóloga e doutora em ciência da religião Silvia Rodrigues (2018), a maior dificuldade atual deve-se a uma relutância às mudanças concretas da parte de instituições sociais tradicionais, entre elas, a ICR, uma vez que tais mudanças dizem respeito a uma interpretação relacionada ao seu mito fundante, a Bíblia. Entendemos que essa relutância da ICR esteja apoiada em uma estrutura de poder que se ampara em convicções teológicas, que determinam o lugar social dessa instituição. Portanto, ultrapassar esses limites da doutrina pode implicar a instalação de mudanças radicais dentro da Igreja (MINAYO, 2010. p. 19). Mudanças que, embora necessárias, contrariam os setores mais conservadores da Igreja.

Essas reflexões conduzem à elaboração de um processo de identificação social entre os sujeitos homossexuais e a tradição da ICR. Desse modo, esse quadro serve de panorama para compreender as bases do antagonismo entre diversidade sexual e a religião como produtora de sentido moral. Tal oposição se constitui como organizadora das relações sociais na medida em que incorpora a sexualidade ao seu conteúdo mitológico e doutrinário, contribuindo e legitimando, por meio de seus discursos, uma epidemia de ódio.

Retomando então, o problema inicialmente apresentado nesta pesquisa, que é “como o cristianismo católico romano coloca-se em relação à população homossexual, especialmente, homossexuais masculinos que professam fé católica?”, proponho por meio dessa dissertação, o entendimento de que as regulações para as sexualidades formuladas pelos documentos da Igreja suscitam a negação de outras formas de vivência

das sexualidades, segundo os argumentos classificatórios estabelecidos pelo clero de Roma, mediante os documentos oficiais do magistério eclesial. Esse até poderia ser um entendimento considerado óbvio, mas o percurso até aqui percorrido demonstrou que tal construção milenar durante a contemporaneidade revela-se perversa e de natureza agressiva, na medida em que contribui para a violência física e simbólica de muitas pessoas homossexuais, diariamente.

Daí a relevância de se dar destaque ao sujeito. O sujeito homossexual está colocado no centro de constantes relações de produção de sentido e de poder, que atuam nele e no mundo ao seu redor. Foucault (1988, p. 232) analisa e compreende que o poder é uma relação que necessita de constante trabalho analítico de verificação. Por isso, é importante assumir o discurso da Instituição como uma das práticas sociais da ICR, que fora articulada ao longo da sua história com a adoção de elementos doutrinários, mitológicos e institucionais que a constituem e se relacionam entre si, formando elementos basilares para os sujeitos adeptos.

Foucault (1988) sinaliza que nesse tipo de estrutura há um antagonismo das ideias, por isso a reflexão a partir da resistência auxilia a emergir uma forma de estratégia contra o poder da ICR e, nesse sentido, mais do que analisar o poder do ponto de vista da instituição, a análise dessas estratégias e as suas tentativas de dissociação das relações entre os sujeitos e a Igreja nos oferecem um arcabouço para esta pesquisa.

Para os estudos foucaultianos (1988), essas ‘hipóteses repressivas’ da ICR discutidas no capítulo II constituem um aparato repressivo com interesse ao apagamento das sexualidades e auxiliam uma afirmação da sua necessidade de verdade e poder de acordo com sua percepção. Esse sistema, todavia, investe em um mecanismo que possui origem na tríplice confissão-penitência-jejum e a relação dos sujeitos com a instituição Católica Apostólica Romana.

Embora a ICR tenha se manifestado a partir da década de 1970, quando emergiram diversos movimentos pró-minorias sociais, nas quais compreende-se as mulheres, negros, homossexuais e etc; e, quando adotou uma fórmula incisiva acerca do seu tratamento aos homens homossexuais, na contemporaneidade a Igreja de Roma demonstrou uma nova percepção sobre o seu argumento nos últimos anos, com a eleição do novo chefe geral da

Instituição que corresponde à gestão de Francisco<sup>57</sup>. Alguns discursos orais têm apontado para uma mudança do tipo de argumentação da ICR como por exemplo uma entrevista concedida por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no ano de 2013, realizada no Rio de Janeiro, Brasil. Nessa entrevista, ao ser questionado sobre a homossexualidade, Francisco respondeu: “*Se uma pessoa é gay e procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?*”<sup>58</sup>.

Essa novidade no discurso da ICR demonstra uma abertura não mais pensando o sujeito homossexual a partir de uma categoria de sexualidade, mas sim sobre categoria de humanidade. Outro sinal de uma possibilidade de diálogo é visível na Exortação Apostólica<sup>59</sup> *Amoris Laetitia*<sup>60</sup> que demonstra independentemente de sua orientação sexual, o sujeito deve ser respeitado e acolhido com respeito, sem ferir a sua dignidade.

Esses exemplos remetem a uma novidade na vivência religiosa. Tanto a postura papal quanto a exortação apostólica, envolvem outros elementos teóricos por meio de

---

<sup>57</sup> 266º Papa eleito pela ICR. Nascido em Buenos Aires, Argentina, tornou-se padre pela Companhia de Jesus e atuou como padre jesuíta. Foi eleito Papa em 13 de março de 2013. Seu nome de batismo é Jorge Mario Bergoglio e adotou o nome Franciscus por possuir afinidade com a preocupação aos pobres e o compromisso com o diálogo inter-religioso, sustentando uma igreja mais aberta e acolhedora, à luz de São Francisco de Assis. Ainda assim, Franciscus é coerente com a tradição e o magistério da ICR, uma vez que afirma que os homossexuais devem ser integrados à sociedade, conforme afirma o CIC.

<sup>58</sup> Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/blogs/jamil-chade/entrevista-com-o-papa-francisco-quem-sou-eu-para-julgar-os-gays/>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

<sup>59</sup> A exortação apostólica é um dos documentos do pontificado de Roma e tem caráter menos solene, porém não menos importante e transmite um ensinamento do Papa a respeito de um assunto, possui como objetivo animar os fiéis na vivência religiosa. Geralmente a exortação apostólica é publicada após um sínodo, trazendo o conteúdo tratado na reunião dos Bispos. Por meio delas, o sumo pontífice trata sobre assuntos doutrinários, disciplinares, governamentais entre outros. Estes documentos pontifícios são escritos em latim e são publicados no *L'Osservatore Romano*, jornal diário e oficial da Santa Sé e também publicados na *Acta Apostolicae Sedis*, jornal periódico oficial da Santa Igreja, conforme o Cânon 8 do Código de Direito Canônico.

<sup>60</sup> *Amoris Laetitia*, em português *Alegria do Amor* é uma exortação apostólica do Papa Francisco, publicada em 08 de abril de 2016. Possui nove capítulos e tem como base os resultados de dois Sínodos dos Bispos sobre a Família ocorridos em 2014 e 2015. Os nove capítulos do documento são: 1 - "À luz da Palavra"; 2 - "A realidade e os desafios das famílias"; 3 - "O olhar fixo em Jesus: a vocação da família"; 4 - "O amor no matrimônio"; 5 - "O amor que se torna fecundo"; 6 - "Algumas perspectivas pastorais"; 7 - "Reforçar a educação dos filhos"; 8 - "Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade"; 9 - "Espiritualidade conjugal e familiar". Pode também ser acessada em [http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20160319\\_amoris-laetitia.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html). Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

seus símbolos, práticas rituais e sociais e pela experiência da vida em comunidade que juntas, formam costuras nos tecidos novos e antigos unidas por novas linhas. Talvez, sejam essas novas linhas os arranjos para pensar a sexualidade dentro do grupo religioso católico.

A relação monocultural pensada na vida da Igreja e compreendida por um modo de ordenação da vida social que antes era voltado à mesmidade, nas pequenas comunidades, à medida onde os sujeitos eram ordenados e guiados pelos mesmos significados e produções. Na contemporaneidade, essas linhas de resistências podem apontar para uma cultura de heterogeneização e diversidade, mesmo tendo como obstáculos discursos homofóbicos que podem ser incitados por meio dos textos religiosos e Doutrinas eclesiais.

Se historicamente, quando a Igreja tinha força maior nos processos de produção de verdade, exercendo o controle das pessoas através dos Dogmas e depois da confissão e penitência, existia um dispositivo de aliança necessário com interesse em manter as regras sociais — dispositivo esse por muitas vezes efetivado no matrimônio —, contemporaneamente, este dispositivo de aliança tem sofrido um abalo pelas mudanças sociais, econômicas e políticas que incluem, por exemplo, as novas configurações familiares, as mulheres no campo de trabalho, a migração da zona rural para a urbana e não por menos, o acesso das pessoas homossexuais à Instituição.

Esse tipo de problema social, na qual os indivíduos sexualizados e homossexuais não podem participar da comunidade de fiéis da forma que se identificam é compreendido pelo antropólogo Emerson Giumbelli (2002) como “drama social”, onde emergem diversas definições conflitantes de uma determinada realidade e convergem em reconfigurações nas esferas da sociedade. Por mais que estas questões não sejam pensadas como religiosas, elas podem ser interpretadas como conservadoras uma vez que engloba justificativas religiosas, já que a cosmologia cristã proporciona “um idioma e um repertório de justificativas” (NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2013. p. 81) e acionam, em certa medida, uma defesa contra a diversidade de gênero e de sexualidades.

As situações que estabelecem sentido e roteiro para as vidas dos sujeitos, podem ser vistas através do *habitus*, conceito descrito por Pierre Bourdieu (2005, p. 40), como

um sistema de estruturas predispostas que funcionam com dispositivos duráveis e possui ainda determinadas estruturas fundamentais para seus grupos. Nessa perspectiva, as práticas sociais são um produto atrelado às experiências passadas, que fornecem uma regulação ou roteiro e restringem as novidades afim de regular as classes sociais e os seus novos arranjos produzindo, assim, mecanismos de busca de alternativas para se manter nos grupos religiosos e na sociedade.

Homossexualidade e sacralidade são experiências incompatíveis. O teólogo James Empereur (2007), destacou dos obstáculos da vida homossexual em ambientes religiosos, que o termo “antinatural” aparece nos mais diversos contextos, inclusive naqueles em que se trata de práticas homossexuais.

Aquilo que por diversas vezes é denominado como tradição essencialista, isto é, que é regida por normas absolutas, que independem de situações históricas, comumente julga como difíceis a compreensão positiva da homossexualidade. Já que, para compreender a história dos homossexuais, a tradição deverá se debruçar sobre os estudos da sexualidade e como os sujeitos tem sido sexualizados e controlados pelos outros, e também, pelo reconhecimento do abuso do poder sobre os seus corpos.

Uma parte importante dessa mudança tem reaproximado a sexualidade e a espiritualidade dos sujeitos homossexuais, que ocorre no campo da ética. Esse movimento de mudança tem afastado a moralidade orientada pelo ato sexual para uma moralidade com um caráter processual, que não se interessa em coisas “boas ou ruins”, mas no modo em que se pensa a sexualidade, como por exemplo, a objetificação dos corpos, na propaganda pessoal, as manifestações de entretenimento sexual e etc.

Seria uma contradição afirmar que a Igreja ao ensinar uma espiritualidade onde a sexualidade fundamenta a existência dos cristãos por meio da capacidade do amor ao próximo já que a sua doutrina solicita ao homossexual uma adesão de uma prática “assexuada”.

Essa relação são as evidências que afirmam as diversas formas de uma injustiça religiosa, por conta da postura Institucional para com esse grupo. Desse modo, a superação das compreensões por meio de suas resistências ao controle e de uma experiencia dualista do sujeito, da sociedade e do relacionamento com Deus possibilita,

portanto, a boa nova necessária aos homens gays dentro da ICR. Como observado, não são apenas os pobres e economicamente mais vulneráveis que se encontram em estado liminar, mas todas as minorias, inclusive os homossexuais. Nesse sentido, muitos homens que se identificam como homossexuais em relação à sua sexualidade não podem ter suas identidades e os seus sentimentos invalidados, negando as suas energias sexuais e escondendo seus desejos íntimos.

Para Empereur (1998. P. 17), o ministério dos homens gays e a sua busca espiritual por meio do catolicismo demonstra um comprometimento resistente e conjunto às suas vulnerabilidades, na busca de uma Igreja mais igualitária e de uma experiência de espiritualidade orientada para a justiça social. Os homens gays já se encontram em uma posição vulnerável dentro da própria instituição de fé. Os homens homossexuais são ridicularizados e discriminados, contudo, esse mecanismo que tenta tornar fracos os homossexuais encontram nela própria, o seu poder homofóbico pastoral e o seu esvaziamento.

De toda forma, Empereur (1998) sugere em sua pesquisa de campo que os homossexuais que almejam a vivência em uma comunidade de fé são peças de uma grande força que une os movimentos tanto feministas quanto de gays, no anseio de reconstruir as práticas de experimentar a religião católica, reconstruindo-a pautados pela justiça igualitária, paz social e por um Reino de Deus para todos, sem exceção. Nesse contexto, algo que promove a justiça é a capacidade do amor que parece ser mais adequado à integração humana e cristã oferecendo uma substância para o seu desenvolvimento espiritual. Assim como os heterossexuais, os homossexuais também são convidados a amar a si mesmos antes de poderem se relacionar e amar ao próximo. Contudo, também para amarem a si mesmos, os homossexuais encontram na ICR certos obstáculos que não se apresentam ao homem heterossexual.

Contudo, as questões da autoidentidade de um homem que busca sexualmente outro homem e expressam esse ato é percebido como uma espécie de ‘ataque’ à defesa da masculinidade, que se baseia em uma diferenciação do feminino. Em sua pior configuração, essa postura degenera na homofobia, no espancamento de gays, na ridicularização e na invisibilização social dos homens homossexuais.

Parte do debate demonstra se os homossexuais podem e devem mudar suas condutas e costumes sexuais. Como afirma a Doutrina da ICR, os gays devem se dedicar à Igreja de forma celibatária, considerando a prática homossexual como ‘queda’ e ‘depravação’. Porém, aqueles que não fazem a leitura da Doutrina e não veem a homossexualidade como um pecado à imagem de um Jesus Cristo, do seu movimento de salvação e de seu chamado ao seu Reino acolhendo os marginalizados e oprimidos revelam que a sexualidade não pode ser posta de lado, pelo contrário, ela deve ser exercida de forma responsável e amorosa. O mandamento “amais-vos uns aos outros como eu vos tenho amado”<sup>61</sup> bíblicamente narrado em ocasião da última ceia antes da prisão, libitina e ressurreição de Cristo orienta para a prática dos relacionamentos humanos, estando maior do que outras perícopes da literatura e doutrina institucional.

Se para os conservadores a narrativa bíblica é clara, simples e objetiva: o sexo heterossexual é restringido à circunstâncias monogâmicas e para toda a existência em vida; A ala liberal da ICR, enquanto comunidade de leigos e leigas encontram nesses mesmo argumentos claros e objetivos uma compreensão simplista para descrever uma ética sexual, baseados no conselho dado pela figura de Jesus.

A diferenciação entre os grupos conservadores e liberais da ICR podem ser dificilmente apontados, uma vez que esses rótulos podem ser suprimidos em diferentes circunstâncias, onde os partícipes da comunidade podem assumir uma postura mais conservadora em determinadas questões, mas não em outras. Para o teólogo Donald Messer<sup>62</sup>:

Geralmente, as denominações mais ‘liberais’ ou ‘dominantes’ tem apoiado os direitos civis de gays, enquanto as denominações mais ‘conservadoras’ tem sido a menos pública em seu apoio ou tem o seu trabalho em nítida oposição à garantia de direitos para os homossexuais (1994, p. 183, tradução nossa).

---

<sup>61</sup> Evangelho de João, 13, 34. Conhecido como “Mandamento do amor”, na narrativa bíblica, Jesus se apresenta aos seus discípulos no cenáculo, lava-lhes os pés e oferece uma ceia. Nessa ocasião, oferece alguns conselhos, entre eles a admoestação para que os homens se amem para manterem uma comunhão e aponta elementos para a salvação da humanidade. Em seguida, Jesus é preso, crucificado, morto, sepultado e ressuscitado, como aponta a narrativa bíblica exposta nos Evangelhos Canônicos.

<sup>62</sup> Cf **Messer, Donald E. Caught in the Crossfire: Helping Christians Debate Homosexuality.** Abingdon Press. Estados Unidos. 1994. (tradução nossa)

Se as posturas mais liberais são convidadas a discordarem da Doutrina da ICR, as posturas da contemporaneidade podem ser um importante passo à costura dos tecidos antigos e novos, submergindo os argumentos conservadores que tendem a ser escrituralmente literalista. Além disso, a ênfase nos argumentos e posturas conservadoras da ICR demonstram linhas que não correspondem às novidades éticas e morais da sociedade. As posturas adotadas pela ICR, por meio de seu rigorismo homofóbico demonstram um sistema ético articulado com imperativos morais enrijecidos e paralisados em tempos de outrora.

Se os pecados apontados pela erudição da ICR são exemplos de discussões e debates acirrados nos corredores sombrios do Vaticano, as pastorais sociais originárias da Teologia da Libertação estão abjulgando os homossexuais das amarras na mitologia apontada na Bíblia e na Doutrina da Igreja que no passado, bloqueava a integração da comunidade, e buscam um deslocamento que incorpora o movimento de Jesus pelos excluídos, pelas minorias buscando a sua libertação.

Embora a história de como a tradição e a Doutrina da ICR tenha aparecido como um dos grandes exemplos de opressão aos homossexuais, dentro da Instituição os movimentos de libertação revelam que nem sempre o ensinamento, a prática e o discurso do Magistério oficial estiveram em mesma sintonia. A pesquisa aponta que existem indícios em que a ética do amor de Jesus e a narrativa bíblica e catequética “amai-vos uns aos outros” triunfam sobre as posições doutrinárias nas vidas práticas dos sujeitos, embora estes a todo momento busquem alternativas para se manterem de forma discreta.

#### 4.2 A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA E OS SEUS INTERESSES PARA A PASSABILIDADE RELIGIOSA

A percepção da orientação sexual de um sujeito pode ser frequentemente percebida a partir de sua identidade visual ou corporal. Embora a identidade visual refira-

se a uma variada gama de expressões culturais, de vestuário ou de corpo, Hayfield et al<sup>63</sup> (2003), propõe que por meio desta expressão, o sujeito adquire uma linguagem não verbal. À medida em que essa linguagem não verbal é posta, se posicionando de forma atrelada à tecidos heterossexuais, para serem acolhidos com maior frequência dentro da Instituição (MACIEL, 2019), eles buscam uma passabilidade, ou seja, a apresentação e representação como homem heterossexual, para efetivamente “passar” dentro dos ambientes religiosos, que para Maciel (2019) corroboram para a autopreservação e autoproteção dos sujeitos.

Nesse sentido as pesquisadoras em linguística Maria Sanchez e Linda Schlossberg<sup>64</sup> (2001) sugerem que, a ordem social insinua que os homossexuais permaneçam em seus “armários” a fim de que “passem” despercebidos nas suas comunidades, e isso não difere do assujeitamento da ordem hegemônica da ICR. Portanto, esse trancamento das “portas dos armários” é motivado por uma diversidade de sentidos, que podem ser com vistas a manutenção positiva dos relacionamentos familiares, das comunidades de fé, políticas e ainda, financeiras.

Esses tipos de poderes aos quais a ICR adotou e que emanado pelo homem produzem uma opressão realiza determinados códigos pedagógicos que, para Gouveia (2017), são reproduzidos e sustentados por meio de um roteiro ‘político religioso’, adotado pelos poderes ocidentais. Desse formato, a imposição de uma regra como norma básica para o exercício da sexualidade mantém dentro do ambiente heteronormativo a única permissão para a vivência da sexualidade.

Esse caráter androcêntrico e patriarcal adotado pelo catolicismo, destacando-se a preocupação e vigilância constante com os aspectos sexuais dos sujeitos, ocupa um espaço importante da vida humana na contemporaneidade. Com efeito, essa dominação

---

<sup>63</sup> HAYFIELD, N., CLARKE, V., HALLIWELL, E., & MALSON, H. (2013). Lésbicas visíveis e bissexuais invisíveis: Aparência e identidades visuais entre mulheres bissexuais. Fórum Internacional de Estudos da Mulher, 40, 172-182. Disponível em <https://uwe-repository.worktribe.com/output/928933>. Acesso em 15 de julho de 2020.

<sup>64</sup> Cf. SANCHEZ, M; SCHLOSSBERG, L. *Passing: Identity and Interpretation in Sexuality, Race, and Religion*. New York University Press. 2001.

de tecidos sociais antigos repercute por diversos posicionamentos sociais, políticos, econômicos e não se despem de intencionalidades. Uma dessas evidências demonstram as acentuadas rejeições e humilhações direcionadas aos homossexuais que transparecem as suas sexualidades. Para tanto, há uma necessidade de conter a efeminação da sociedade, já que essa feminilidade pode ser percebida como uma fraqueza do ser humano, por se associarem a elementos compreendidos como de mulheres, por exemplo. Essa desvalorização tem respaldo na heteronormatividade e reprova veemente os homossexuais masculinos, pois tatua nos sujeitos homossexuais uma ideia de renúncia do ideal macho, superior, viril, procriador e provedor.

Nessa lógica, para a ICR se esgotam as subjetividades e as possibilidades de outras construções de experiências sexuais, aniquilando e negando as práticas, assim como a degustação do sexo entre os iguais. Portanto, para a obtenção da salvação e ‘agradabilidade’ por Deus, para os sujeitos homossexuais faz-se necessária a negação da possibilidade de outras maneiras de viver a sexualidade que não seja a heterossexual.

Nesse caminho, não são incomuns a opressão e a camuflagem do desejo homossexual dentro das comunidades. Frente a essa camuflagem, surgem medidas criativas para não serem retirados de seus armários, a fim de que superem as suas limitações religiosas e doutrinárias. Embora essas medidas contradizem aquilo que ditam as normas e ordens da instituição, mas de algum modo, mantém suas vidas particulares e íntimas preservadas, sem deixar de lado a vivência da fé católica, que por meio da penitência e reconciliação pós confissão, tentam alcançar sua salvação através do jejum e busca pela santidade. Essas são construções subjetivas resultantes de resoluções particulares e individuais aos quais os sujeitos se inserem (MACIEL, 2019).

Ao tratarem do assunto do desejo sexual algumas pesquisas assinalam que este ‘destino’ homossexual está relacionado a uma construção não pré-determinada como no caso da heterossexualidade, que para a pesquisadora dos estudos de gênero e sexualidade Regina Gouveia (2017) alinha tanto o sexo quanto o gênero a uma orientação e prática sexual pré-estabelecida.

Essas fórmulas pré-estabelecidas, como visto no capítulo I e II, tem sido evitar, controlar e negar o desejo dos sujeitos que divergem da heterossexualidade e da

heteronormatividade estabelecem, portanto, à comunidade dos seus fiéis os costumes e práticas. Contudo, a ação implementada pode ser exemplificada por meio da violência, segregação e extermínio das pessoas que cedem a essas ‘fraquezas’, como sugerem os documentos da Santa Sé.

Na síntese da psicanalista Nadiá Ferreira (2013):

Os seres falantes, que se desviaram da norma estabelecida pelo código social, em relação ao objeto-causa do desejo e amor, foram chamados, pelo Santo Ofício da Inquisição, de *Monstrum Horrendum*. A partir daí, classificados como desviantes e estigmatizados como homossexuais, foram perseguidos por movimentos religiosos (inquisição, reforma, contrarreforma e fundamentalismo [...]). contra eles, sempre a intolerância, quer sob a forma radical do assassinato, quer sob a forma de prisão, tortura e castigo, como é o caso do ‘estupro corretivo’. (FERREIRA, 2013. p. 191)

Isto posto, a trajetória das homossexualidades corresponde a história da transgressão aos códigos, usos, costumes e desejos como afirmação da vida. Tal postura indica a resistência e o confronto aos grupos fundamentalistas religiosos, que podem ocorrer tanto dentro dos ambientes considerados sagrados quanto nos espaços políticos e civis. Entretanto, esses movimentos tem legitimado as suas reivindicações em escala mundial, apesar de determinadas perseguições em alguns países e lideranças, como por exemplo, as perseguições nos Estados Unidos, durante o período de 1960<sup>65</sup>, e em outros países<sup>66</sup> do globo terrestre. Nesses lugares a homossexualidade é vista como crime.

---

<sup>65</sup> Quando em 28 de julho de 1969, houve nos Estados Unidos um movimento de revolta à opressão policial, quando a homossexualidade era vista como “conduta indecente”, segundo o Código Penal Modelo – CPM, criado pelo Instituto de Leis Estadunidense. Conhecido como Revolta de Stonewall, esse movimento se tornou o marco mais representativo da luta pelos direitos homossexuais e transsexuais. O movimento de Stonewall deu abertura às modernas paradas LGBTQIA+, que ocorrem em diversas partes do mundo. Esse fato não foi um caso isolado, a revolução sexual promovida pelo movimento hippie encontrou seu momento através do Festival de Woodstock e pelo assassinato de Martin Luther King Jr, um ativista pela luta dos direitos civis de negros norte-americanos.

<sup>66</sup> Conforme a pesquisa realizada periodicamente desde o ano de 2006 e elaborada pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais, realizada em conjunto a outras 1.300 organizações de todo o mundo. Veja mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/relacao-homossexual-e-crime-em-71-paises-7-preveem-pena-de-morte.shtml>. Acesso em 12 de julho de 2020.

Embora o Brasil não faça parte dessa lista de nações que sentenciam a homossexualidade, o país lidera os rankings de violência aos grupos dissidentes da heterossexualidade.

A despeito de que no Brasil existem diversos grupos de ativismo voltado aos homossexuais, um dos exemplos podem ser mostrados por meio da organização não governamental nomenclaturada Grupo Gay da Bahia - GGB<sup>67</sup>, no qual revela que muitos sujeitos são violentados por diversas formas, incluindo-se situações econômicas, psicológicas ou físicas, chegando em muitas dessas vezes o assassinato ou autoextermínio.

Segundo o relatório anual do GGB<sup>68</sup> referente ao ano de 2019<sup>69</sup>, a cada 26 horas um homossexual é acometido por algum tipo de agressão mortal. Nesse relatório:

Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil (WAREHAM, 2020, in relatório do GGB).

Esses dados ainda demonstram que desde o ano de 2008, quase metade dos crimes ocorridos no mundo são liderados em território brasileiro. Os dados apontados ratificam o que ponderou a comissária do subcomitê de Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), Margarida Pressburger, ao exprimir em uma entrevista

---

<sup>67</sup> Grupo Gay da Bahia é uma Organização Não-Governamental voltada para a defesa dos direitos homossexuais no Brasil. Fundada em 1980 e é a mais antiga associação em atividade e seus objetivos são voltados para a luta contra a homofobia, sobre a conscientização das DSTs e sobre a luta dos direitos humanos igualitários presente na Constituição Brasileira.

<sup>68</sup> Os últimos relatórios demonstram um número significativo de assassinatos. São eles: 2010: 260 mortes; 2011: 266 mortes; 2012: 338 mortes; 2013: 314 mortes; 2014: 329 mortes; 2015: 319 mortes; 2016: 343 mortes; 2017: 445 mortes; 2018: 420 mortes; 2019: 329 mortes. Os relatórios estão disponíveis em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

<sup>69</sup> Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em 12 de julho de 2020.

jornalística que o Brasil ainda é “*um país racista e homofóbico*”<sup>70</sup> e isto pode ser em função da pressão política-religiosa<sup>71</sup> à qual a sociedade está inserida.

No Brasil, campo no qual pesa a tradição cristã, não há um levantamento oficial do governo para unificar os crimes contra os homossexuais, e não por menos, órgãos governamentais que trabalham as questões de homofobia. Numa tentativa de pesquisa junto aos órgãos de segurança pública, aquelas ocorrências que indicam uma natureza do crime oriunda da homofobia ou de motivações religiosas são facilmente camufladas nos boletins de ocorrência sendo comutadas por ocorrências de outras naturezas, que geralmente são redigidas como latrocínio, acidentes pessoais e etc. Talvez sejam essas as evidências de uma homofobia velada, que adota e insere elementos religiosos ao conteúdo social e as mantém como essenciais nas esferas comunitárias e cívicas.

Nesse sentido, de acordo com o psicanalista Antônio Quinet (2013), manter a homossexualidade num universo de egodistonia<sup>72</sup>, na privacidade, clandestinidade e na obscuridão remete à sustentação da ordem heterossexista mantida pela ICR. Os discursos doutrinários da ICR corroboram à essas atitudes, ao sugerir que os homossexuais formam um grupo de sujeitos desqualificados e envolvidos pelo pecado, pela imoralidade e até mesmo pela doença, denotando uma homofobia pastoral, apontadas por Foucault (1988) e corroboradas por Natividade (2009).

Enquanto certas formas de discriminação segregam indivíduos marcados como diferentes e inferiores, a homofobia cordial aproxima-os daqueles que exercem posição de superioridade moral, em uma relação de assujeitamento. Esta relação assimétrica pode implicar engajamento emocional dos sujeitos envolvidos, favorecendo a perpetração de formas muito sutis de sujeição e violência.

Estratégias convergentes com a homofobia cordial, mas dotadas de efeitos muito distintos, costumam comparecer em práticas religiosas voltadas para o cuidado pastoral junto a fiéis. Uma forma particularmente insidiosa de homofobia pastoral poderia ser identificada na perspectiva evangélica de “acolhimento” aos homossexuais, sustentada por certas iniciativas religiosas, que incorpora pessoas LGBT aos cultos, visando ao seu engajamento em

---

<sup>70</sup>Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,somos-um-pais-racista-e-homofobico,700956,0.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

<sup>71</sup> Relato de Ban Kin-moom, secretário geral da ONU, durante a 71ª Assembleia Geral da ONU, realizado em Nova York – USA, em 22 de setembro de 2016.

<sup>72</sup> Onde os pensamentos, comportamentos, sentimentos e atitudes contrariam ou perturbam os próprios sujeitos.

um projeto de regeneração moral [...]. Esta atitude perante a diversidade sexual transcende os efeitos da homofobia cordial, na medida em que não apenas incorpora sujeitos marcados como inferiores, mas pretende eliminar tal “marca” por meio de “exorcismos”, cura ou terapias (NATIVIDADE, 2009. Recurso online)

Nesse sentido, podemos perceber quanto mais os sujeitos homossexuais desafiam os padrões heteronormativos, mais parecem sofrer preconceitos, estigmatizações e violências de diversas naturezas. A este respeito, a pesquisa formulada por Natividade (2005) menciona que os sujeitos mais efeminados são os mais afetados pelo preconceito religioso ao afirmar que a *“violência atinge muito mais pessoas que desafiam padrões hegemônicos do gênero também no caso da discriminação nas redes religiosas”* (NATIVIDADE, 2013, p. 37).

Entre outros tantos fatores que compõem essa colcha de retalhos sociais, a segregação da ICR para com a homossexualidade produz intensos conflitos na interface religião — sexualidade — família. Portanto, esta categoria de aceitação do sujeito da ICR está relacionada a uma proposta de identidade que compreende a família, sociedade e a relação com Deus, de acordo com a Doutrina institucional da ICR. Nesse sentido, Natividade e Oliveira (2008) destacam que:

A categoria aceitação pode servir de forma particularmente produtiva como ponto de apoio para se investigar os nexos entre formas de constituição da relacionalidade e da subjetividade. O sujeito que “é” ou “deseja ser” aceito também tem que aceitar a si mesmo: a construção da aceitação na esfera interpessoal se articula à processos de elaboração de percepção e apresentação de si. O sujeito que deseja ser aceito, deseja ser aceito como, por que, onde? O que significa ser aceito, para sujeitos que vivenciam ou almejam a experiência da aceitação? (NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2008, p. 154-155)

Desse modo, a superação da resistência da Igreja, enquanto Instituição e sobre esses indivíduos, como afirma Gouveia (2017), é uma ferramenta essencial para romper com os equívocos dos tempos de outrora e auxiliam na compreensão da ICR sobre a sexualidade. Essa transgressão permite o reconhecimento dos corpos e as suas decisões de vivenciarem suas experiências sexuais, oferecendo-lhes compreensão no ambiente eclesial. Assim, esses passos transgressores à resistência podem assumir ações

antagônicas à exploração, amortização dos sujeitos e à crueldade dos discursos e práticas resultantes das normas hegemônicas, fundamentalistas, patriarcais, arrogante e inflexíveis adotados pelo magistério da instituição religiosa.

Afinal, não obstante aos efeitos da produção dos discursos da ICR, as resistências aos homossexuais apontadas por Foucault (1988) se constituem por meio da linguagem e da injúria, que podem ser associadas a violação dos corpos por agressões físicas, controle de suas expressões e práticas. Não são raras as situações que expõem os indivíduos homossexuais, colocando-os à margem para a punição, coerção ou vigilância constante. Ainda, incitados pela perspectiva foucaultiana (1988), são através dessas práticas que a ICR se apodera dos corpos e inscreve neles as suas marcas de poder de forma psicológica-trocista.

Uma análise aproximada dos discursos e poderes que emanam da ICR em termos da ética sexual não pode, entretanto, reduzir-se apenas aos pronunciamentos oficiais. Como bem clarifica Anjos (1976), nessa perspectiva, é possível perceber outros tipos de discursos, além daqueles que expressam a posição oficial do magistério da Igreja<sup>73</sup>. São eles: o discurso teológico, que traduz o debate e a reflexão científica da ICR; o discurso pastoral, que inclui as orientações oferecidas pelo clero e ordens religiosas ao conjunto de fiéis; e o discurso dos fiéis, que se expressam nas variadas tonalidades e graus, orientados por sua própria interpretação.

Entre os diversos tipos de discurso ao qual a ICR se apropria, existem diferenças e coincidências, dado os seus diversos contextos e lugares sociais do qual se originam. Dessa forma, nenhum desses discursos pode ser considerado estático. Segundo Pierucci (1978), “*a ideologia católica sobre a reprodução humana não está instituída de uma vez por todas e para todo lugar*” e nesse painel aparecem além das diversidades de religiosidades e as formas de se experienciar, mas também as diversidades sexuais.

Inserindo-se em um conjunto mais amplo e cultural, os diversos arranjos e discursos encontram-se sujeitos às modificações, embora, não aconteçam no mesmo ritmo, tempo e espaço. Esta relação faz com que se acentuem as diferenças entre a ICR e

---

<sup>73</sup> Como as declarações e cartas vistas no capítulo I.

os sujeitos, pois somam-se irreduzíveis inadequações entre os discursos e as práticas, ou ainda, defasagens e contradições dentro da própria Igreja e os seus fiéis.

Como apontado, as instituições tais como a ICR reafirmam continuamente uma ideia de comunidade permanente, nesse sentido, relegam ao conflito uma função desestabilizadora. Por isso, não lidam com o conflito de forma aberta e continuada. O seu conjunto de fiéis literalistas acentuam a esta concordância e apresentam a unidade e a comunidade como ideais para sem vivenciados por todos e todas.

Embora o cristianismo seja uma religião notadamente baseada em eventos destacados como salvíficos, os quais possuem uma necessidade de reafirmação constante por meio de seu rito oferecida por um calendário eclesiástico e litúrgico<sup>74</sup>, segundo o historiador Jacques Le Goff (1996), o catolicismo produz uma cristalização da memória por meio de uma mnemotécnica<sup>75</sup>, onde os instrumentos de repetição facilitam a recordação destes eventos. Desta forma, a repetição e reafirmação dos eventos promove uma tentativa de reafirmação da existência de um único grupo e de representações que não são de cunho estritamente particulares, pessoais, individuais e intransferíveis.

Ora, essa argumentação nos auxilia a compreender o movimento que sustenta a repulsa à homossexualidade: uma vez que a linguagem transgeracional é transmitida por meio de narrativas, vestígios e documentos, a ICR toma parte dos usos e torna-se seletivamente propagadora do seu instrumento de interesses e perspectivas institucionais, gradualmente, tornando-se compreendida como memória.

De outra forma, também faz parte dessa memória, o conteúdo produzido pelos grupos que em círculos de segurança conversam e dialogam sobre diversos assuntos com determinada tranquilidade. Nesse círculo, a convivência é baseada em regularidades e

---

<sup>74</sup> É um calendário adotado pela ICR e que cobrem todo o ano litúrgico cristão católico. Neste calendário, adota-se uma diversidade de narrativas bíblicas e relatam a vida do movimento de Jesus e dividem-se em diversos períodos e cores simbólicas: Advento; Natal; Tempo Comum; Quaresma; Páscoa; e ainda adotam outras datas variáveis que também são significativas na história do povo de Deus: Epifania de Cristo; Batismo de Jesus; Transfiguração do Senhor; Domingo de Ramos; Páscoa; Ascensão de Jesus; Pentecostes; Festa do Cristo-Rei, além das outras festividades de anjos e santos da Igreja, que são considerados como dias de preceito e festas de guarda.

<sup>75</sup> Em latim *Ars memoriae* ou em grego *Technē* (arte / ofício da memória). É uma técnica adotada desde a Antiguidade. Estimulam o aprendizado em diferentes ambientes, e trata-se de uma técnica de transferência eficaz de memorização para assegurar a unidade da comunidade.

previsibilidades sobre as formas de ser e agir para além destas esferas religiosas. Os sujeitos religiosos literalistas adotam medidas de como lidar com aquilo que é considerado irregular, o incompreensível e também desconhecido que no caso, é a homossexualidade.

Em princípio, para a ICR, os sujeitos devem se portar e viver suas práticas sexuais de acordo com a sua condição, desde que ela não se manifeste em ações claramente reprováveis moralmente. Para a ICR, é necessário provar que o ato sexual entre iguais é algo errado e possui um fardo pesado, por isso, a insistência na abstinência sexual e na privação das relações afetivas-sexuais.

Parece descabido uma informação relevante: embora de acordo com a ICR, as orientações doutrinárias são advindas da sagrada escritura, nos cabe uma compreensão em que a Bíblia *“não é nenhum manual de ética cujas afirmações tenham de ser integral e minuciosamente aceitas como fontes absolutas de orientação da conduta humana”* (PAULO, 2015, recurso online). Na verdade, se fosse de fato um manual de ética e conduta, outras formas de vivência deveriam ser seguidas como por exemplo, a escravidão que aparece em diferentes perícopes<sup>76</sup> da Escritura ou ainda, a poligamia. Isto posto, a comunidade religiosa não pode se basear apenas na condenação de um ato, uma vez que a Bíblia assume uma posição de livro inspirado, redigida como testemunho da Palavra de Deus, escrita por outras pessoas e datadas com diversas limitações impostas no contexto de criação.

Diferentemente das condições, situações e experiências, as sociedades atuais possuem pouco em comum com aquelas que os textos bíblicos descrevem. Para o exegeta Jorge Paulo (2015, recurso online), esses usos *“não conforme”* às *“melhores práticas exegéticas, é aplicado sistematicamente pelos grupos fundamentalistas e, estranhamente, pelo próprio magistério oficial da ICR, sobretudo nos textos sobre moral sexual”*.

Essa polêmica quanto ao que se está redigido nas Sagradas Escrituras, adotada pela ICR como texto normativo, pode ser percebida por alguns biblistas apenas como condenação da *“prostituição ritual”* (PAULO, 2015, recurso online), utilizando como por

---

<sup>76</sup> Ex. 21, 2-4; Lev 25, 44-46; Ef 6, 5; 1Tm 6, 1-2; Tt 2, 9; 1Pd 2, 18).

exemplo, os trechos sobre a destruição de Sodoma e Gomorra<sup>77</sup> e não da homossexualidade em si. Porém, o magistério oficial da ICR prefere manter os textos como compressões profundamente ligadas às concepções conservadoras e literalistas em que não utilizam as narrativas bíblicas como fundamentação teológica, mas, sim, a utilizam como instrumento teológico para sustentação dos seus atos e preconceitos.

Se, por um lado, existe uma imposição da ICR frente aos homossexuais, prescrita desde o período inquisidor, que subjaz uma parcela da comunidade de católicos que compreendem a tradição católica que foge ao controle da Instituição enquanto doutrinadora; por outro, embora houvesse a imposição do Congregação para a Doutrina da Fé, os desvios de conduta sexual adequada pela Igreja apontam para elevados níveis de fundamentos para uma perseguição religiosa que compreendem uma casuística paradoxal.

Embora no Brasil, onde a importância da inquisição esteve atrelada à elementos mais simbólicos do que na eficiência em si dos tribunais inquisidores e das penas estabelecidas as perseguições aos homossexuais, sobretudo masculinos, esses atos de imposição moral recebeu uma suavização à base de diversos segredos e perdões, que descrevem-se por meio das passabilidades e na desaparecimento dos trejeitos dos homens gays que aderiram a ICR como comunidade de pertença religiosa.

Para o teólogo Queer André Musskopf (2012) a tradição patriarcal surgida no período Brasil colônia persiste até os tempos contemporâneos, à medida em que, as relações em termos de gênero, geração, raça, e classe social ainda perduram. Essa herança religiosa reflete a uma tradição teológica de poder que sacraliza as relações e informam um referencial para a sexualidade dos homens.

Desta forma, com avanço da contemporaneidade, um novo sistema de referências para as definições de sexualidade e de gênero foram emergidos e formados a partir de um sistema de discursos da sexualidade. Assemelhados aos parâmetros científicos modernos, esse novo arranjo deixou de ser elementos propriamente aqueles ditos pela ICR e do

---

<sup>77</sup> Gn 19.

androcentrismo, e passaram a estar relacionados com os efeitos dos atos sexuais em si. (MUSSKOPF, 2012)

Embora esse novo sistema tenha se difundido na construção da vida sexual dos sujeitos, a sua influência sobre o conjunto de normas e doutrinas da ICR deixou implícito um impacto sobre os corpos e por isso, os discursos de sexualidade ainda são perceptíveis na clandestinidade e na desapareição dos desejos dos homens para com os outros.

Vejam: entre as práticas e costumes sexuais dos homens gays surgem novas possibilidades de experiências e de realizações de seus desejos transgressores à doutrina da ICR. Além disso, a incorporação de outras culturas possibilitou a compreensões sexuais mais específicas. Isto posto, a ICR de forma específica percebe essas condutas como alvo de perseguições, implementadas pelos seus representantes na alta hierarquia da instituição. Ainda assim é possível afirmar que a homossexualidade faz parte do contexto dos fiéis da ICR, já que esses sujeitos se abrandam nas noções de pecado e desviam da rígida moral sexual instaurada pela Doutrina da Igreja de Roma.

Nesse intercâmbio entre aquilo que a hegemonia da ICR propõe através de suas declarações, cartas e exortações apostólicas e os valores das sociedades contemporâneas, os grupos sociais ganham voz por meio das disputas e legitimidades ofertadas pela sociedade. Nessa estrutura, as negociações e os conflitos sexuais, por seu caráter emocional, assemelham-se aos tempos inquisidores, contudo que nos tempos atuais o apontamento sobre a homossexualidade — pelo ponto de vista da ICR — mais se assemelha a uma questão demonológica do que sexual.

Se há um senso comum entre as sanções da ICR por meio da normatização das sexualidades, em que ao entender Foucaultiano, esse poder organizou-se e se estendeu por meio do “saber” hegemônico da Instituição, atingindo os patamares da medicina medieval e colonial, essas funções foram adotadas com finalidade à governabilidade dos sujeitos.

Se em vários aspectos, a rigidez da ICR envolve elementos higienistas da população homossexual e tenta socializá-los através de seus discursos religiosos, a compreensão da ICR permite aos valores dos homens gays a instalação de um novo sistema de regulação da sexualidade que não se percebe como um grupo de pecadores e doentes. As crescentes

influências e solidificações de grupos de homossexuais que fazem parte do conjunto de fiéis da ICR, como por exemplo as pastorais e movimentos de católicos homossexuais podem ser uma de suas estratégias de permanência da Igreja.

As novas estratégias de sobrevivência da religiosidade dos homens gays, ressignificadas através de suas experiências de sexualidade e tomadas como forma de resistência estão postas na vivência cotidiana da sua fé, na reunião em pequenos círculos e grupos de apoio debruçadas em leituras do texto bíblico que extrapolam os limites do literalismo. Nessas vivências da fé, mais discretas, mas não menos potentes, os homens gays tem sobrevivido por meio do apoio mútuo e resistido à virulência de uma tradição religiosa que avança e retrocede em relação à aceitação da homossexualidade.

O peso da tradição muitas vezes se sobrepõe à atitude de acolhimento. A discrição recomendada agrada ao clero, mas fere os sujeitos que desejam viver sua fé, pois são submetidas ao recolhimento de seus desejos e vontades. Daí que, mesmo havendo resistência, os documentos oficiais, os tratados teológicos e os manuais de comportamento aqui apresentados e discutidos sobrevivem e se impõem à construção de noções de sexualidade que cerceiam a liberdade e a autonomia dos sujeitos homossexuais. Se de um lado, a tipificação da homossexualidade — como indicada no primeiro capítulo — realizada pela Igreja pode até conduzir ao entendimento de que trata de uma condição inata — pejorativamente ainda compreendida pela ICR como patologia — que não se deve desprezar, por outro lado, o acolhimento vem revestido de uma perversa negação. Aceita-se a pessoa homossexual, mas não aceita o seu “pecado”.

Dito isso, vale dizer que a resistência dos homens gays têm sido construída recentemente principalmente com ações de visibilidade pelos grupos, pelos sujeitos isolados e pelas contribuições mútuas entre os pares homossexuais que resistem à força da doutrina eclesiástica. Com a organização desses homens em grupos e pastorais, que não apenas acolhem e respeitam a diversidade sexual, mas também contestam as interpretações e exegeses bíblicas literalistas e unívocas, os sujeitos gays questionam os documentos regulatórios, os tratados e os manuais buscando no próprio conjunto de textos bíblicos, com vistas para uma nova forma de se relacionar com as questões de gênero e de sexualidade.

A esse exemplo, no ano de 1982, a Comissão de Justiça Social da Arquidiocese de São Francisco, nos Estados Unidos, publicou um relatório sobre a questão homossexual. Intitulado “*Spiritual Lives of Lesbian Women and Gay Men*”, esse diagnóstico aponta que parece ser para a ICR uma grande surpresa para algumas pessoas ao saber que existem homens homossexuais, uma vez que para na conclusão do relatório, a mitologia produz compreensões equivocadas, mantendo-os com fracos e abomináveis.

Contudo, as demonstrações que aconselham os homossexuais a permanecerem invisíveis reforça o círculo vicioso onde a sociedade tem tido alguns aprisionamentos. Quando os homossexuais cedem à essa intolerância, permanecendo invisíveis, contribuem para a permissão de imagens e referências estereotipadas, alimentando a homofobia e o distanciamento do homossexual por conveniência heteronormativa.

Porém a experiência do homem gay, oferece após o seu silenciamento e tentativa de participação na comunidade católica uma possibilidade de novas experiências, algo apontado por Serra (2017) o que nem mesmo os encontros espirituais oferecem. Talvez a escuridão dos sóbrios corredores eclesiásticos da ICR ofereça por meio das linhas que costuram as resistências um novo cenário: a liberdade dos católicos gays — itinerários de católicos homossexuais pelo seu direito de participarem da comunidade de fé.

## 5 CONCLUSÃO

Os papéis de gênero heterossexuais considerados “tradicionais” e colocados como naturais e ordenados por uma qualidade que os torna transparentes para algum tipo de análise sociocultural legítima um atraso nos direitos das minorias. Esse foco ao antagonismo apresentado não se diminui a simples valores religiosos, mas sim na controvérsia e na força conservadora para a transformação das relações tradicionais. Essa característica do rompimento na nova modernidade no ocidente permitiu, portanto, uma grande ruptura na ordem radical do mundo, de forma capaz de redesenhar as experiências humanas.

O que essa grande questão entre religião e sexualidade adotou foi a investigação entre as estratégias que a Igreja Católica para sobrevivência das mudanças que vêm acontecendo na sociedade e como esse discurso pode ser modificado, traçando de certa forma o cenário das tensões e as disputas em torno da sexualidade que perpassam os ambientes religiosos católicos apostólicos romanos e como elas integram ao tecido eclesialístico.

Diante da literatura apresentada pela ICR, por meio dos seus documentos, esse pluralismo de questões que envolvem os sujeitos e a coexistência de diversas esferas sociais levantam um problema importante, seja da parte de um fundamentalismo que tem o poder de engessar uma sociedade, ou do relativismo que segundo Berger (2017) “enfraquece o consenso moral”. Esses questionamentos podem ser resolvidos à medida em que se promova uma proposta de entre-lugar tanto dos religiosos quanto dos estudiosos de gênero e sexualidade e de diálogo entre esses extremos, pois, se para uma parte a religião determina a forma de olhar o mundo, para outra parte, a sua forma de viver em plenitude também dá uma lente, independente de crença ou de ausência de uma religião.

Para imbuir à essa pesquisa, um aspecto importante para a análises são as lógicas de negação e da negociação do catolicismo e dos homens gays. Isto posto, são nos entre-lugares que ocorrem as negociações. Ou seja, é no limite, nas fronteiras, que os sujeitos negociam suas convicções e posturas, dando origem a novas percepções de mundo.

Nos últimos anos, o Vaticano expressou a sua preocupação com as experiências de sexualidade e as tem abordado com frequência desde o período pós Vaticano II. Embora algumas prerrogativas ainda mantenham a proposta do celibato entre os homossexuais e a oração e busca pela Graça de Deus como fonte de inspiração, alguns setores da ICR percebem que as resistências existem e buscam uma possibilidade de diálogo sobre a questão de gênero dentro da instituição. Tais resistências podem ser vistas pelo respeito aos sujeitos nas suas peculiaridades e diferentes condições, oposições à violência, discriminações e insultos, e acolhem as diferentes capacidades e expressões dos sujeitos.

Como se sabe, a trajetória até o século XXI foi marcada por diversos impasses teóricos, em diferentes áreas do saber e não somente no campo da Teologia e da Ciência da Religião. Parte desses impasses foram identificados usualmente pela quebra dos paradigmas caracterizadas nas últimas décadas do século XX. Diante desse cenário de tecidos sociais, os modelos de análise sofreram diversas avaliações, especialmente sobre as formas de dogmatismo, comum em determinadas visões teológicas de caráter mais eclesialístico, ou do uso de instrumentais científicos de análise social.

Portanto, embora a tradição da ICR continue reafirmando a sua visão, já conhecida sobre a sexualidade onde os homens e mulheres são criados por Deus e devem manter com excelência os seus papéis sexuais e de gêneros dados biologicamente, as resistências sugerem que as identidades dos sujeitos envolvem uma malha diversa, que devem ser escutadas e que também são dignas da salvação, por isto, o chamado à escuta e ao diálogo pode ser o caminho mais salvífico para a compreensão da ICR sobre a sexualidade.

É no nível da vida cotidiana, marcada pela diversidade e pela pluralidade de circunstâncias, que aparecem os desafios e problemas que os sujeitos enfrentam tanto no campo da sexualidade quanto nos outros campos da vida. Entretanto, à medida em que estes leigos se defrontam diretamente ou indiretamente com a doutrina da ICR e a partir da sua própria experiência, surgem novos arranjos de experimentar e experienciar a sexualidade e a promoção de uma vida normal. Estas implicações transformam de certa forma, um novo cenário para os sujeitos cristãos, tanto no nível da prática quanto no nível dos valores que a orientam ao qual também podem ser consideradas resistências, porém, de um outro pano de fundo: da comunidade dos homossexuais.

A que caminhos leva a vida sexual dos sujeitos é uma pergunta difícil de ser respondida, pois somente a continuação da vida e o atravessamento das barreiras é que podem responder a esse questionamento, mas que podem ser exemplos e estados de atenção para as diferenças. Em outras palavras “somos seres que **podem** atravessar as fronteiras discursivo-culturais da sexualidade e se familiarizar com outros discursos sobre quem podemos ser sexualmente”<sup>78</sup> (LOPES, 2012. p.138)

Para Foucault (1988) este antagonismo das ideias, refletido a partir e na palavra resistência, constitui um conjunto de formas de estratégias contra o poder da ICR e, nesse sentido, mais do que analisar o poder do ponto de vista da instituição, a análise dessas estratégias, pedagogias religiosas e discursos demonstram as tentativas de controle das relações entre os sujeitos e a Igreja.

Ao trazer os estudos sobre o poder, Michel Foucault (1998) auxilia o entendimento quanto ao como esse poder, por meio inclusive dos discursos, individualiza as questões dos homens homossexuais, penetrando no campo mais íntimo do sujeito com interesse em discipliná-lo, quase que imperceptivelmente.

Para ilustrar tal movimentação, o filósofo expõe o movimento feito pelos jogos de poder resultados de uma longa história social da Igreja, o qual foi responsável por produzir efeitos e avanços sobre novos domínios de controle, primeiramente surgidos das micro relações pessoais e, em um segundo momento, apreendido e sistematizado pelas instituições. Esse movimento, em específico, ocorre de cima para baixo, visto a força da instituição eclesiástica, como afirmado por Foucault.

Com isso é possível perceber tais movimentações do poder, de modo a satisfazer as novas necessidades de controle de um determinado contexto. A partir de tais necessidades, as formas de disciplina são aperfeiçoadas pela instituição, a qual introjeta na subjetividade dos sujeitos padrões aperfeiçoados de conduta. Contudo, uma vez que o indivíduo é disciplinarizado, ele mesmo passa a se autorregular em conformidade com os padrões de normalidade postos, também os reproduzindo em suas relações sociais.

---

<sup>78</sup> Grifo nosso

Esse processo caracteriza os diferentes modos pelos quais a magistratura religiosa católica expressa o seu uso do poder para objetificar os sujeitos que congregam sua doutrina. Ao mesmo tempo, nesse sentido, se abrem oportunidades para diversas interpretações que buscam esse poder como um fenômeno que, a partir da perspectiva dessa pesquisa, entendeu-se que o conhecimento da ICR que é utilizado para o controle e definição do seu poder, podem ser vistos como:

- 1) Autoridade científica que classifica o seu conhecimento acerca das suas comunidades de fiéis.
- 2) Categorização dos sujeitos e normatização destes, identificados por características e adjetivos;
- 3) Compreensão de impulsos de padronizações sexuais como forma de treinamento e ordenamento de práticas que objetivam a reprodução de padrões estabelecidos pela Santa Sé, com vistas comuns a todos e todas.

Essa conexão entre as três fórmulas de ordenamento encontra-se na afirmação daquilo que a autoridade eclesial afirma ser o seu conhecimento científico como uma pedagogia para o controle social. Foucault (1988) defende inclusive esta ideia, já que não há um conhecimento científico genuíno ou puro, como por exemplo a classificação da desordenação mental onde segundo a ICR os homossexuais se enquadram, uma vez que tal adjetivo seria meramente uma classificação para marginalizar os sujeitos malquistos pelo padrão da sociedade imposta pela Igreja.

Esses argumentos podem ser endossados pela relação existencial entre o sujeito e o seu lugar, que assume um lugar na construção do conhecimento, já que o conhecimento da ICR sobre o campo da sexualidade assume um caráter de representações da sociedade de forma autônoma. Foucault (1988), com sua reflexão sobre o criticismo contra a modernidade demonstra que existem modos modernos de construção de signos por meio da racionalização das realidades e das diversidades e ainda propõe que estes espaços são dotados de “aparatos simbólicos e significados próprios” e particulares.

Para Serra (2019, p. 40), “*reconhecer seu caráter dialético permite ainda observar paradoxos e dinâmicas de resistência tradicional ao processo modernizante*”, e desvelam

a imbricação fundamental entre os tecidos novos e antigos que eram percebidas como antitéticas e que talvez possam nos mostrar novas e velhas sínteses.

Embora os pânicos, dramas sociais, controle dos corpos e mecanismos sociais não constituam nenhuma novidade, as diferentes novidades e dinâmicas atuais de autonomização dos sujeitos contribuem para a percepção da hegemonia da sociedade que se multiplicam.

Tal reflexão toma corpo a partir da construção de identidades, que, segundo os autores estudados e a análise proposta, não acontecem mais na singularidade sexual, de raça, gênero, local institucional, orientação sexual, religião. Elas se desenvolvem nas diferenças, na emergência das necessidades individuais, com o movimento de resistência aos paradigmas e dogmatismos preexistentes. As diferenças e a resistências são percebidas pelo estranhamento necessário com vistas ao rompimento das totalidades impostas pela ICR e a superação dos fantasmas impostas por uma cultura homogeneizante universal.

Tais complexidades convivem no tempo e no espaço em distintos modos de articulação, colisão ou de enfrentamento e desenham em certa medida, diferentes posicionamentos e políticas sexuais. Seja nas Pastorais, nos grupos menores de oração e ação social, nas celebrações religiosas e ou em outros espaços de devoção católica, os novos tecidos estão fazendo-se cada vez mais vistos com cores alegres, que expressam criativamente a possível harmonia entre suas identidades de gênero, a vivência de suas sexualidades e suas vivências de fé. Esses novos tecidos se apresentam resistentes, vibrantes e abertos à composição de um novo revestimento para a fé e a ICR. os sujeitos permanecem esperançosos de serem verdadeiramente e integralmente acolhidos e esperam mais do que serem tolerados.

Assim, as resistências de homens homossexuais, de lideranças solidárias e novos exegetas e teólogos cristãos que ousam afirmar que corpos e espírito não se dividem, mas se envolvem, ainda denotam a possível interação e articulação com a moralidade cristã catolicizada. Tal movimento vem provocando uma nova colcha de narrativas de empoderamento e reconhecimento, costurada com malhas de transformação e de passagem de regimes, esses alinhavados pela resistência das continuidades, rupturas e de

inesperados compromissos religiosos e sociais, tanto da ICR quanto da comunidade dos homossexuais.

Por fim, nessa análise, consideramos também as variadas formas cultura que coabitam nas diferentes formas da atualidade e demonstram um duplo desafio de compreensão da relação entre religião e cultura. Embora as dimensões da pluralidade e da subjetividade que emergem da realidade complexa do quadro religioso católico possua significativa interferência nos processos hermenêuticos, essas dimensões requerem um reforço na reflexão teológica e científica da Religião que incidem tanto em relação às perspectivas teóricas mais robustas de análise sociocultural como também aos indicativos de novas práticas culturais que possam ser mais dialógicas e marcadas pela alteridade, fortalecendo assim os processos de humanização da Instituição.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Confissões de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 1997.

ANJOS, M. **Da argumentação sobre a moralidade do aborto ao modo justo de se argumentar em teologia moral**. SP, Loyola. 1976.

ARAÚJO, M S. "**O amor de Cristo nos uniu**": construções identitárias e mudança social em narrativas de vida de gays cristãos do grupo Diversidade Católica. 2014. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de letras, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2014.

ARMSTRONG, K. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

AZEVEDO, D. Desafios estratégicos da Igreja Católica. Rev Lua Nova, São Paulo, n.60, pp.57-79, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67311579004.pdf>. Acesso em 30 dez 2019.

AZEVEDO, M. Pós-modernidade: um olhar sociocultural, atropológico e religioso. Ciências da Religião – História e Sociedade. São Paulo. v. 9, n. 1, 2011. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/3298>. Acesso em 18 out 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 19, n. 2, pág. 549-559, agosto de 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 set 2019.

BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Ed. Paulinas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os múltiplos altares da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BESSION, C. **Homossexuais católicos: como sair desse impasse**. São Paulo: Loyola, 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

BINGEMER, M. **Violência, crime e castigo**. São Paulo: Loyola, 1996.

BIRMAN, P. Mediação feminina e identidades pentecostais. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 6/7, p. 201-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1868/1989>.

Acesso em: 29 out. 2018.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. Sociólogos da crença e a crença dos sociólogos. In: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUSIN, V. **Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdade de Ciências da religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: Louro, G (Org). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Da boa e da má vontade para com a religião nos cientistas sociais da religião. *Rev Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 67-86, 2000.

CAMURÇA, M. Ciência da religião, ciências da religião, ciências das religiões? In: \_\_\_\_\_. **Ciências sociais e Ciências da religião, polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARVALHO, E. **(Homo)sexualidade em diálogo: imaginário cristão, intolerância religiosa e cisma anglicano**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Faculdade de Ciências das Religiões. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CÉSAR, M. **Entre a cruz e o arco-íris: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade**. Belo Horizonte: Ed. Gutemberg, 2013.

CIPRIANI, G. **Homossexualidade, neurociências e orientação sexual**. São Paulo: Paulus, 2018.

COMBLIN, J. **Antropologia cristã**. Petrópolis, Vozes, 1985.

DANTAS, B. **Sexualidade e neopentecostalismo**: representação de jovens da Igreja Evangélica Bola de Neve. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. Lisboa. Edições 70, 1991.

DUARTE, L. **Pouca vergonha, muita vergonha**: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LEITE LOPES, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1987.

\_\_\_\_\_. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. Desejo e diferença: à guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, M; OLIVEIRA, L. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução de: Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EMPEREUR, J. **Direção espiritual e homossexualidade**. São Paulo: Loyola, 2006

FARLEY, M. **Just love**: A framework for Christian sexual ethics. Sydney: Bloomsbury, 2008.

FERREIRA, N. O desejo é o destino. In: QUINET, A; JORGE, M (Orgs). **As homossexualidades na Psicanálise**: a história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

FIORINZA, E (org). **Feminist biblical studies in the twenieth century**: scholarship and movement. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2014.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Ed Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ética, Política e Sexualidade:** Ditos e escritos. Vol. V, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1988.

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2007

GEBARA, I. Compreender o mal pela mediação da hermenêutica do gênero. In: Gebara, I. **Rompendo o silêncio:** uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIBELLINI, R. **A Teologia no século XX.** São Paulo: Loyola, 1988.

GIRARD, R. **A violência e o sagrado.** Tradução de Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GIUMBELLI, E. **O fim da religião:** dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Religião e sexualidade:** convicções e responsabilidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

\_\_\_\_\_. **O cuidado dos mortos:** uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, A. TRASFERETTI, J. **Homossexuais:** Orientações formativas e pastorais. São Paulo: Paulus, 2011.

GOUVEIA, R. **Religião e sexualidade:** interfaces da intolerância religiosa na educação para a diversidade sexual na Rede Municipal de ensino do Recife. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Faculdade de Ciência da Religião - Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

GREENBERG, D. **The Construction of Homosexuality.** Chicago: Chicago Press, 1988.

GUIMARAES, A. O desafio histórico de tornar-se um homem homossexual: um exercício de construção de identidades. In: **Temas em psicologia**, v 17. N 02. p. 553-567. 2009. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 17 de set 2019.

HAYFIELD, N. CLARKE, V. HALLIWELL, E. MALSON, H. (2013). **Lésbicas visíveis e bissexuais invisíveis: Aparência e identidades visuais entre mulheres bissexuais**. Fórum Internacional de Estudos da Mulher, 40, 172-182. Disponível em <https://uwe-repository.worktribe.com/output/928933>. Acesso em 15 jul de 2020.

HOBBS, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, A. OLIVEIRA, J. **A Teologia do prazer**. São Paulo: Paulus, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996

LIGÓRIO, A. **Tratado da castidade: Bem aventurados os puros**. 2016.

LIMA, L. Homossexualidade e Igreja Católica: conflitos e direitos em longa duração. **Rev Em debate**. n 04. Rio de Janeiro: PUC RIO, 2006. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9417/9417.PDF>. Acesso em 14 abr 2019.

LOPES, Luiz P. M. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In **CANDA, V; MOREIRA, A. Multiculturalismo**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

LOURO, G. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, M. Religião e as assimetrias de gênero na América Latina. In: Ari Oro. (Org.). **Latinidade da América Latina: Enfoques socioantropológicos**. São Paulo: Hucitec, 2008

MACHADO, M. Religião, família e individualismo. In Duarte, L. **Família e religião**. Rio de Janeiro: contra capa livraria, 2006

MACHADO, M. **Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Vol. 13. P. 387-396. 2005. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000200012&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 21mai 2019

MACHADO, M; PICCOLLO, F. (Orgs). **Religião e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MACIEL, R. **Religião, gênero e sexualidade no campo de vista da religião: provocações a partir da Igreja Católica e a sexualidade homossexual**. In: Seminário Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares, III, Juiz de Fora, 2019.

MAFRA, C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAGALHÃES, C (Org). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Marco Antônio Coutinho (Orgs). **As homossexualidades na Psicanálise: a história de sua despatologização**. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

MARIANO, R. **Pentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARTIN, J. **Uma ponte de construção uma nova relação da Igreja e pessoa LGBT**. Roma: Marcianum Press, 2018.

\_\_\_\_\_. **Building a Bridge: how the catholic church and the LGBT community can enter into a relationship of respect, compassion and sensitivity**. New York: HarperOne, 2017.

MESSER, D. **Caught in the Crossfire: helping christians debate homosexuality**. Tennessee: Abingdon Press, 1994.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M (org). **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1994.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, janeiro-junho. 2007. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 13 fev 2019

MONTALVÃO, S. **A homossexualidade na Bíblia hebraica: um estudo sobre a prostituição sagrada no antigo oriente médio**. 2009. Dissertação (Mestrado em língua hebraica, literatura e cultura judaica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOSKOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: vozes, 2004.

MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509, maio 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200011>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MOURA, P. **Os fundamentos ético-morais da paz no ‘de civitate dei’ de santo agostinho e sua contribuição para a atual construção da paz**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MUSSKOPF, A. **Via(da)gens Teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, M. **Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em antropologia) – Faculdade de antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa**. Revista Latitude. Vol. 07. 2013.

\_\_\_\_\_. Homossexualidade masculina e experiência pentecostal. In HEILBORN, M. **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. Sexualidades Ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Rev Sexualidad, Salud y Sociedad Latinoamericana*, n. 2, p. 121-161, ago. 2009. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/445>. Acesso em 08 jun 2019.

\_\_\_\_\_. **A homossexualidade como pecado ou como bênção divina: entre discursos hegemônicos, mediações e dissidências**. 2013

\_\_\_\_\_. Religião, homofobias e direitos LGBT. *Latitude*, v. 07, p. 31-49, 2001

\_\_\_\_\_. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Rev Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2). p. 90-121, 2010.

NATIVIDADE, M; OLIVEIRA, L. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

OLIVEIRA, J. **Acompanhamento de vocações homossexuais**. São Paulo: Paulus, 2007.

PAULO, J. Igreja Católica e homossexualidade. *Revista IHU Online*. São Leopoldo, 2015, recurso online).

PEETERS, M. **O gênero: uma nova política e cultural mundial**. São Paulo: Paulus, 2015.

PERUCCHI, J. Não apenas em nome de deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Rev Psicologia Social*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, pág. 105-114, 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822016000100105&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100105&lng=en&nrm=iso). Acesso em 01 jul 2019.

PIERUCCI, A. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, A; STEIL, C (Org). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Sociologia da Religião: área academicamente impura. In: MICELLI, S (Org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Brasília: Capes, 1999.

\_\_\_\_\_. “Reencantamento e Dessecularização”. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

\_\_\_\_\_. **Igreja:** contradições e acomodações do clero católico sobre reprodução humana no Brasil. In Cadernos CEBRAP. São Paulo, 1978.

PIERUCCI, A; PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo: Hucitec, 1996.

PRECIADO, P. **Testo Junkie:** Sex, Drugs and Biopolitics in the Pharmacopornographic Era. Tradução: Bruce Benderson. New York: The Feminist Press, 2013.

PRINI, P. **Lo scisma sommerso:** il messaggio Cristiano, la società moderna e la chiesa cattolica. Milão: Garzanti, 1999.

RIBEIRO, M. **Direitos reprodutivos e políticas descartáveis.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

RODRIGUES, E. Ciência da religião e ciências sociais. In: **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, vol. 2, nº 1, p. 65-79, 2011.

RODRIGUES, E. Primavera de interpretações: uma proposta de exegese para os textos bíblicos de Richard Bauckham. In **Teológica.** Revista Brasileira de Teologia, Rio de Janeiro, n. 6, p. 25-41. ago./dez. 2018.

RODRIGUES, S. Igreja Católica Romana e a homossexualidade: visão da moral sexual católica a partir da análise de documentos oficiais. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 124-140, jan-jun/2018.

ROSADO-NUNES, M. Gênero e religião. In **Revista de estudos feministas.** 1998. Vol 13. n 2. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. s/n

ROY, Marie-Andrée “Le changement de la situation des femmes dans le catholicisme québécois. **Le rapport Dumont:** démocratiser l’Église catholique”. Sociologie et sociétés XXII (2), pp. 95-114, 1990.

RYAN, P. **Católico praticante:** a busca de um catolicismo para o terceiro milênio. São Paulo: Loyola, 1999

SALZMAN, T. A.; LAWLER, M. G. **A pessoal sexual:** por uma antropologia católica renovada. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

SANCHEZ, M; SCHLOSSBERG, L. **Passing: Identity and Interpretation in Sexuality, Race, and Religion**. New York University Press. 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Revista Educação e realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 2, jul-dez. p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. JAMES; AMELANG; MARY N. (org). Valencia: Edicions Alfons el Magnanim, Institució Valencina de Estudis i Investigació, 1990

SERRA, C. "**Vimos pra comungar**": estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de "católicos LGBT" brasileiros e suas implicações. 2017. Dissertação (Mestrado em medicina social) – Instituto em medicina social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SERRA, C. **Vimos para comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2019.

SIMÕES, J; FACHINI, R. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. 6ª Reimp. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. Rev. Téc. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOMECK, B; LEWIN, C. (Org). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, S. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Vol 12. p 122-130. 2004.

TIELE, C. **Elements of the science of religion**. Vol I, London: William Blackwood and sons. 1987

TRASFERETTI, J. **Teologia e sexualidade: um ensaio contra a exclusão moral**. Campinas: Átomo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pastoral com homossexuais:** retratos de uma experiência. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAGGIONE, J. A religião e a política no tempo dos direitos sexuais e reprodutivos. In: ROSADO, Maria José. **Gênero, feminismo e religião:** sobre um campo em constituição. Rio de Janeiro: Garamond. 2015.

VAINFAS. R. **Trópicos dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2014.

VIDAL, M. **Sexualidade e condição homossexual na moral cristã.** Aparecida: Santuário, 2008.

WACH, J. **Types of religious experience:** Christian and non-christian. Chicago: Chicago University Press, 1965.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Volume 2. São Paulo: UnB, 2004.

## SITES

VATICANO. **Carta aos bispos sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais.** Vaticano. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homosexual-persons\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html). Acesso em 29 mai 2019..

VATICANO. **Catecismo da igreja católica.** Vaticano. Disponível em [http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html). Acesso em 15 jun 2019.

VATICANO. **Constituição dogmática dei verbum.** Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html). Acesso em 29 out 2019.

VATICANO. **Declaração persona humana: sobre alguns pontos de ética sexual.**

Disponível em:

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homosexual-persons\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html). Acesso em 29 nov 2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Entrevista com Margarida Pressburguer.** Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,somos-um-pais-racista-e-homofobico,700956,0.htm>. Acesso em: 20 out 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório Anual 2015. Grupo Gay da Bahia. Disponível em:

<http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2> . Acesso em 24 jun 2019.

UNITED NATIONS SPECIAL RAPPORTEUR ON MINORITY ISSUES. Disponível

em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/09/End-of-Mission-Statement-SR-Minorities-Brazil-FINAL-ENG.pdf> . Acesso em 01 nov 2019.

QUEM A HOMOTRANSFOBIA MATOU HOJE. Disponível em:

<https://homofobiamata.wordpress.com> . Acesso em: 07 ago 2020..